



Anais da Assembléia

N.º 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1983
(Quarta-feira)**

Presidência do sr. deputado Nestor Baptista, secretariada pelos srs. deputados Adhail Sprenger Passos e Francisco Escorsin.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 140/83

Curitiba, 08 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispendo que servidores da administração direta e indireta somente serão colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado, para fim determinado, por prazo certo e sem qualquer ônus para o Poder Executivo. Dispõe ainda, que se houver ressarcimento das totais despesas com a respectiva remuneração e demais vantagens, poderá o servidor continuar a percebê-las pelo órgão de origem.

O plano de lei ora submetido a exame dessa augusta Casa de Leis, consulta aos superiores interesses do Estado, no que se refere à melhor política orçamentária e financeira da administração de recursos humanos e, de nenhum modo, fere o princípio constitucional da independência e harmonia dos poderes, mas sim o resguarda e fortalece, pois, salutarmente, dará condições a que os respectivos quadros de pessoal estejam sempre em situação capaz de

refletir uma perfeita visão de gastos públicos e, assim, permitir exata avaliação de custos em cada órgão, ensejando a possibilidade de estudos realísticos com vistas à adequação das estruturas às atribuições e finalidades que lhe sejam próprias.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Servidores da administração direta e indireta somente poderão ser colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado, para fim determinado, por prazo certo e sem qualquer ônus para o Poder Executivo.

§ 1.º — Desde que o Poder ao qual o servidor passe a prestar serviços proceda ao ressarcimento de todas despesas com a sua remuneração e demais vantagens, poderá ele continuar a recebê-las pelo Órgão de origem.

§ 2.º — O Poder Executivo assumirá os encargos referentes ao pagamento da remuneração e demais vantagens de servidores de outros Poderes postos à sua disposição, conforme princípio contido no parágrafo anterior.

Art. 2.º — O disposto nesta lei aplica-se aos afastamentos já autorizados, os quais, no prazo de até 90 dias, deverão ser adequados às disposições ora estabelecidas.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 141/83

Curitiba, 08 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre acréscimo de tempo aos policiais-militares dos quadros da Polícia Militar do Estado, cujo ingresso, como requisito básico, exija curso de nível superior.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis foi apreciada, conforme determina a Legislação Federal pertinente, pela Inspetoria Geral das Polícias Militares, Órgãos do Estado Maior do Exército, tendo recebido parecer favorável e a Polícia Militar do Estado do Paraná, analisando o assunto em maior profundidade apresenta justificativa nos seguintes termos:

“O objetivo da presente proposição é o de estender o direito do acréscimo de um ano para cada cinco anos de efetivo serviço, aos policiais-militares, dos quadros para cujo ingresso na Corporação seja requisito básico possuir curso de nível superior.

Trata-se, portanto, de oficiais do Quadro de Saúde, que compreendem os Médicos, Dentistas, Veterinários e Bioquímicos, sendo que o referido acréscimo irá beneficiar um número reduzido de PM, além de atingi-los somente quando da passagem dos mesmos para a situação de inatividade.

Além disso, é uma medida que já vem sendo adotada, não só pelas Forças Armadas, conforme se verifica através da Lei Federal n.º 6880, de 09 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares – (Art. 137, item II, § 2.º), como também em outras Polícias Militares das unidades da Federação.

Por outro lado, esse acréscimo servirá como compensação pois os Oficiais do Quadro de Saúde estão impedidos, por força da legislação vigente (Decreto Federal n.º 66.862, de 08 de julho de 1970), de frequentarem os cursos de aperfeiçoamento e Superior de Polícia, destinados, hoje, apenas aos integrantes dos Quadros de Oficiais e Bombeiros-Militares.

Assim, o acréscimo que se pretende computar se afigura como plenamente adequado em termos de fluxo de promoção contínuo e equilibrado, criando instrumento que irá contribuir para melhorar substancialmente as perspectivas de carreira para o referido Quadro.

Ademais, esta medida não terá efeitos negativos, mas, ao contrário, é considerada como de equidade sem que fira o espírito e a letra da lei”.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA – Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º – A contagem dos anos de serviço do policial-militar dos Quadros para cujo ingresso na Polícia Militar do Paraná seja requisito básico possuir curso de nível superior, será feita com o seguinte acréscimo:

– 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado, até que esse acréscimo complete o total de anos de duração normal do curso de nível superior, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização do referido curso.

Parágrafo único. O acréscimo a que se refere este artigo será computado somente no momento da passagem do policial-militar para a situação de inatividade, e nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto à percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço e adicional de inatividade.

Art. 2.º – Para os efeitos desta lei, “anos de efetivo serviço” é a expressão que designa o tempo de serviço, computado dia a dia, entre a data de inclusão e a data de limite estabelecida para a contagem ou a data do desligamento do serviço ativo, mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 142/83

Curitiba, 09 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Na forma do disposto no art. 24, inciso II, da Constitucional Estadual, tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do art. 150 da Carta Estadual.

A pretendida alteração ao texto do art. 150, da Constituição é formada, a fim de que a Junta Comercial do Paraná, entidade de personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica, ora constitucionalmente vinculada à Secretaria de Estado da Justiça, passe à vinculação da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com a qual a referida Junta Comercial melhor identifica-se administrativamente, em razão de seu âmbito de atuação e das atribuições que lhe são cometidas pela legislação federal e estadual pertinentes.

A anexa Exposição de Motivos firmada pelo senhor secretário de Estado da Indústria e do Comércio, esclarece, com o necessário detalhamento, sobre o alto significado oportunidade e elevado interesse público de que é revestida a Emenda Constitucional em causa.

Certo de que a proposição ora submetida à alta apreciação desse egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA – Governador do Estado

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único. O artigo 150 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 150 – Passam a integrar a Secretaria da Justiça: O Departamento de Estabelecimentos Penais e o Conselho Penitenciário”.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor governador:

Considerando que é preocupação do governo, o aperfeiçoamento das ações do Poder Executivo, no desempenho de atividades de interesse público, buscando um ordenamento mais racional às diferentes unidades administrativas, bem como objetivando uma maior eficácia na prestação de serviços à coletividade, articulando-se com os demais Poderes em um esforço conjunto e integrado na busca do desenvolvimento estadual;

As atividades e serviços referentes ao registro do comércio e atividades afins estão sob a supervisão, orientação e coordenação, no plano técnico, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, e no plano jurídico, com funções consultivas e fiscalizadoras, à Divisão Jurídica de Registro de Comércio - DJRC, órgãos integrantes da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio;

As Juntas Comerciais, nos termos da Lei Federal n.º 4726/65, são subordinadas administrativamente aos governos dos Estados e tecnicamente aos órgãos e autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio.

Considerando, também, o disposto na Portaria n.º 93/86, do Ministério da Indústria e do Comércio, que aprova o Regimento da Junta Comercial do Distrito Federal, aplicando às demais Juntas Comerciais do País, no que couber, as disposições do mesmo Regimento, infere em sua introdução – “considerando ser a Junta Comercial do Distrito federal órgão padrão do Registro do Comércio, e a necessidade de se manter uniformidade e harmonia no

sistema de registro do comércio e atividades afins no País, de conformidade com a Lei n.º 4726/65;

A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio tem desenvolvido programas e projetos em conjunto com o Ministério da Indústria e do Comércio, através de acordos e convênios, facilitando o atingimento dos objetivos propostos, tanto na esfera federal quanto estadual;

Considerando que a similaridade dos órgãos estaduais com os da União, suas áreas de ação e programas desenvolvidos, tem facilitado sobremaneira a cooperação mútua e o desenvolvimento de programas integrados, bem como permitindo a articulação de iniciativas estaduais com os esforços de desenvolvimento do Governo Federal, em programas que melhor atendam às necessidades e aspirações do Governo do Estado.

Considerando, portanto, o ordenamento e adequação dos diversos órgãos componentes do Poder Executivo do Estado, com suas áreas de ação afins, vimos propor ao elevado julgamento de vossa excelência, a vinculação da Junta Comercial do Paraná à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e que, para tanto, seja enviada mensagem à Assembléia Legislativa, a fim de promover emenda à Constituição do Estado, alterando o art. 150.

Curitiba, 01 de agosto de 1983.

(a) FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

Secretário de Estado da Indústria e do Comércio

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 143/83.

Curitiba, 09 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins comerciais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 26 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Paranaguá, objetivando regular a ampliação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 144/83.

Curitiba, 09 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,

reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 145/83.

Curitiba, 09 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vista à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — “PROSAFRAS”, no exercício de 1983.

Município	Data da celebração
JUSSARA	09/05/83
ARANJEIRAS DO SUL	04/06/83
MANOEL RIBAS	06/05/83
RENASCENÇA	06/05/83
TAPEJARA	04/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 146/83.

Curitiba, 09 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

Município	Data da celebração
ASSIS CHATEAUBRIAND	26/09/83
DOIS VIZINHOS	10/08/83
PARANACITY	10/09/83
SALTO DO LONTRA	10/08/83
S. CRUZ DO M. CASTELO	26/09/83
SANTO ANTONIO DO SUD.	26/09/83
TAPEJARA	26/09/83
TUNEIRAS DO OESTE	26/09/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 147/83

Curitiba, 10 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a possibilidade de recolhimento do imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI) sem juros, multa e correção monetária, na forma e condições que especifica.

As inclusas cópias autênticas do Ofício n.º 1988/83, de 27 de outubro de 1983, da Secretaria de Estado das Finanças e da justificativa que o acompanha, dizem, com o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e alto significado de que é revestida a medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

224/83

A Art. 1.º — O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI) de que trata a Lei n.º 5464, de 31 de dezembro de 1966, e alterações posteriores, concernente a imóveis rurais, poderá ser recolhido com juros, multa e correção monetária, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — Para o gozo dos benefícios previstos no artigo anterior, deverão ser satisfeitos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I — tenha o imóvel área igual ou inferior a 25 ha (vinte e cinco hectares);

II — o adquirente seja pessoa natural ou se trate de propriedade familiar;

III — não seja o adquirente proprietário de qualquer outro imóvel;

IV — o ato ou fato aquisitivo seja anterior a 1.º de janeiro de 1979;

V — seja o tributo pago numa única parcela.

Parágrafo único. A prova dos requisitos enumerados neste artigo será feita documentalmente em instrução sumária, perante a autoridade fazendária sob cuja jurisdição estiver situado o imóvel.

Art. 3.º — Sob pena de perda dos benefícios desta lei e cobrança da diferença do imposto e acréscimos legais, calculados de acordo com as normas gerais do tributo em vigor, o título de aquisição, com o imposto devidamente quitado, deverá ser levado ao registro de imóveis no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação das instruções referidas no art. 7.º.

Parágrafo único — Suspende-se o prazo referido neste artigo, no caso de reclamação (art. 7.º, inciso IV), salvo se esta for, no julgamento, declarada meramente protelatória.

Art. 4.º — Na hipótese de transferências sucessivas, aplicar-se-ão:

I — as disposições desta lei, quanto às transferências realizadas até 31 de dezembro de 1978;

II — as disposições da lei 5464, de 31 de dezembro de 1966, e respectivas alterações, quanto às transferências realizadas após a data referida no inciso anterior.

Art. 5.º — Em relação, exclusivamente, aos imóveis beneficiados por esta lei, a base de cálculo do imposto

será o valor venal da época da aquisição, tomando-se para esse fim, o que constar de documento autêntico que a comprove ou, na sua falta, o que for arbitrado no mesmo procedimento de que trata o parágrafo único do art. 2.º desta lei.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a base de cálculo não poderá ser inferior a 1/3 (um terço) do valor que serviria de base se a aquisição se realizasse na atualidade.

Art. 6.º — O disposto nesta lei não dá direito à restituição do imposto pago na conformidade da legislação aplicável na data do recolhimento.

Art. 7.º — O Secretário de Estado das Finanças baixará as instruções necessárias à implementação desta lei, orientando especificamente quanto:

I — à forma e aos meios de comprovação dos requisitos estabelecidos;

II — ao cumprimento da exigência constante do art. 3.º;

III — ao arbitramento da base de cálculo, se for o caso;

IV — ao processamento e decisão das reclamações suscitadas em virtude do disposto nesta lei.

Art. 8.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

OFÍCIO N.º 1988/83 - GAB.

Curitiba, 27 de outubro de 1983.

Senhor governador.

Submeto à apreciação de vossa excelência a inclusa minuta de Anteprojeto de Lei que visa a regularização de transferência de imóveis rurais e seus reflexos no Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e Direitos a eles relativos, devido em decorrência da abertura de sucessão, de compromissos de compra e venda e cessões de bens imóveis rurais.

Registre-se que o anteprojeto originou-se em sua sugestão do prefeito municipal de Formosa do Oeste, senhor Ney Camargo Machado, devidamente apreciada por esta Secretaria (Informação n.º 821/83-IGT— e pela Procuradoria Geral do Estado (Parecer n.º 334/83 - P.G.E.), conforme o processo SEFI n.º 934/83, anexo.

Na oportunidade, renovo a vossa excelência os protestos de estima e consideração.

(a) ERASMO GARANHÃO

Secretário de Estado das Finanças

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo possibilitar a regularização de terras por parte de pequenos proprietários rurais, reuinzindo o encargo financeiro decorrente do pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e dos Direitos a eles Relativos (ITBI), e das despesas referentes a custas processuais ao posterior registro perante a Circunscrição Imobiliária respectiva, uma vez que tais encargos são calculados sobre o valor atribuído pela Fazenda Pública Estadual para efeito de fixar a base de cálculo do ITBI.

Nota-se nitidamente, o caráter eminentemente social da medida que possibilitará a baixo custo aos proprietários rurais, regularizar a titulação de terras no Estado, fixando o homem ao campo como é objetivo do governo.

Com o intuito de dirigir tais efeitos tão somente ao pequeno proprietário, para o qual, tais despesas, mesmo que aparentemente irrisórias, representam ônus considerável, adotou-se o critério de limitar a área a 25 hectares e desde que

o beneficiário não possua outro imóvel, devendo, porém, a transmissão ter ocorrido em data anterior a 01 de janeiro de 1979.

Adotou-se como base de cálculo o valor venal da época da operação constante do documento que a comprova, dispensando-se o critério da avaliação atualizada, sendo que, quando for o caso, o arbitramento da base de cálculo não poderá ser inferior a 1/3 (um terço) do valor que serviria de base se a operação se realizasse na atualidade.

As alíquotas aplicadas serão as da época da ocorrência do fato gerador (Código Tributário Nacional art. 144), seja 2% e 1%, respectivamente, para as Transmissões "causa mortis" e "inter vivos", visto que atualmente tais alíquotas são 4% e 2%.

Paralelamente ficaram dispensadas as multas, a correção monetária e os juros moratórios.

Com tais medidas, além de propiciar ao proprietário rural meios menos onerosos, para regularização da propriedade, obter-se-á ainda, em contrapartida, uma receita adicional decorrente da antecipação dos pagamentos que forem efetuados, pois o benefício tem prazo de vigência limitado em 180 dias.

Há que se considerar, ainda, a possibilidade de que os proprietários beneficiados poderão, após a regularização dos imóveis, incrementar a produção agrícola, inclusive com a obtenção de financiamentos junto às entidades de crédito rural, isto sem levar-se em conta as ações judiciais que serão evitados pela titulação dos imóveis.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 148/83

Curitiba, 10 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Agudos do Sul, objetivando a realização da Festa dos Hortigranjeiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 149/83

Curitiba, 10 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos (3º), datados de 20 de outubro de 1983, aos Convênios celebrados em 21 de março de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios de Almirante Tamandaré (nº 01/80), Araucária (nº 02/80), Balsa Nova (nº 03/80), Bocaiúva do Sul (nº 04/80), Campina Grande do Sul (nº 05/80), Campo Largo (nº 06/80), Colombo (nº 07/80), Contenda (nº 08/80), Piraquara (nº 10/80), Quatro Barras (nº 11/80), Rio Branco do Sul (nº 12/80) e São José dos Pinhais (nº 13/80), objetivando

aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 150/83

Curitiba, 11 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o anexo anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1.969 (Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado).

A inclusa cópia autêntica da justificativa elaborada pela Polícia Militar do Estado, esclarece com o devido detalhamento sobre a oportunidade, necessidade e interesse público de que é revestida a medida e, inclusive, informa que o assunto foi examinado pela Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado-Maior do Exército.

Certo de que a solicitação merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 231/83

Art. 1º — Os itens I, II e III, do Art. 25, acrescido dos itens VII e VIII e parágrafo único; o item IV do Art. 36; o item III do Art. 37, o acréscimo do item X no Art. 39; letra b, parágrafo único do Art. 40; o Art. 44 e seu parágrafo único; os itens I e II do Parágrafo único do art. 44; o art. 52, acrescido dos itens I, 2, 3 e 4 e dos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º; os parágrafos 3º e 4º letras a e b do Art. 54, todos da Lei nº 5940, de 08 de maio de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 —

I — Estar classificado na ordem de antigüidade relativa entre os 50 (cinquenta) primeiros concorrentes com condições legais de acesso, no Quadro de Combatente, e na primeira metade do efetivo previsto para a graduação no Quadro de Especialistas.

II — Possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente, realizado na Corporação ou em outra Polícia Militar, para promoção a 1º Sargento ou Subtenente;

III — Possuir o Curso de Formação de Sargentos ou equivalente, realizado na Corporação, para promoção a 2º Sargento.

VII — Possuir o Curso Especial, de Formação de Sargentos ou de Aperfeiçoamento de Sargentos para os remanescentes dos quadros de especialistas e artífices extintos na Corporação e para os que optarem e foram aproveitados pelas diversas qualificações policiais-militares, na forma do Decreto nº 3860, de setembro de 1977.

VIII — Possuir o interstício mínimo na graduação;

a) Subtenente, no mínimo dois (02) anos como

1.º Sargento;

b) 1.º Sargento, no mínimo dois (02) anos como

2.º Sargento;

c) 2.º Sargento, no mínimo seis (06) anos como 3.º Sargento.

Parágrafo único. O interstício exigido para as promoções de praças poderá, em casos de necessidade de renovação dos quadros, ser reduzido através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, sob proposta do Comandante-Geral, até metade do respectivo tempo".

"Art. 36 —

IV — CURSOS

a) Formação de Sargentos realizado na Corporação, pontos positivos igual ao grau de término do Curso.

b) Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente pontos positivos igual ao grau de término de Curso".

"Art. 37. —

III — PENAS CRIMINAIS — de quatro (04) pontos a oito (08) pontos por pena, tendo-se em vista o prejuízo moral causado à Corporação".

"Art. 39 —

X — Submetido a Conselho de Disciplina".

"Art. 40 —

Parágrafo único. —

a) —

b) — Post-mortem;

c) — ..."

"Art. 44 — Concorrerão à promoção as praças que possuírem os cursos respectivos que dêem direito ao acesso respeitadas as exceções previstas nesta lei.

Parágrafo único. São cursos que dão direito ao acesso:

I — Para a promoção a Cabo Combatente ou Especialista;

— Cursos de Formação de Cabos, realizados na Corporação, de acordo com as normas estabelecidas.

II — Para promoção a 3.º Sargento Combatente ou Especialista:

— Cursos de Formação de Sargentos, realizados na Corporação, de acordo com as normas estabelecidas, habilitando o acesso normal até a graduação de 2.º Sargento, inclusive".

"Art. 52 — A promoção "post-mortem" à graduação imediata é efetivada quando a praça falecer em uma das seguintes situações:

1) Em operações policiais-militares (bombeiros-militares) ou qualquer outra ação de manutenção da ordem pública;

2) Em consequência de ferimento recebido em operações policiais-militares (bombeiros-militares) ou na manutenção da ordem pública, ou de doença, moléstia ou enfermidade contraída nessas situações, ou que nelas tenham a sua causa eficiente;

3) Em acidente de serviço, definido pelo Poder Executivo Estadual, ou em consequência de doença, moléstia ou enfermidade contraída nessas situações, ou que nelas tenham a sua causa eficiente;

4) — Se, ao falecer, estiver incluído no Quadro de Acesso por Antigüidade (QAA) ou Merecimento (QAM).

§ 1.º — A promoção que resultar de qualquer das situações estabelecidas nos itens 1, 2 e 3 independará daquela prevista no item 4.

§ 2.º — Para efeito de aplicação do item 4 deste artigo, após efetivada uma promoção e enquanto não forem aprovados novos Quadros de Acesso, devem ser

considerados os últimos Quadros organizados.

§ 3.º — Os casos de morte por ferimento, doença, moléstia ou enfermidade referida neste artigo serão comprovados por Atestado de Origem, Inquérito Sanitário ou de Origem ou Ficha de Evacuação, sendo os registros e termos do acidente, da baixa ao hospital e do tratamento nas enfermarias e hospitais utilizados como meios subsidiários para esclarecer a situação.

§ 4.º — A aplicação dos dispositivos deste artigo não tem efeito retroativo".

"Art. 54. —

§ 3.º — É aplicável o critério adotado no parágrafo anterior, aos sargentos especialistas, considerada a classificação, no respectivo Curso de Formação.

§ 4.º — Na apuração da antigüidade relativa, quando ocorrer empate, tem procedência o sargento que:

a) tiver maior antigüidade relativa na graduação anterior;

b) obteve maior média nos Cursos de Aperfeiçoamento, de Formação de Sargentos ou nos especiais correspondentes".

Art. 2.º — As praças remanescentes dos quadros de especialistas e artífices extintos pelas Leis n.ºs 5797, de 24 de junho de 1968, e 6774, de 08 de janeiro de 1976, e não aproveitadas nas qualificações policiais-militares, terão o acesso regulado na seguinte forma, satisfeitos os itens I, exceto para 3.º Sargento IV, V, VI, VII e VIII, do Art. 25 da Lei n.º 5940, de 08 de maio de 1969, com a nova redação dada por esta Lei:

a) promoção a 3.º Sargento: Curso Especial de Formação de Sargentos, habilitando o candidato ao acesso até a graduação de 2.º Sargento, inclusive; e,

b) promoção a 1.º Sargento: Curso Especial de Aperfeiçoamento de Sargentos, habilitando o candidato ao acesso até a graduação de Subtenente inclusive.

§ 1.º — Os atuais 3.º Sargentos dos quadros extintos deverão cumprir as exigências das letras a e b e os atuais 2.º e 3.º Sargentos deverão cumprir somente as exigências do item b, deste artigo.

§ 2.º — As praças enquadradas nas condições do parágrafo anterior que já possuam os cursos exigidos ficam automaticamente em condições de promoções, na forma deste artigo.

§ 3.º — Os Cursos Especiais de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos instituídos na Corporação para aproveitamento das praças dos quadros extintos são considerados para todos os efeitos legais, equivalentes aos Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos e de Formação de Sargentos, respectivamente.

Art. 3.º — São equivalentes ao Curso de Formação de Sargentos, para todos os efeitos legais, os Cursos de Confirmação de Sargentos.

Art. 4.º — O Comandante-Geral regulará o funcionamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e de Formação de Sargentos, bem como os Especiais.

§ 1.º — As exigências para a realização dos Cursos Especiais de Formação e de Aperfeiçoamento de Sargentos deverão ser compatíveis com a idade, condições físicas e escolaridade dos remanescentes dos quadros extintos, bem como para os que optaram e foram aproveitados pelas diversas qualificações policiais-militares, na forma do Decreto 3860, de 05 de setembro de 1977.

§ 2º — Pelo prazo de três (03) anos a contar da data da publicação desta lei, aos 1º e 2º Sargentos possuidores do respectivo Curso de Formação, desde que contem vinte (20) ou mais anos de efetivo serviço prestados à Corporação, não serão exigidos o grau de escolaridade e as condições físicas e de idade previstas para a seleção de candidatos ao CAS.

Art. 5º — As promoções de músicos (praças) dar-se-ão por categorias de instrumentos musicais, tendo como base o resultado do concurso específico para a graduação.

Parágrafo único. A habilitação do músico em concurso, para a graduação superior, equivalente à conclusão, com aproveitamento, de curso que habilite a praça ao desempenho dos cargos e funções próprias dessa graduação.

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

1. EXTINÇÃO DOS QUADROS DE PRAÇAS ESPECIALISTAS/ARTÍFICES

Visando diminuir o pessoal empregado em funções de apoio e levando em consideração as normas baixadas pela IGPM, que estabeleceram que a maior parte do efetivo da Corporação deveria ser empregado na atividade-fim, o policiamento, através da Lei n.º 6774, de 08 de jan/76 (LOB), foram extintos os quadros de praças especialistas e artífices, dispondo, em seus artigos 60 e 63, o seguinte:

Art. 60- — A exceção dos oficiais médicos, dentistas, veterinários, farmacêuticos e químicos-laboratoristas, são considerados em extinção os atuais quadros de oficiais especialistas e extintos os de praças especialistas e artífices previstos na Lei Estadual n.º 5797, de 24 de junho de 1.968.

Art. 63 — O aproveitamento das Praças que integram o Quadro de Praças Especialistas e o Quadro de Praças Artífices, extintos por esta Lei, será regulado por ato do Comandante-Geral da Corporação, após aprovação das normas para o preenchimento das QPMG e QPMP". Quanto ao aproveitamento das praças dos quadros extintos pela mencionada Lei, o Dec. n.º 3860, de 05 de setembro de 1977, estabeleceu:

"Art. 8º — As praças remanescentes dos extintos, quadros de especialistas e artífices, não aproveitados como praças especialistas, serão aproveitados na QPMP O - Combatente, desde que:

- I — I O subtenente, 1º Sargento ou 2º Sargento tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou Curso de Oficiais de Administração (COA);
- II — O 3º Sargento ou cabo tenha concluído, com aproveitamento, o respectivo curso de formação.

§ 1º — Para atender a observação das praças remanescentes mencionadas no "caput" deste artigo, ficam instituídos cursos especiais de formação de cabos, de formação de sargentos e de aperfeiçoamento de sargentos, a funcionarem na Corporação até 1980.

§ 2º — O Comandante-Geral da Polícia Militar baixará os atos necessários ao funcionamento dos cursos referidos no parágrafo anterior.

§ 3º — A partir da data da conclusão, com aproveitamento dos cursos referidos no parágrafo primeiro deste artigo, a praça remanescente dos extintos quadros

passará automaticamente a pertencer à QPMP O, ocupando posição no escalonamento de acordo com sua antiguidade relativa.

Art. 9º — Serão aproveitados como praças da QPM 1-0, Policial Militar combatente, as praças remanescentes do extinto quadro de Inspectores Rodoviários que, na forma da Lei n.º 5926, de 22 de abril de 1969, passaram a integrar, por opção, a Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 1º — O aproveitamento referido neste artigo, far-se-á independentemente do requerimento, observando-se para o posicionamento do QPMP, antiguidade relativa dos aproveitados.

§ 2º — Para os efeitos da Lei n.º 5940, de 08 de maio de 1969, o Curso de Confirmação de Graduados realizado conforme previsto no Art. 6º da Lei n.º 5926, de 22 de abril de 1969, é equivalente ao Curso de Formação de Sargentos.

Assim, as praças remanescentes dos extintos quadros de especialistas e artífices não aproveitadas como praças especialistas, deveriam passar para a QPMP-O Combatentes, desde que satisfizessem as condições do referido Decreto em seu Art. 8º.

Porém, algumas fizeram o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos Especiais (CASE) passando para a QPMP 1-0, entretanto, com a Lei de Promoções de Praças, Lei n.º 5940, de 08 de maio de 1969, exige o Curso de Formação de Sargentos para promoção a 2º Sargento, 1º Sargento e subtenente, todos os que concluíram o CASE não puderam ser promovidos uma vez que se estabeleceu o conflito entre o que foi exigido pelo Art. 8º, item I, do Decreto 3860/77 e o que exigia a Lei n.º 5940/69.

Essa situação perdura e é agravada pelo fato da legislação estadual, Lei n.º 5940/69, não ter sido adaptada à legislação federal, particularmente quanto à exigência de cursos prevista no Art. 15, do Decreto n.º 66.862, de 07 de julho de 1970.

Assim sendo, todos os que concluíram o CASE estão hoje na situação de combatentes, mas não podem ser promovidos.

Outro aspecto que vem agravando essa situação é a que a Corporação passou a exigir o 1º grau completo para a realização dos Cursos Especiais bem como para os Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos Especialistas.

Ocorre que o universo de praças remanescentes dos quadros extintos é constituído em cerca de 92 por cento de praças que só possuem o antigo primário.

Em consequência, a maioria ficou impedida de frequentar tais cursos o que gerou o seguinte:

1º — Quarenta praças especialistas que passaram para a QPM 1-0, estão na tropa e não podem concorrer à promoção por não possuírem os cursos especiais de formação e/ou de aperfeiçoamento.

2º — As praças que forem aproveitadas nas especialidades (1-1, 1-2, 1-3 ... 1-7), por não poderem frequentar os cursos de aperfeiçoamento, estão impedidas de serem promovidas com o que trancam os seus quadros, gerando situações como estas:

QPMP	GRADUAÇÃO	VAGAS
1-3	Subtenente	9
	1º Sargento	15
	2º Sargento	1
	3º Sargento	26

Existem nessa QPM 20, 2.^o sargentos, sem CASE, portanto não são promovidos a 1.^o sargento trancando o acesso dos 3.^o sargentos. O mesmo está ocorrendo nas QPM 1-1, 1-2, 1-5 e 1-6.

Também, cerca de 84 sargentos que, segundo o Decreto 3.860/77 ao concluírem os respectivos Cursos Especiais de Formação ou de Aperfeiçoamento deveriam passar para a QPM 1-0 estão, hoje, sem QPM, pois não conseguem aprovação nos respectivos cursos face o nível exigido, muito embora, pelo QO, estejam todos somados na QPM 1-0 e, a maioria trabalhando como 1-0.

Pelo exposto, verifica-se que há necessidade de se alterar a atual Lei de Promoções de Praças, adequando-a a legislação federal, bem como de se dar tratamento diferenciado a situação das praças remanescentes dos extintos quadros de especialistas e artífices.

O tratamento diferenciado que este Comando propõe é uma adequação de nível dos cursos especiais ao nível de escolaridade dos remanescentes dos quadros extintos independentemente de suas situações ou seja, se na QPM 1-1 nas QPM de 1 a 7, 2-8, 2-9 e mesmo sem QPM.

2. ALTERAÇÕES PROPOSTAS

Estão sendo propostas as seguintes alterações no bojo da LPP:

a. NO ART. 25

– Item I – Suprime a terminologia “Artífices”, por ter sido abolida essa categoria dos QO da Corporação.

Item II – eliminada a expressão “Curso de Formação, para promoção de Segundo, Primeiro Sargento e Subtenente”, adequando-se ao texto do Decreto n.º 66.862/70 (R-200), Art. 15.

Item III – Deixa de fazer referência ao “Concurso”, uma vez que, pelo R-200 todos os Sargentos especialistas ou não, só podem ser promovidos após realização do respectivo curso de formação ou aperfeiçoamento, daí, então, ter sido alterado.

Item VII – inclui os Cursos Especiais de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, como requisito básico para o ingresso em quadro de acesso das praças remanescentes das especialidades extintas.

Item VIII – o interstício mínimo de serviço, em cada graduação, é necessário para que a praça graduada adquira os conhecimentos e a experiência imprescindíveis ao exercício das funções atribuídas à graduação imediatamente superior. Esse requisito não está previsto na Lei n.º 5.940/69.

Por outro lado, o cômputo de interstício para praças constantes do anteprojeto obedece a mesma previsão da IGPM (Modelo do Reg Prom. Praças das PPMM/79).

b. NO ART. 36

Tendo em vista que o item IV deste artigo contempla pontos positivos pela conclusão de curso de formação, então, como foi alterado o Art. 25, há que se adequar, ao Art. 36, cominando pontos positivos, também, pela conclusão com aproveitamento do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, ocorrendo, pois, a compatibilização do Art. 36 com o Art. 25.

c. ART. 37

A elevação de 2 para 4 o limite mínimo de pontos negativos a serem atribuídos às penas criminais, obedece as prescrições do Art. 12, do Regulamento Disciplinar (RDE), pois “não é coerente imputar a uma pena criminal pontos negativos inferiores aos de uma transgressão disciplinar grave”. (IGPM).

d. ART. 39

O acréscimo do item X deve-se ao fato de ter sido criado o Conselho de Disciplina na PMPR, pela Lei n.º 6961, de 29 de novembro de 77, destinado a julgar a incapacidade das praças para permanência na ativa.

e. ART. 40

Para adequar ao proposto pela IGPM através Ofício n.º 126-IGPM/1 – Circular, de 10 agosto 81.

f. ART. 44

Dada nova redação ao seu “Caput” e Parágrafo Único visando compatibilizá-lo com a nova redação dos artigos 25 e 26. que não mais exigem o Concurso, salvo a exceção prevista com relação ao músico.

g. ART. 52

Para adequar ao proposto pela IGPM através Ofício n.º 126-IGPM/1 - Circular, de 10 agosto 81.

h. NO ART. 54

Alterados os parágrafos 3.^o e 4.^o para compatibilizar com a nova redação dos artigos 25, 36 e 44 da LPP.

3. RAZÕES DE OUTROS DISPOSITIVOS CRIADOS PELO ANTEPROJETO.

O Art. 2.^o e seus parágrafos visam sanar o problema decorrente da extinção das diversas especialidades, permitindo que os sargentos possuidores de cursos especiais ou que venham a possuí-los possam ingressar no QA e concorrer normalmente às futuras promoções.

Nessa situação existem 115 (cento e quinze) elementos, distribuídos nas graduações de 1.^o, 2.^o e 3.^o sargentos, sendo 10 (dez) possuidores do Case.

Por outro lado, os prazos estabelecidos pelo Decreto n.º 3.860/77 para que os remanescentes fizessem os Cursos Especiais expiraram em 1980, assim sendo há praças com o CASE que não podem ser promovidos, como há 2.^o e 3.^o sargentos que também não podem ser promovidos por não terem realizado os Cursos Especiais de Formação ou de Aperfeiçoamento.

Art. 3.^o – Por existirem, ainda, praças com esses cursos.

Art. 4.^o Por falta da referida regulamentação.

Os parágrafos 1.^o e 2.^o visam dar oportunidade aos antigos sargentos que não estão tendo acesso à carreira.

Por outro lado, com a exigência do Curso de Aperfeiçoamento feita pelo Dec. n.º 66.862/70 (R-200) um elevado número de sargentos possuidores do CFS, deixaram, também, de serem promovidos às graduações subsequentes por não preencherem alguns dos requisitos exigidos, principalmente quanto ao nível de escolaridade correspondente ao 1.^o grau e idade. Estendendo-se, agora, esse mesmo direito, a administração policial-militar estará contribuindo para melhorar, substancialmente, as perspectivas de carreira dos nossos graduados valorizando o passado profissional dos mesmos.

Art. 5.^o Por ter sido suprimido do Art. 25 o inciso III, que se referia aos especialistas

O que será resolvido:

a. os atuais 1.^{os} Sargentos da QPM 1-0 ou sem QPM fariam o CASE e:

- os da 1-0 entrariam no QA; e
- os sem QPM passariam automaticamente para a QPM 1-0 e também concorreriam.

c. os 3.^o Sargentos fariam a Formação Especial, podendo ser promovidos a 2.^o Sargento e, depois fariam o CASE, podendo concorrer a 1.^o Sargento e Subtenente.

4. CONCLUSÃO

Dessa forma, além da adequação dos dispositivos da LPP, uma vez aprovada a presente proposição, a situação dos graduados especialistas, obstaculizados em sua ascensão, por um lapso existente na Lei de Promoção, veriam renascer as suas aspirações de concorrerem ao quadro de acesso respectivo, sanando dessa forma, antigo problema que não permitia pudessem eles divisar maior horizonte dentro da carreira policial-militar.

As alterações propostas foram objeto de parecer favorável da chefia do Estado-Maior do Exército, Ofício n.º 066 — IGPM/1, de 19 de julho de 1983, item 1.a.

OFÍCIOS:

Sob o n.º CM/2923/83-ic., do senhor FLORIVALDO DE OLIVEIRA CAJÉ — presidente da Câmara Municipal de Cubatão, encaminhando cópia do requerimento n.º 450/83, de autoria do ilustre vereador senhor Francisco Alberto Trombino, no seguinte teor:

A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Este é o preceito constitucional previsto no § 3.^o, do artigo 153.

Idênticos termos existem no artigo 6.^o, da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, que literalmente assim dispõe:

Art. 6.^o — A lei em vigor terá efeito imediato e geral respeitadas o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

E, o parágrafo 2.^o desse mesmo artigo esclarece o que sejam os direitos adquiridos:

Art. 6.^o — ...

§ 2.^o — Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

Transcrevi acima os dispositivos legais citados, pelo fato seguinte:

Na conformidade do disposto na Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a lei Orgânica da Previdência Social, o ingresso em emprego ou atividade compreendida no regime dessa lei determina a filiação obrigatória, adquiridos assim a contribuição.

Desta forma, todos quantos se aposentavam deixavam de contribuir, face aos termos da lei.

Após o decreto-lei 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que entrou em vigor a 1.^o de janeiro de 1982, passariam a ser descontadas, contribuições, incidentes sobre os proventos de aposentadorias, tanto para os que se aposentaram a partir de então, quanto pelos aposentados anteriormente.

Afinal, não tinham os aposentados anteriormente a 29 de dezembro de 1981, seus direitos adquiridos? Por que o decreto-lei não o respeita? É legal a cobrança da

contribuição dos aposentados anteriormente a 29 de dezembro de 1981. É constitucional?

Todas essas perguntas são formuladas por todos os aposentados.

Alguns ingressaram na Justiça; outros tantos não.

Esse procedimento por parte do governo, e de suas autarquias compélindo ao particular a se valer da Justiça para fazer respeitar seus direitos é odioso. Outro exemplo disso é resultante do desconforme aumento da prestação da casa própria financiada pelo BNH.

Todas as vozes devem ser levantadas. Deve ser exigido o respeito à norma constitucional, sem a necessidade de se recorrer a Justiça.

Isto posto, requeiro, observadas as normas regimentais e ouvido o douto Plenário, seja expedido ofício ao excelentíssimo senhor ministro da Previdência Social, solicitando de sua excelência que oriente no sentido de que sejam respeitados os direitos adquiridos pelos aposentados anteriormente a 1.^o de janeiro de 1982, de forma tal que não mais sejam descontados dos proventos de suas aposentadorias as contribuições previstas no artigo 2.^o, do Decreto-Lei 1.910, de 29 de dezembro de 1981.

Requeiro, outrossim, sejam expedidos ofícios aos excelentíssimos senhores presidente da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como aos líderes junto àquelas Casas, pedindo-lhes apoio.

Requeiro, finalmente, seja dada ciência às Assembléias Legislativas dos Estados, pedindo apoio.— Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO CIRCULAR:

Sob o n.º 892/83-DL, do senhor SYLVIO PÉLLICO ELME, presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, encaminhando cópia do requerimento de autoria do nobre vereador Atilio Vertochi, no seguinte teor:

Em data recente, o MM Juiz de Menores da Capital de São Paulo, em palestra realizada na sede da FEBEM SP, declarou que, de acordo com relatório recebido da ONU, SE OS GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA NÃO TOMAREM PRIVIDÊNCIAS SOBRE O PROBLEMA DOS MENORES, no ano 2.000 a AMÉRICA LATINA TERÁ DUZENTOS MILHÕES DE MENORES INFRATORES.

Essa é uma séria advertência e que deve preocupar a todos nós, porque os dados são estarrecedores; não se trata apenas de menores carentes ou abandonados; porém, DUZENTOS MILHÕES DE MENORES INFRATORES, o que assume um aspecto da maior gravidade.

Com a intenção de colaborar para que seja amenizado esse grave problema, já na Legislatura anterior apresentamos sugestão às autoridades federais, no sentido de que fosse criado um dispositivo na CLT, com a finalidade de serem admitidos nos estabelecimentos industriais e comerciais:

... “Um número de aprendizes, recrutados nas unidades próprias ou em obras conveniadas, da FUNABEM ou das Fundações Estaduais similares, na proporção de um por mil, dos empregados existentes em cada estabelecimento”.

Fundamentado nessa sugestão, tramita no Congresso Nacional projeto de lei, que se aprovado, virá contribuir para a formação profissional e o aproveitamento de inúmeros menores, acima mencionados.

Entretanto, isso ainda não é suficiente; entendemos que

há necessidade de um aproveitamento ainda mais elevado desses menores; e a sugestão do presente requerimento é que sejam adotadas medidas pelo governo federal, a fim de possibilitar que os referidos menores sejam também admitidos em órgãos públicos federais, estaduais e municipais, o que atualmente é impedido pela legislação vigente.

Como exemplo, podemos mencionar que, se em cada município brasileiro, for admitido um menor em seus órgãos públicos, tais como: Prefeitura, Câmara Municipal, Fórum, Caixa Econômica Federal e Estadual, Banco do Brasil, Banco do Estado, etc., teríamos, em média, o aproveitamento de aproximadamente 10 menores em cada município; e multiplicando-se esse número pelo total dos municípios brasileiros é superior a quatro mil, verificaríamos que seria um resultado dos mais positivos para o bem e o futuro desses jovens.

Pelas razões expostas, REQUEREMOS à Mesa, nos termos regimentais, seja oficiado ao excelentíssimo presidente da República, solicitando sejam adotadas as necessárias providências, no sentido de ser instituída legislação a fim de permitir o aproveitamento de menores a serem recrutados nas unidades próprias ou em obras conveniadas, da FUNABEM ou das Fundações Estaduais similares.

Requeremos, ainda, seja dada ciência e solicitado o necessário apoio aos excelentíssimos senhores Ministro da Justiça, ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, presidente do Senado, da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa dos Estados, bem como a todas as Câmaras Municipais da Região Metropolitana da Grande São Paulo e à imprensa falada e escrita e televisada da Capital.— Ao conhecimento da Casa.

Ofício n.º 1339/83-DL do vereador MOACIR TOSIN, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, requerimento do vereador LUIZ CARLOS RETENHAUSER, SÚMULA: Requer isenção do pagamento do ICM às cooperativas de consumo do Paraná, e alterações ao Decreto-Lei n.º 406/68.— Ao conhecimento da Casa.

TELEX N.º 392/83 nos seguintes termos: COMUNICAMOS VOSSÊNCIA PLENARIO DESTA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA APROVOU UNANIMEMENTE REQUERIMENTO AUTORIA DEPUTADO JOSEH RIBEIRO SUGERINDO SEJA ENCAMINHADO MENSAGENS AO PRESIDENTE DA REPUBLICA LOUVANDO SEU POSICIONAMENTO QUANTO ESCOLHA SEU SUCESSOR ATRAVÉS ELEIÇÕES DIRETAS PT DEPUTADO MANOEL CONDE SOBRAL — PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO SERGIPE.— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA PARA O PROJETO DE LEI N.º 204/83, “que autoriza o Poder Executivo a isentar a FREI (Fundação de Recuperação do Indigente) das taxas de Energia Elétrica, Água e Saneamento”.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 90/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei n.ºs 187 e 201/83, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro que a sessão Solene, aprovada para amanhã dia 24 do corrente, seja cancelada por motivos de Saúde do homenageado e que vossa excelência marque a sessão ordinária à hora regimental.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no item V do parágrafo 2.º, do Art. 134, do Regimento Interno, destaque das emendas n.ºs 02 e 04, de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei n.º 187/83, para que se constituam Projeto de Lei separado.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

APOIAMENTO:

Tadeu França, Ironi Pugliesi, Nelson Vasconcellos, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Rubens Bueno, Roberto Requião, Sabino Campos, Fiori Luiz, José Antônio Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Paulo Furiatti, Mário Pereira, Ervin Bonkoski, Edmar Luiz Costa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) nesta Casa, ao final firmado, vêm à presença de vossa excelência, em razão do que prevê o art. 15 da Constituição Estadual, REQUERER seja declarada a suspensão dos trabalhos e da contagem do prazo de 180 dias da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades cometidas na administração pública do Paraná, durante o período do recesso parlamentar a iniciar-se a partir do próximo dia 05 de dezembro, tendo para seu reinício a restituição de tal prazo ao término dessa suspensão dos trabalhos legislativos ordinários em 1.º de março de 1984.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA,

Adhail Sprenger Passos, Sabino Campos, Gernote Kirinus, Eduardo Baggio, Márcio Almeida, Artagão Mattos Leão.

Tadeu França, Hermas Brandão, Orlando Pessuti, Antônio Annibelli, Irondi Pugliesi, Dirceu Manfrinato, Osvaldo Alencar Furtado, Anibal Khury, Edmar Luiz Costa, Nilso Sguarezi, Rubens Bueno, Fiori Luiz, José Antônio Fonseca, Caíto Quintana, Paulo Furiatti, Nelson Vasconcellos, Mário Pereira e Roberto Requião.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos, voto de congratulações ao prefeito Eurides Moura, pela passagem do 51.º aniversário de emancipação política do município de Rolândia, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o plenário, REQUER a consignação de um voto de louvor às organizações Globo de Televisão, pelos relevantes serviços que vêm prestando a toda comunidade rural do País ao longo dos anos que vem levando ao ar o programa dominical "Globo Rural".

Tal iniciativa demonstra e confirma plenamente o valor inestimável que possui esse veículo de comunicação de massa, quando bem dirigido, no sentido de prestar valiosa colaboração na educação e difusão de informações fundamentais à população.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à referida Organização.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo sr. secretário da Segurança Pública, solicitando que seja colocado à disposição da Polícia Militar, durante a Operação Praias, um helicóptero.

Tal pedido visa dotar nossa Polícia Militar de meios mais modernos para a segurança dos veranistas. Os benefícios de tal medida são irrefutáveis, justificando plenamente os investimentos que se fizerem necessários. Esta é, sem dúvida, a melhor maneira de garantir o patrulhamento dos quase 50 quilômetros de praias, saindo da Barra do Piraí, passando por Brejatuba e chegando a Guaratuba, Matinhos, Caiobá e chegando até Pontal do Sul.

Requer outrossim, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à "Gazeta do Povo", por reportagem publicada nesta data, alertando aos poderes públicos para tão delicado assunto.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. Luiz Felipe Haj Mussi, secretário da Segurança Pública, solicitando para que seja, na maior brevidade, apurados, concluídos e anunciados os resultados do seu trabalho sobre a explosão da casa onde se encontravam instalados os transmissores da Rádio Difusora do Paraná, em Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Considerando que dia 20/09/83 houve uma violenta explosão na casa dos transmissores da Rádio Difusora do Paraná em Mal. Cândido Rondon.

Considerando que no mesmo dia se dirigiram ao local autoridades e peritos da política técnica para averiguações.

Considerando que já se passaram dois meses e até a presente data os resultados finais não foram apresentados.

Considerando que toda a população rondonense espera esclarecimentos sobre esta ação criminosa, é que solicito o presente.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Segurança, veemente apelo no sentido de que seja adotada, com a máxima urgência, de viatura policial adequada, a Delegacia de Polícia de Lunardelli.

O município em questão embora possua de moderna delegacia, tem um contingente policial bastante reduzido e os seus integrantes, além de insuficientes para manter a segurança da população, têm, muitas vezes, que alugar veículos, às suas próprias expensas, para perseguir malfeitores.

sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo sr. presidente do Banco do Estado do Paraná, dr. José Brandt, em que solicita estudo sobre viabilidade de instalação do Posto Avançado do Banestado, na localidade denominada Três Lagoas, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Com o crescimento populacional de Foz do Iguaçu e de seus bairros, acompanhado do aumento desenfreado da demanda de serviços públicos, faz-se necessário que o Banestado amplie sua rede de atendimento aos paranaenses de modo geral.

Devemos considerar, outrossim, a crescente complexidade da atividade econômica em nossos municípios, a exigir eficiente contrapartida dos instrumentos de política financeira do governo do Estado do Paraná.

Em relação à localidade de Três Lagoas, em Foz do Iguaçu, na qual habitam cerca de 5 mil terrestres, que conta com Posto Administrativo Municipal, sistema telefônico, subdelegacia, indústrias cerâmicas, colégios e dezenas de casas comerciais, entendemos que se faz urgente o estudo de viabilidade de instalação do Posto Avançado, tanto mais quando se considera que a localidade não conta com nenhuma agência bancária a distância menor de oito quilômetros.

Assim, esperamos contar mais uma vez com os

prestimosos serviços do excelentíssimo sr. presidente do Banestado e de sua diretoria, no intento de levar o bem-estar e o progresso sócio-econômico a toda nossa gente.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto plenário, envio de ofício à excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação e ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Administração, solicitando reparos urgentes e necessários, no prédio onde funciona a Escola Estadual Vila Vicentina - Ensino de 1.º Grau, em Ponta Grossa, bem como ampliação de novas salas de aula no referido estabelecimento.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz, em virtude de que o prédio da referida escola não oferece as mínimas condições de segurança, tendo sido alvo de arrombamentos constantes, comprovados por certidões expedidas pela Secretaria de Segurança Pública - 13.ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à excelentíssima secretária de Educação, veemente apelo no sentido de que seja instalado no município de Lunardelli, com a máxima urgência, escola de segundo grau, para que ainda funcione no ano vindouro.

O município, atualmente, conta com mais de 350 alunos, que precisam se deslocar para cidades vizinhas, com o conseqüente aumento das custas e riscos que a locomoção acarreta.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao excelentíssimo governador do Estado, sr. José Richa, pedindo o funcionamento de segundo grau nas escolas públicas dos municípios de Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Piên e Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

No estágio de desenvolvimento do Estado, não mais se justifica que municípios como os acima relacionados, fiquem privados de Escola Pública de 2.º Grau.

Naqueles municípios, está havendo evasão muito grande de alunos, dadas as dificuldades financeiras porque deparam os pais, com o objetivo de deslocá-los para outros municípios com a finalidade de dar seqüência aos estudos. Poucos têm tido essa sorte.

O pedido vem de encontro aos reclamos das lideranças políticas e sociais, sendo justa e oportuna sob todos os aspectos, na medida em que beneficiam as comunidades carentes.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao excelentíssimo sr. presidente do ITC - Instituto de Terras e Cartografia, através do excelentíssimo sr. secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a tomada de providências visando impedir a ação de desmatamento de uma reserva florestal, localizada próxima à área urbana do distrito de Corumbataí, do Sul, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

A Câmara Municipal de Vereadores de Barbosa Ferraz, em sessão ordinária, realizada em oito de novembro, aprovou em regime de urgência o requerimento de autoria do excelentíssimo sr. vereador Donizete Aparecido Fernandes, solicitando ao ITC providências que impeçam o desmatamento daquela reserva florestal próxima daquele distrito. Tendo, em vista isto, é imprescindível que tal reivindicação seja avaliada, pois aquela região, assim como todo o Estado do Paraná, tem assistido os constantes e até mesmo diários desmatamentos de reservas, sendo que tais ações contribuem para os desequilíbrios ecológicos existentes.

Pelas razões expostas, espera-se por parte dessa secretaria de Estado da Agricultura, a tomada de medidas que se dirijam no sentido de possibilitar o que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a excelentíssima sra. superintendente da Fundepar - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, no intuito de que seja realizado reformas gerais na Escola São Judas Tadeu, localizada na municipalidade de Quinta do Sol.

De iniciativa do excelentíssimo sr. Solange Marques, prefeito municipal de Quinta do Sol, este afirma, conforme correspondência, a real necessidade de se efetivar tais reformas, especialmente na cobertura daquele estabelecimento educacional, que se encontra naquelas condições, tendo em vista as constantes chuvas que apodreceram o madeiramento, oferecendo grande perigo a todos os seus integrantes.

Espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, a tomada de medidas que se dirijam para a eliminação dos problemas ora discorridos, a respeito daquela escola.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na execução de reformas gerais no prédio da Delegacia de Polícia, localizada na municipalidade de Quinta do Sol.

As atuais condições estruturais das instalações do prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, apresentam-se bastante

danificadas, tendo em vista que há muito não se verificam as devidas averiguações, que por muitas vezes fica aquele organismo impossibilitado de agir naquela área com eficiência, por falta de equipamentos em maiores quantidades, sendo este outro problema.

Espera-se portanto, pelas razões discorridas, uma avaliação imediata que viabilize a eliminação do problema ora relatado, conforme iniciativa do excelentíssimo sr. Solange Marques, Prefeito Municipal de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo sr. presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a realização de estudos devidos, visando a criação e instalação de um Distrito Judiciário no Distrito de Alto São João, pertencente à municipalidade de Roncador.

O crescimento populacional daquela localidade nos últimos tempos é uma comprovação do constante processo desenvolvimentista daquela localidade, fazendo existir a necessidade de rever a política de diversos setores, dos quais o setor judiciário. Tendo em vista esta conjuntura, são inúmeros os transtornos que se verificam em face da não existência de um distrito judiciário. Ademais, os habitantes daquela localidade, quando necessitam demandar em juízo, têm que se deslocar para o município de Roncador, sendo tal fato, indiscutivelmente, oneroso.

Torna-se imprescindível que medidas se dirijam no âmbito de possibilitar a concretização do que ora é proposto, beneficiando os quase cinco mil habitantes de Alto São Joaquim conforme iniciativa do excelentíssimo sr. Joaquim Rodrigues da Silva, vereador da Câmara Municipal de Roncador.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a excelentíssima sra. diretora Superintendente da Fundepar - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a imediata liberação de recursos no intuito de possibilitar a realização de reformas gerais no Colégio Vila Rica do Espírito Santo, localizado na municipalidade de Fênix.

Segundo relato da excelentíssima sra. Joaquina de Souza Lopes, vereadora da Câmara Municipal daquela cidade tal pedido é feito em face das condições estruturais onde estão instaladas aquele estabelecimento, pertencente à rede estadual de ensino, que já há muito tempo vem comprometendo a adoção por parte dos professores, de aulas condizentes com as determinações curriculares previstas inclusive na Lei 5692/71 que regula o ensino a nível médio.

Neste sentido, torna-se imprescindível o pedido ora exposto, tendo em vista que iria suprir ao menos em parte, as já deficientes condições daquele educandário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 229/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É vedado aos órgãos da Administração centralizada, e de administração autárquica, bem como às fundações do Estado a contratação de mão-de-obra de terceiros, por intermédio de pessoas físicas, de locadora de serviços e de empresas de transportes de cargas, para os serviços de carga, descarga e respectivos transportes, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados, através do respectivo Sindicato de Classe.

Art. 2º — O representante da Fazenda do Estado junto às empresas públicas, providenciará, no prazo de 90 (noventa) dias, a necessária alteração dos seus estatutos sociais, para o cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º — Não incidem na proibição constante desta lei as entidades que se situarem em localidades onde não existir sindicato representativo da categoria profissional.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de lei, nos termos do ofício encaminhado pelos presidentes de diversos Sindicatos de Trabalhadores, que abaixo transcrevemos:

“Os trabalhadores agrupados em Sindicatos, cujos presidentes subscrevem o presente, considerando o freqüente e abusiva interferência de locadoras de mão-de-obra (quer como simples empreiteiras ou “gatos”) nos serviços de carga, descarga e respectivo transporte, reduzindo o trabalhador à condição de semi-escravo, prática essa conhecida por “Marchandagem”, que o direito de todas as nações civilizadas repelem, vêm a vossa excelência, com todo o respeito e acatamento devido, rogar o encaminhamento de mensagem, em caráter de urgência, à Assembléia Legislativa, propondo decretação de lei nos termos do Projeto”

Certos de vossa elevada apreciação e deliberação sobre o pedido.

(aa) Presidente do Sindicato dos Arrumadores de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Conservadores de Carga e Descarga nos Portos de Paranaguá e Antonina, Presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Estivadores de Antonina, Presidente dos Carregadores e Ensacadores de Café de Paranaguá, Presidente dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos de Paranaguá e Antonina, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Bloco de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Vigias Portuários de Paranaguá.

PROJETO DE LEI Nº 230/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, sem prejuízo financeiro e funcional, fica dispensado das atividades próprias de seu cargo de funcionário público.

Parágrafo único. A carga horária a que o mesmo esteja obrigado a cumprir no serviço público estadual, deverá ser aplicada, exclusivamente, em proveito da entidade acima mencionada.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.983.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

O desempenho que o presidente vem desenvolvendo nesta entidade é de grande importância, fazendo com que se agilize os problemas prioritários do qual se propôs a deflagrar. A referida dispensa vem de encontro com a necessidade de expansão dos planos traçados para o Estado, o qual deverá fazê-lo em tempo integral, para sanar as dificuldades em que se encontra a Associação. Atualmente, este trabalho vem sendo desenvolvido apenas nos finais de semana, dificultando a imensa gama de trabalho que deverá ser desenvolvido.

Com o referido projeto, terá seu presidente condições de melhor desenvolver estes propósitos e discutir mais de perto com todos os associados de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): “Em 20 de setembro último uma violenta explosão na casa dos transmissores da Rádio Difusora do Paraná, tirou a emissora do ar.

No mesmo dia, cobrei da Secretaria de Estado da Segurança Pública providências urgentes no sentido de se esclarecer a origem do atentado cometido.

Também para a cidade de Mal. Cândido Rondon, logo se deslocou, não o secretário da Segurança, mas o Secretário do Interior, acompanhado de um perito da Polícia Técnica, que para lá se dirigiram em avião especial do Estado.

O sr. secretário do Interior, dr. Nilton Friedrich, inclusive na oportunidade, por meio da imprensa, tentou prejudicar, admitindo ele, de forma surpreendente, a possibilidade de o atentado poder ter origens de ordem político-partidária.

Até o momento, passados quase dois meses, nada se ficou sabendo acerca dos resultados a que porventura tenha chegado a nossa polícia.

O assunto ficou ultimamente encoberto de um estranho silêncio, preocupante por parte de todas as pessoas sérias que esperam seja elucidado o ocorrido, às claras, sem maiores delongas e rodeios.

Reitero, portanto, os apelos às autoridades da Secretaria da Segurança Pública, para que sejam, na maior brevidade, apurados, concluídos e anunciados os resultados de seu trabalho sobre explosão da casa onde se encontravam instalados os transmissores da Rádio Difusora do Paraná, em Mal. Cândido Rondon.

É o que a opinião pública espera, ansiosa”.

Na oportunidade, apresento o seguinte requerimento.

(Lê): ‘Senhor presidente.

O deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. Luiz Felipe Haj Mussi, secretário da Segurança Pública, solicitando para que seja, na maior brevidade, apurados, concluídos e anunciados os resultados do seu trabalho, sobre a explosão da

casa onde se encontravam instalados os transmissores da Rádio Difusora do Paraná, em Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Considerando que dia 20/09/83 houve uma violenta explosão na casa dos transmissores da Rádio Difusora do Paraná em Marechal Cândido Rondon.

Considerando que no mesmo dia se dirigiram ao local autoridades e peritos da Polícia Técnica para energia averiguações.

Considerando que já se passaram dois meses e até a presente data os resultados finais não foram apresentados.

Considerando que toda a população rondonense espera esclarecimentos sobre esta ação criminosa, é que solicito o presente”.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. presidente, nobres srs. deputados.

Na qualidade de representante do município de São Jerônimo da Serra, nesta Casa, venho à tribuna para consignar a preocupação que domina as autoridades daquele município, aliás, não só daquele município, como também de Sapopema, quanto à recente decisão tomada pelo juiz de direito da Comarca de Curiú sobre os destinos dos posseiros que ocupam as glebas 8 e 9, colônia de São Jerônimo, daquele município.

Historiando a situação dessas terras propostas pelas glebas 8 e 9 da Colônia São Jerônimo, com mais ou menos 150 alqueires, todas elas ocupadas por posseiros e por seus familiares, com posse mansa, pacífica e alguns até com mais de meio século nas terras.

Essas glebas, sr. presidente, srs. deputados, sempre foram consideradas como terras devolutas, por isso mesmo de domínio público, devidamente demarcadas, vistoriadas e com levantamentos periódicos efetuados pelo antigo DGTC, e agora pelo ITC, para constatação dos ocupantes.

Ressalte-se ainda que muitos dos atuais posseiros já haviam requerido por compra e pago as taxas agrárias e as prestações, estando tão somente aguardando a expedição dos respectivos títulos, o Estado e o ITC, desejando solucionar de vez, não só essa, como toda a questão fundiária do Estado, ajuizaram na sede da comarca de Curiúva, no ano de 79, ação discriminatória para que fosse declarada de domínio público a área para fins de titulação, aproveitando-se dessa providência um dos confrontantes da área contestou, alegando ser o titular do domínio das mesmas.

O processo tramitou durante quatro anos na comarca de Curiúva, finalmente agora em junho, o juiz proferiu a sentença julgando improcedente a ação proposta pelo Estado para reconhecer como de domínio particular as referidas glebas.

O que causou espanto ao ITC e a todos os posseiros, foi o fato de o juiz de Curiúva, em sua sentença, ter ordenado entrega das áreas aos contestantes, embora a ação tenha sido discriminatória, com o objetivo de declarar se as terras eram ou não de domínio público, mas este tipo de ação só tem valor declaratório, e o que é que fez o juiz daquela comarca?

Ao tomar aquela decisão, extrapolou a sua competência, decidiu além do pedido. Vê que mistério. Decidiu além do pedido, ou juridicamente falando, como dizem os juristas, "ultra petita", assim sendo, sr. presidente, esta é a grande preocupação que domina aquele município, com o desfecho que possa ter essa decisão criando um clima de tensão social na região onde sempre predominou a paz e tranquilidade.

Os atuais ocupantes dessas áreas, estão no inabalável propósito de não saírem de suas posses, pois se julgam com pleno direito às mesmas pela permanência trintenária que as vêm ocupando, a justo título e de boa fé, e pacificamente.

Sr. presidente, srs. deputados, outro fato que causou estranheza não só aos posseiros mas a todos nós todos homens de bom senso, foi que o Juiz da Comarca de Curitiba, proferindo a sentença contra todas as provas constantes do pedido, decidindo além do pedido, no dia 24 de junho do corrente ano, logo a seguir, menos de 20 dias depois, deu entrada no Tribunal de Justiça do seu pedido de aposentadoria. Imaginem, deu uma sentença contraditória e discriminatória, e o que é que ele fez?

Vinte dias depois foi para casa e "deixou o circo pegar fogo".

Felizmente, sr. presidente, nobres srs. deputados, nós continuamos acreditando na justiça de nossa terra, e por quê não?

Isto é um caso isolado, justiça sempre houve com imparcialidade, sempre se fez efetivamente justiça quando os paranaenses bateram às portas do Tribunal, agora estamos convictos de que o Tribunal de Alçada, a que está afeto o julgamento da apelação interposta pelo Estado do Paraná e pelo ITC, irá reformar esta sentença absurda de um juiz que não honra a sua toga, de um juiz que teria interesses outros, tal absurdo da sua decisão.

Nós temos certeza que o Tribunal de Alçada devolverá aos agricultores a tranquilidade para que eles possam continuar produzindo o que nós precisamos hoje, realmente, é produção, para sairmos dessa crise terrível que assola a Nação, para podermos dar tranquilidade à Nação, à lavoura, não com sentenças absurdas como essa, que iremos resolver a questão fundiária no Estado do Paraná.

Esperamos que o Tribunal de Alçada reforme esta sentença absurda, para evitar uma nova tragédia...

O SR. PRESIDENTE -- (Nestor Baptista) -- A Mesa concede-lhe mais um minuto, apesar de vossa excelência ter falado sete minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Obrigado, então mais dois segundos.

Como Ribeirão Bonito, no município de Sertaneja, quando pseudo proprietários portadores de títulos de domínio desejam desalojar dezenas de famílias que se encontram trabalhando na posse mansa e pacífica da terra,

Muito obrigado pela atenção, sr. presidente. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Márcio Almeida. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO -- Sr. Presidente, srs. deputados.

No último dia 20 de outubro passado, esta Casa apreciou requerimento subscrito pelo ilustre companheiro e amigo, sr. deputado Tadeu Lúcio Machado, denunciando intervenção da direção da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, em Jacarezinho, no Diretório Acadêmico "Octávio

Mazziotti", que congrega os alunos daquela escola.

No requerimento, aprovado em sessão daquele dia, o nobre deputado Tadeu Lúcio Machado, denunciava ainda o afastamento, por trinta dias, do presidente daquele diretório, o Acadêmico Paulo Roberto Salle, por determinação da direção da Faculdade. Tal denúncia, srs. deputados, segundo nos comunicou a direção daquela faculdade, não tem nenhuma providência.

Que nos perdoe o nobre deputado Tadeu Lúcio Machado, com quem já conversamos respeito e que merece toda nossa amizade e admiração.

Acontece que, por ter sido feita uma denúncia em sessão desta Casa, consideramos de bom alvitre utilizar o mesmo expediente para expor as considerações da direção daquela faculdade a respeito desse fato controvertido.

Segundo correspondência enviada a este deputado e que veio assinada, ao mesmo tempo, pelo diretor da Faculdade, professor Augusto Lima Corrêa, e pelo presidente do Diretório "Octávio Mazziotti", Paulo Roberto Salle, a denúncia aqui formulada anteriormente surpreendeu a todos quantos militam naquela instituição de ensino superior, tanto o corpo docente quando o discente. A surpresa deve-se não só pela inexistência dos atos, inclusive, considerados arbitrários, mas também à inocorrência de qualquer situação que pudesse levar a tal ilação. Essa correspondência a nós dirigida, veio acompanhada, inclusive, de um manifesto onde assinaram representantes da comunidade jurídica do norte pioneiro, membros da congregação daquela escola, do Diretório Acadêmico, do Centro Superior de Civismo e de vários departamentos de Estudos da Faculdade de Direito do norte pioneiro.

Diz o manifesto que, em reunião realizada às 21 horas do último dia 08 de novembro, no Salão Nobre da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, perante assembléia estudantil, os seus signatários resolveram lavrar este documento para informação das autoridades e do público em geral, no sentido de se restabelecer a verdade e a justiça.

E aí faz algumas considerações, como por exemplo, a de que o Diretório Acadêmico Octávio Mazziotti, não está e nem esteve sob qualquer tipo de intervenção, determinada pela direção ou órgão colegiado da Faculdade do Norte Pioneiro; que o acadêmico Paulo Roberto Salle, presidente do diretório, não está e nunca esteve ameaçado ou suspenso de suas atividades político-estudantis. Ao contrário, contrário, tem recebido o mais irrestrito apoio de todos os órgãos da administração dessa Faculdade.

Diz ainda o documento que não há nenhuma manifestação de desagrado, explícita ou velada por parte dos órgãos da administração da Faculdade, em relação ao acadêmico Paulo Roberto Salle, à candidatura ao cargo de Diretor do Departamento Jurídico da União Paranaense dos Estudantes.

Diz, por fim, tal manifesto, que a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, em seus 15 anos de existência, já marcou uma larga tradição de devoção ao direito, ao amor à liberdade, objetos de ensino diuturno a seus discentes, finalidade precípua de sua existência.

Era este o posicionamento que nos sentíamos obrigados a assumir, em função da improcedência da denúncia aqui formulada e aprovada em sessão plenária.

Em complemento a este pronunciamento, tomei a liberdade de encaminhar requerimento à Mesa desta Casa, acompanhado de cópia do manifesto a que me referi, a fim de que a versão do hipotético coator conste dos Anais desta Assembléia Legislativa e seja assim restabelecida a autenticidade dos fatos.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Mário Pereira.

Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Márcio Almeida.

Tendo declinado, concedo a palavra ao sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. presidente, srs. deputados.

Em atenção e consideração aos mais de 300 funcionários da Assembléia Legislativa, desejosos, todos eles, de receberem esta nova reestruturação do quadro funcional da Assembléia, os funcionários da taquigrafia resolveram retirar a emenda aposta ao Projeto de Lei n.º 187/83, recebendo as taquígrafas e os taquígrafos, o compromisso do PMDB o de solidarizar e responsabilizar para, tão logo seja aprovada esta reestruturação, o problema das taquígrafas e da taquigrafia, seja resolvido como primeiro compromisso de honra com os funcionários desta Casa. A bancada do PMDB se compromete a solucionar e atender a emenda que pretendíamos apor a este projeto de lei.

A sensibilidade da taquigrafia, deste pessoal operoso deste Poder é realmente muito grande, porque já haviam recebido a solidariedade da maioria deste Plenário, ou deste Poder, ou a assinatura de mais de 34 srs. deputados apoiando a emenda.

Todavia, mesmo sabendo que os deputados honrariam a assinatura aposta na emenda, elas, sensibilizadas pela maioria dos funcionários da Assembléia e desejosas todas de não prejudicar nenhum funcionário, a, resolveram, junto com os srs. deputados Paulo Furiatti e Antônio M. Annibelli, ambos responsáveis pela Comissão que integrava o Plano de Estudo de Reformulação do Quadro Funcional da Assembléia, com o compromisso desses dois, sendo também o compromisso da bancada do PMDB e com a sensibilidade ajudada pelo pedido de mais de 300 funcionários que solicitaram ao PMDB que não aprovasse nenhuma emenda para poder ser aprovado pelo governo do Estado, o plano de reclassificação, elas solicitaram, como porta-voz para retirar a emenda, recebendo também o compromisso do partido de que, tão logo seja aprovado pelo governador, esta reformulação do quadro funcional, nós, o PMDB, como maioria deste Poder, haveremos de dar a elas a pretensão muito justa, a solicitação mais do que justa e o aumento mais do que necessário.

Fica, portanto, retirada a nossa emenda e o agradecimento ao pessoal da taquigrafia, para que não tumultuemos a aprovação desta reformulação do quadro de funcionários deste Poder.

Todos unidos, vamos solicitar agora sem nenhuma emenda a aprovação deste projeto ao sr. governador José Richa, com o agradecimento, tenho certeza, de todos os funcionários desta Assembléia, pelo Quadro de Taquigrafia, porque sabia a taquigrafia que este deputado iria até o fim na defesa dos seus interesses. Mas, evitando exatamente dar um motivo ao governador para vetá-lo todo, nós retiramos a emenda.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

Uma das primeiras preocupações nossas, quando aqui chegamos na Assembléia Legislativa foi de criar um instrumento que na prática impedisse a construção de obras faraônicas

Depois de analisar muito a questão, chegamos à conclusão de que as obras intermináveis que se arrastam pelas Administrações do Estado, devem-se principalmente a que, quando um órgão da Administração Direta ou Indireta do Estado resolve criar uma obra, contrata um projeto arquitetônico, sem colocar limitações ao contratar esse projeto; passa depois desse passo a ocorrer o seguinte: aquele órgão da administração direta ou indireta, tendo a necessidade de construir determinada obra, passa a materializar a vontade da construção daquela obra, em função do projeto arquitetônico que tem em mãos e depois do projeto em mãos, sendo ele de caríssima execução, passa-se a discutir se deve ou não ser construída a obra, e esta passa a ser materializada através daquele projeto.

Portanto, entendi que devemos limitar a possibilidade das obras faraônicas no nascedouro, isto é, na contratação do projeto arquitetônico. E em função disso, srs. deputados, sr. presidente, apresentarei nos próximos dias o seguinte projeto, para o qual peço o apoio dos srs. deputados.

É a seguinte a redação do projeto que apresentarei: "Artigo 1.º — Fica criado no âmbito da governadoria, o Conselho Deliberativo de Edificações com a finalidade de formular a política de construção de prédios, destinados a órgãos da administração direta e indireta do Estado e supervisionar sua execução.

Art. 2.º — O Conselho Deliberativo de Edificações, será presidido pelo governador e integrado pelos seguintes membros:

- . Secretário de Estado das Finanças;
- . Secretário de Estado do Interior;
- . Secretário de Estado do Planejamento; e
- . Secretário de Estado da Administração.

§ 1.º — Poderá ser convocada a participar de reunião do Conselho o titular da Secretaria ou Entidade Paraestatal interessado em processo constante da respectiva pauta.

§ 2.º — Os titulares serão substituídos no impedimento ou ausência pelo representante que previamente credenciaram.

§ 3.º — O desempenho das funções de Membro do Conselho não será remunerado.

Art. 3.º — As deliberações serão tomadas por maioria absoluta do Conselho.

Art. 4.º — O Conselho reunir-se-á ordinariamente no primeiro dia útil da segunda quinzena de cada mês, se houver matéria a deliberar extraordinariamente sempre que convocado.

Art. 5.º — Compete ao Conselho:

1. Ficar diretrizes básicas para uma política de construção de prédios públicos.
2. Estabelecer uma escala de área, estilo, acabamento e outros detalhes técnicos afins, adequados às finalidades das edificações.
3. Examinar as propostas e estudos prévios de edificação e fixar-lhes o custo máximo permitido.

Parágrafo único. As entidades e órgãos interessados em edificar, nos termos do disposto nesta lei, encaminharão ao Conselho exposições de motivos, especificando as indicações estruturais arquitetônicas e de finalidade necessários à avaliação da conveniência da obra.

Quer dizer, quem queira fazer obra faraônica, tem que justificar e assumir a responsabilidade da proposição.

Art. 6.º — O Conselho encaminhará previamente à Empar as exposições de motivos de que trata o parágrafo único do art. 5.º, para proceder os competentes estudos técnicos e estimar o custo final aproximado da obra.

Art. 7.º — Exclui-se do disposto nesta lei as edificações que obedeçam os critérios, a critérios padronizados e as construídas em série.

Art. 8.º — Nenhuma dotação orçamentária será

destinada à edificação de prédio ou elaboração de projeto, sem o parecer favorável do Conselho.

E este sim, que limita realmente no nascedouro os projetos faraônicos.

Art. 9º – Do Edital de Concurso para a escolha de projeto arquitetônico ou de licitação para a execução de obras de prédio, deverá constar o valor total estabelecido pelo Conselho, permitida a correção pela variação do registro das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, sob pena de nulidade.

Art. 10 – A Secretaria de Estado das Finanças somente liberará recursos financeiros para o custeio de construção de prédio que tenha sido autorizada pelo Conselho e licitada na forma do artigo 9º, desta lei.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) – Ainda no Pequeno

Expediente, concedo a palavra a sua excelência o senhor deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI – Senhor presidente, senhores deputados.

Esta Casa apreciará hoje o Projeto de Lei nº 187/83, que tem uma emenda aditiva que trata da reestruturação do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Chegou-se a essa emenda aditiva, por delegação da bancada do PMDB, os deputados Antônio Annibelli, Homero Oguido, Mário Pereira e a nossa pessoa, que em reunião com a Comissão dos Funcionários e representantes da Mesa, elaboramos essa emenda aditiva.

Muitas outras emendas poderiam ocorrer. Mas em função de uma delegação e de uma aprovação por unanimidade da bancada do PMDB e do posicionamento firme da Associação dos Funcionários desta Casa, decidiu-se pela não aceitação de qualquer emenda a esse projeto.

E hoje, o deputado Osvaldo Alencar Furtado retirou, por solicitação das taquígrafas, para cumprir esta solicitação dos funcionários da Casa. Os servidores da Assembléia, inclusive, encaminham um abaixo assinado, colocando e agradecendo os esforços da Comissão e da Mesa. De longa data, os servidores da Assembléia se encontram em situação de inferioridade em relação aos funcionários de outros Poderes.

E, agora, com o advento desta proposição haverá possibilidade de um tratamento mais equânime. Sabedores das dificuldades vividas pela administração da Casa, principalmente no que se refere às limitações orçamentárias, os servidores manifestam o seu irrestrito apoio à Emenda aprovada a nível de bancada e Comissão Executiva por atender às necessidades gerais da categoria, e posicionam-se no sentido de que reivindicações isoladas que possam surgir e passíveis de comprometer a aprovação e sanção governamental do projeto e o interesse da maioria sejam remetidas a exame da mesma Comissão Parlamentar e com o apoio da associação de classe para período futuro.

Isto permitirá uma avaliação serena das solicitações acaso oferecidas dentro dos princípios e equidade aplicadas no trato das coisas públicas.

Dizem, ainda, que no atual momento, mais importante é a igualdade de tratamento com outras categorias de servidores e não a discussão de reivindicações isoladas que se contraponham pelos fatores mencionados aos interesses da esmagadora maioria dos servidores do Poder Legislativo.

Desta forma, como membro da Comissão, fica o

nosso apelo a esta Casa que rejeita qualquer emenda ao Projeto de Lei nº 187/83 que não a Emenda Aditiva, discutida com os funcionários e os deputados e unanimemente aprovada.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) – No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Francisco Escorsin, inscrito.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“O transporte coletivo, reza a Constituição Brasileira ser interesse do Estado para o bem do povo. Denominando como empresa privada aquela que desempenha serviço de utilidade pública sujeita à fiscalização do Poder Público Estadual.

Porém, este encontra-se em mãos de grupos minoritários que visam a exploração econômica do usuário: o povo já tão espoliado, usado e abusado.

O problema do transporte coletivo é um dos mais sérios e atuais com os quais os governos dos Estados se debatem sem encontrar soluções que viabilizem ao usuário poder locomover-se sem grandes prejuízos em seus parcos salários.

Senhor presidente, senhores deputados.

Fazendo uma retrospectiva histórica dos transportes vemos que: a fertilidade do solo e o clima privilegiado do Paraná atraíram levas consideráveis de colonos nacionais e estrangeiros construindo-se pouco a pouco, uma civilização, graças a ocupação e ao povoamento das terras: onde existiam sertões ínvios, procuram-se povoados, logo transformados em prósperas cidades.

Não demorou para que a nossa produção agrícola causasse violento impacto à economia nacional. Passamos a ser, com legítimo orgulho, o farto celeiro do Brasil.

Quando, no Paraná, se dilataram as fronteiras agrícolas, pela introdução de novas culturas, sobretudo, com a introdução da agricultura de exportação, passamos a lugar de relevo no Quadro da Balança Comercial Brasileira: cresceu admiravelmente a produção de trigo e de milho, e a soja se colocou em posição de grande destaque, ao lado do algodão, do rami, da hortelã e da mamona. Somos importantes geradores de divisas, com o que equilibramos, pela exportação, o prato das importações e os empréstimos vultosos contraídos no exterior.

Senhor presidente, senhores deputados.

Centenas de milhares de brasileiros acorreram de São Paulo, Nordeste, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e de Minas Gerais, para ajudarem, com inteligência, trabalho braçal e patriotismo, na gigantesca obra do desenvolvimento paranaense.

Uniram-se, a eles, italianos, poloneses, ingleses, húngaros, nipões, germânicos, franceses, russos, lusos, árabes, espanhóis e ibero-americanos, a comporem o que o saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto denominara de mosaico de raças.

O governo Manoel Ribas compreendeu, desde logo, a premente necessidade de construção de estradas de rodagem para facilitar o escoamento da crescente produção agropecuária. Não poderíamos permanecer no estágio de estradas sofrivelmente corroáveis, e congestionadas, não raro, por tropas de bovinos, de muas e de suínos, a caminho dos mercados

e dos açougues. A estrada do Cerne foi a primeira ligação rodoviária entre o Centro-Sul e o Norte do Estado.

Constituiu, na época, importante marco, porque lutando com escassos recursos financeiros, o governo pudera permitir que o café, o algodão e os cereais descessem para o Porto de Paranaguá, quando, até então, vinham sendo exportados por Santos, como se fora produção paulista. Outras estradas também foram objeto de cuidados oficiais, como a de Prudentópolis-Guarapuava, de Palmeira a União da Vitória, e de Curitiba a Paranaguá, Antonina e a Graciosa tão pitoresca.

Senhor presidente, senhores deputados:

Gente precisava igualmente locomover-se, em busca de utilidades domésticas e de instrumentos de trabalho, de educação e lazer, ou de assistência médico-hospitalar. Poucos dispunham de veículos de transporte próprios.

A ferrovia exerceu papel relevante. Tínhamos a rede Viação Paraná Santa-Catarina, após a encampação, pelo presidente Getúlio Vargas, da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. O ramal de Jaguariaíva a Jacarezinho veio a ser, anos mais tarde, a conexão com o Centro-Sul após a construção da estrada de ferro, São Paulo-Paraná, no Paraná, abrangendo Cambará, Cornélio Procopio, Londrina e Apucarana, visando atingir as barrancas do Paranazão. O ramal de Riosinho a Guarapuava se retardara em obras por quase três décadas.

A estrada de ferro Central do Paraná, de Apucarana a Ponta Grossa, encurtou a distância ferroviária com Paranaguá, através de Curitiba, enquanto a esta última se ligava o ramal Rio Negro-Engenheiro Bley.

A estrada de ferro Paranaguá-Curitiba fora inaugurada em 1885, e causou espanto mundial a ousadia de engenheiros nossos, entre os quais Teixeira Soares e Rebouças por haverem implantado, não obstante a precariedade dos recursos técnicos do século passado, os óbices quase intransponíveis da Serra do Mar, que já haviam derrotado engenheiros europeus e norte-americanos.

O grupo estrangeiro, implantador da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, assumira compromisso contratual de construir o ramal Jaguariaíva-Jacarezinho concluindo o ramal Ponta Grossa-Guarapuava-Foz do Iguaçu.

O governo federal construiu o ramal até Guarapuava, mas partindo de Riozinho, e não de Ponta Grossa. Tem-se falado muito na complementação com a construção da ferrovia da Soja, ligando Guarapuava a Cascavel, e Cascavel a Guaíra. O Ministério dos Transportes, depois de haver feito renascer fagueiras esperanças no coração dos paranaenses, recuou abruptamente do projeto, alegando falta de recursos financeiros.

O oeste paranaense se caracteriza por sua abundante produção de soja que ultrapassa o café no quadro das nossas exportações. Calcula-se que, se construída a ferrovia, a economia do transporte, seria de 60 por cento, no mínimo. Em face da eletrificação, a ferrovia traria barateamento do frete para o Porto de Paranaguá e economizaria elevado volume de gasolina e óleo diesel, para alívio do Tesouro Nacional.

Senhor presidente, senhores deputados.

Temos de considerar o aspecto geo-político, de indubitável relevância.

Chegados os trilhos a Guaíra, o Rio Paraná poderá ser facilmente atravessado. A ferrovia da soja se estenderia,

então, até Assunção, conforme ardente desejo paraguaio, tanto que o presidente Stroessner tem-se empenhado a respeito junto ao governo brasileiro.

A penetração da ferrovia da Soja no Paraguai incrementaria o comércio brasileiro-guarani, de modo a impor nossa hegemonia, em detrimento do comércio argentino.

Senhor presidente, senhores deputados.

Em tais condições, até por uma questão de lógica, e por não menor patriotismo, temos de lutar para que a ferrovia da Soja tenha prioridade nos planos de obras públicas, beneficiando inequivocamente, o transporte de cargas e de passageiros.

Automóveis, caminhões e ônibus fazem concorrência, por sua maior rapidez ao transporte ferroviário. É lastimável que tal aconteça.

Quando o Paraná ganhou estradas de rodagem, construídas na época, sem os rigores e os aperfeiçoamentos da moderna engenharia, alguns corajosos pioneiros tomaram a iniciativa de estabelecer linhas de jardineiras entre alguma cidade entre si, e entre a capital do Estado e o interior. Viagens assim se caracterizavam pelo seu aspecto de aventura. Sabia-se a hora da saída do ônibus, mas nunca se sabia a hora da chegada ao destino, sobretudo quando o tempo se apresentava chuvoso e as estradas se deterioravam. A teimosia e a abnegação se sobrepujavam às dificuldades e aos prejuízos na manutenção das linhas e dos itinerários.

O advento ao asfalto modernizou o sistema viário paranaense. Antigas estradas ganharam novos traçados. Tudo ficou mais fácil e mais confortável.

Vimos com tristeza e com revolta, muitos pioneiros serem alijados por grupos de oportunistas e de aproveitadores. Quando o asfalto substituiu o macadame e os "panelões" no leito das estradas, o risco diminuiu. Vimos, então, novas empresas, fazerem concorrência ruínosa às empresas pioneiras, que tudo haviam arrastado.

Senhor presidente, senhores deputados.

Há empresas que, de proteção em proteção, obtiveram a concessão de linhas anteriormente cedidas às empresas mais antigas. O poderio econômico e a ajuda política completaram o quadro.

Não vê somente aquele que premeditadamente não quer ver a monopolização do transporte inter-municipal e municipal de passageiros, por exemplo, o caso de Londrina, em certas áreas do Estado.

Opera-se o monopólio pela concessão a uma empresa de múltiplas linhas, ou pela concessão de tais linhas a empresas subsidiárias do mesmo grupo, facilmente identificáveis.

Prega-se a livre iniciativa, como fundamento da democracia liberal. Na prática, porém, o que ocorre é a invasão de tudo, graças à politicagem odienta e nociva.

O hiper-crescimento da empresa monopolística redundará em direto prejuízo aos seus usuários. Em primeiro lugar, decai a qualidade dos serviços ofertados, justamente por não haver competição. Em segundo lugar, a empresa não hesita em colocar, para as viagens, veículos velhos, danificados e sem segurança.

Senhor presidente, senhores deputados:

Vige o Decreto n.º 5.246, de 29 de março de 1974, baixado pelo governador Emílio Gomes, como regulamento dos serviços de transporte de passageiros no Estado do

Paraná, cuja execução está a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, e antes disso, a cargo do Departamento do Serviço de Trânsito, emitente de licença especial ao concessionário.

Outro processo de ludíbrio, para a monopolização, reside no fato de quando alguma linha em concorrência pública, na aparição de propostas de empresas diversas. Essas empresas são inter-dependentes ou subsidiárias umas das outras. Alcançando o contrato, é um só grupo econômico que se planta no monopólio, e que passa a dominar o transporte de passageiros de toda a região, quase que de todo o Estado.

Outra modalidade de açambração está na guerra da empresa mais forte economicamente contra a mais fraca.

A concorrência, é um instrumento em que a disputa, visa tão somente beneficiar o usuário, o povo.

Um simples exemplo: as regiões do Paraná, estão divididas em Sul, Sudoeste, Oeste, Noroeste, Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo e Litoral.

Nas regiões do Estado, vamos analisar: na região Oeste: exploram as empresas: Noroeste, Sul América, Princesa dos Campos e Expresso Maringá. Incrível, por existir concorrência, há conforto, há segurança, os usuários são os beneficiados.

Nas regiões no Norte Velho, Novo, Novíssimo, onde imperam o monopólio, o contraste é notável, são os usuários, o povo que se serve do transporte, é o eterno prejudicado, não há conforto, não há segurança.

Senhor presidente, senhores deputados.

Quem teve a infelicidade de viajar em trambolhos sacolejantes, sem sanitários, com sujeira generalizada, e com motor defeituoso, poderá dizer que pagou todos os pecados cometidos na terra. É claro que um veículo está sujeito a desarranjos imprevistos. Mas, existe uma diferença entre o imprevisto e a falta de assistência técnica.

Os pontos de parada nem sempre correspondem à expectativa. Exorbitam nos preços e na má qualidade dos comestíveis, os concessionários dos bares e restaurantes.

As instalações sanitárias também aí são, com frequência anti-higiênicas. Poderíamos enumerar longa lista de locais desse jaez, verdadeira demonstração de descaso e negligência para com os visitantes. As empresas de ônibus deveriam ser mais conscienciosas em manter uma rigorosa fiscalização de preços e de serviços ofertados, sob pena de mudança do ponto de parada.

O regulamento dos serviços de transporte de passageiros, no artigo 84 e seguintes, estabelece a imposição de penalidades às infrações havidas, até mesmo a da cassação da concessão. Parece-nos que a impunidade impera, em face do desrespeito continuado às disposições regulamentares.

Senhor presidente, senhores deputados.

Temos de convir que são inúmeras as dificuldades do combate ao monopólio do transporte municipal, inter-municipal e inter-estadual de passageiros.

Uma limitação do número de linhas, com a permissão de funcionar, em cada uma delas, mais de uma empresa, beneficiará, pelo interesse de prestação de melhor serviço, ao passageiro, a vítima permanente de tarifas cada vez mais altas e de serviços cada vez mais precários, bastando para isso que se altere ou se dê outra interpretação ao artigo 4.º do Decreto n.º 5.246 e anteriores

17.859, em 1961, o Capítulo II, artigo 4.º fala das definições nos itens 13 — itinerário 17 - linha direta, 18 linha pioneira, 20 percurso, 21 ponto inicial e 22 ponto terminal.

Em apenas dois meses, quase um milhão e duzentos mil passageiros em movimentação em milhares de ônibus, que entram e partem de Curitiba. A estimativa é de que, em doze meses, essa movimentação atinge facilmente mais de dez milhões de pessoas.

Senhor presidente, senhores deputados:

Justificado, portanto, o interesse que demonstramos com a sorte, com a segurança e o bem-estar dessa multidão, que representa mais de duas vezes e meia a população do Estado do Paraná.

As autoridades do DER, prudentes e conscienciosas, devem considerar que dez milhões de passageiros não podem servir apenas como cifrões encarecidos na conta de lucros dos monopólios institucionalizados. Possuem direitos a serem atendidos. Exigem tratamento à altura, com conforto, tranquilidade e segurança nas viagens.

Esperamos que o DER reformule a legislação em vigor e acabe com o monopólio, que tende a ampliar-se e reduza o prazo de concessão das linhas. Estabeleça com rigor a concorrência pública. E apoie as empresas independentes, se é que vivemos, no Brasil, sob a égide da livre iniciativa.

A lei que regulamenta o transporte coletivo tem que ser alterada para que o povo seja o grande beneficiado.

Senhor presidente, senhores deputados:

Abrindo-se a concorrência justa, honesta sem apadrinhamentos ou protecionismo, necessária para que se abram novas perspectivas que, conseqüentemente forçará os empresários das concessionárias a reduzirem o custo das passagens, que reverterá em grandes benefícios para o povo usuário, benefícios estes em viagens com maior conforto, em veículos que ofereçam segurança para o passageiro, que usufruirá de uma melhor organização no atendimento dos locais de parada dos veículos.

Não encontrados justificativas cabíveis para a revogação do Decreto n.º 17.859, de 22/04/65, principalmente baseados no art. 112, nos itens A, B e C que beneficiava a operários, estudantes e professores no transporte intermunicipal com o gozo do desconto de 10 por cento das passagens.

Criticamos o Decreto n.º 5.246, de 29/03/74 pelo esquecimento do usuário o povo: o professor, o estudante e principalmente o operário usuário diuturno do transporte e criticamos porque o povo foi lesado, podemos dizer que a lei espoliou o pobre usuário em benefício do empresariado explorador de empresas transportadoras.

Criticamos o Decreto n.º 5.246, de 29 de março de 1974, porque o mesmo trata com especial desempenho das empresas, dos veículos, dos regulamentos dos transportes e durante todo o discurso da lei só trata de beneficiar o empresariado concessionário do transporte e relega ao esquecimento proposital o povo. Nesta lei não existe nenhum capítulo destinado aos direitos dos usuários, do povo, como se fosse uma carga de animais a ser transportada.

Senhor presidente, senhores deputados.

Agora, são novos tempos, as falhas têm que ser corrigidas. O transporte coletivo é usado por 90 por cento da população, está estatisticamente comprovado que 10 milhões de passageiros se locomoveram de Curitiba, ou para Curitiba.

É preciso, é necessário que o governo do Estado, através dos órgãos competentes atualize a lei compatível com a crise econômica que atravessamos.

É do mesmo interesse que soluções sejam apresentadas para o povo resolver seus problemas financeiros porque não concordamos com o sofrimento, o massacre e a miséria, e que o povo pague caro pelo transporte coletivo quando pode e deve pagar mais barato.

Requeremos do senhor governador do Estado, senhor José Richa, que através dos órgãos competentes, sem se omitirem de suas responsabilidades, redija-se novo discurso da lei e que um capítulo seja destinado ao homem, usuário, pois, no decreto anterior valorizou-se coisas, objetos, empresas e veículos esquecendo-se daquele para quem tudo foi criado: o homem, usuário, razão primeira e última da existência ao transporte e das leis que o amparam.

Pois, inferimos através da análise crítica da lei que sem o passageiro não haveria razão de ser nem de existir decretos nem legislação para tal.

O Decreto n.º 5.246, capítulo II, no artigo 4.º, fala das definições nos itens 13 itinerário, 17 linha direta, 18 linha pioneira, 20 percurso, 21 ponto inicial e 22 ponto terminal. Carece de modificações e de uma maior explicitação para que a interpretação não fique sujeita às distorções que prejudicam o usuário, alterando o discurso legal termina o monopólio.

Monopólio que podemos exemplificar com o simples fato de citar o caso: do passageiro que ao tomar um ônibus das viagens Maringá, Garcia, Noroeste, etc... de Curitiba para descer em Ponta Grossa terá que desembolsar o montante para cobrir uma taxa até Maringá. Também um passageiro que resida em Ubatuba para atingir Londrina terá que pagar a passagem desde Cascavel: ou a interpretação está errônea, ou a concorrência não é honestamente aberta, ou o transporte coletivo não visa beneficiar o povo, são estas as conclusões a que se chega quando se analisa a lei.

O discurso legal pretende uma eficiência que se cumpre com eficácia: o benefício do monopólio dos grandes empresários em detrimento do povo, o usuário.

Senhor presidente, senhores deputados:

Se perdurar a situação atual dos diplomas legais vigentes, o usuário, o povo será o eterno sacrificado, prejudicado, embora o transporte coletivo seja de utilidade pública, com objetivo e finalidade de atender o povo, o público.

Não concordamos, não admitimos, não vemos razões, fatores, ou circunstâncias, em que persista, perdure e exista o monopólio econômico na exploração do transporte coletivo, intermunicipal, estadual, interestadual, onde é nocivo, é prejudicial ao interesse do povo, que é usuário.

A lei, a regulamentação, deve e precisa ser alterada, para que, não se torne um monopólio de grupos econômicos em detrimento do povo".

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) -- Concedo a palavra ao senhor deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL -- Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

É do conhecimento de todos que a agricultura é a principal mola impulsora de todos os segmentos de atividades na Nação. Também é do conhecimento de todos

agricultura brasileira. Situação que se torna cada vez mais angustiante, tanto para aqueles que atuam na agricultura, direta ou indiretamente, quanto para a Nação que vê seus passos tolhidos no rumo ao desenvolvimento e da superação da atual crise.

Senhor presidente, senhores deputados. "Se desejamos realmente estimular a principal mola, impulso da economia brasileira, se desejamos superar a crise, e se desejamos caminhar para um desenvolvimento maior e contínuo, devemos antes de tudo proteger a agricultura. E qual seria a melhor forma? A melhor forma, senhores deputados, seria a criação no Estado do Paraná do "SEGURO RURAL OBRIGATÓRIO".

Para algumas culturas, como algodão já existe o "seguro rural obrigatório" e, agora, chegou o momento, no Paraná, de estender esta garantia à agricultura toda.

Justificar a necessidade de criação do "SEGURO RURAL OBRIGATÓRIO", aos senhores deputados, não seria necessário, porém, devido a importância da medida e do amplo alcance da mesma, desejo lembrar que "o empresário rural tem a responsabilidade ilimitada sobre as obrigações assumidas em seu negócio agrícola. A sede do seu negócio que é também o abrigo da sua família e de seus empregados. E em função de uma má colheita devido as intempéries, todo o seu patrimônio está em risco, e como reflexo de um momento para outro perde tudo o que conseguiu com vários anos de trabalho árduo, seu e de toda a sua família. Exemplo desta situação, é que hoje os pequenos agricultores deixaram suas terras. Uns, premidos pelo fracasso das colheitas, outros pela angustiante situação reinante, o que gerou e está gerando um êxodo rural ainda maior, que leva às cidades de maior porte, problemas graves, como o que estamos vivendo, hoje. Com o SEGURO RURAL OBRIGATÓRIO, além da segurança, o agricultor ficará na terra, pois, terá sempre a perspectiva de um futuro promissor, mesmo com a safra não correspondendo no ano em curso.

É, senhores deputados, em meio a essa situação aflitante e cheia de incertezas para todos que trabalham na agricultura, direta ou indiretamente, que se insere a necessidade urgente, de um SEGURO RURAL cobrindo a totalidade do seu capital investido na lavoura ou rebanho.

O suporte legal do seguro rural já foi alvo de adequado tratamento normativo e legislativo por parte do governo federal.

E para a sua implantação estamos sugerindo, o seguinte, uma vez que não adianta criticar a situação sem apresentar soluções. E, hoje, solicito a adesão de todos os senhores deputados para que o "SEGURO RURAL OBRIGATÓRIO" seja implantado no Paraná, caso contrário, não estaremos procurando defender a agricultura.

Sugestões para a implantação do Seguro Rural no Estado do Paraná

ROTEIRO:

1. Constituição de um Grupo de Trabalho, destinado ao estudo da implantação do Seguro Rural.

Esse grupo deve ser constituído de:

- a) representantes da Secretaria da Agricultura, que coordenará os trabalhos.
- b) representantes das seguradoras, sediadas no Paraná;
- c) representantes de bancos;
- d) representante da Cafe do Paraná;

- Estado do Paraná, juntamente com representantes dos sindicatos agrícolas mais atuantes;
- f) representante da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.
2. O Grupo de Trabalho traçaria um Programa e nomearia uma comissão para entender-se com o governador do Estado, para obter o apoio deste para o Programa.
3. Devem constar do Programa os seguintes pontos:
- a) não dispondo o Paraná de uma Companhia de Seguros da qual o seu governo seja o acionista majoritário, a responsabilidade pela operacionalização do "SR" deverá ficar a cargo de um "pool" ou consórcio de seguradoras que operam no Estado (preferentemente que tenham suas sedes no Estado).
 - b) A BANESTADO S.A. — Corretora de Seguros administrará não só o "SR" "Seguro Rural", mas também os demais seguros de entidades do Paraná.
 - c) O governo do Paraná deverá baixar um decreto semelhante ao Decreto nº 50890/68 (em anexo), alterando apenas as disposições que determinam que os seguros sejam feitos, determinando que todos os seguros devem ser cobertos através da Banestado S.A. — Corretora de Seguros, que os canalizará ao "pool" ou consórcio de seguradoras.
 - d) Constituído o "pool" ou consórcio de seguradoras que vão operar o Seguro Rural no Paraná, estas deverão pleitear, em conjunto, à Susep a extensão ao Paraná, da Resolução nº 5/70, que autorizou a implantação do "SR" nos Estados de SP, MG, RJ e RS, e obter junto ao IRB as condições de resseguro para o referido seguro.
 - e) Deve ser prevista a assinatura de um convênio entre o "pool", o Banestado, a Secretaria da Agricultura (ACARPA) e a Banestado Corretora, para a efetuação dos serviços técnicos de vistorias (as inspeções prévias e de danos) e para o encaminhamento à Corretora das propostas de seguros rurais, bem como, no caso do Banco do Estado, para a cobrança dos respectivos prêmios.
 - f) A Banestado S.A. — Corretora de Seguros, como compensação pelas corretagens recebidas dos seguros dos próprios do Estado, e para bem cumprir sua parte na responsabilidade que assumirá, por força da letra "e", retro, constituirá um corpo de agrônomos inspetores e vistoriadores, dentro da capacidade que lhe proporcionaram suas receitas.
 - g) É possível que os governos dos Estados de MG e SP concordem em dar treinamento aos engenheiros agrônomos contratados pela Banestado Sociedade Anônima Corretora, através de suas seguradoras oficiais, BEMGE e COSESP, respectivamente.

DECRETO Nº 50.890, de 19 de NOVEMBRO de 1968

Dispõe sobre seguros de Órgãos do Poder Público

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que, por força do Decreto nº 42.591, de 18 de outubro de 1.963, e da Resolução nº 1.523, de 24 de janeiro de 1964, os seguros de Órgãos do Poder Público Estadual eram

obrigatoriamente realizados no Serviço Autônomo de Seguros (SAS) do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP);

Considerando que tais operações sempre foram realizadas sob a forma direta, sem a intervenção de corretores ou administradores de seguros.

Considerando que, por expressa determinação do Art.143, do Decreto—Federal nº 73, de 21 de novembro de 1966, foi criada a "IPESP - Seguros Gerais S.A.", para absorver os seguros até então assumidos por aquele Serviço;

Considerando ser de inteira conveniência a manutenção, em relação à "A IPESP - Seguros Gerais S.A.", daquele mesmo critério de operação, a fim de que a contratação de seguros do Estado, administração direta ou indireta, obedeça a critérios técnicos e impessoais, em benefício da moralidade e correção indispensáveis na realização dos negócios públicos;

Considerando que, inexistindo qualquer forma de mediação ou corretagem, tais seguros, o Estado deverá se valer das respectivas comissões, previstas nas condições tarifárias, para fins de interesse coletivo;

Considerando que, o Decreto-Lei Federal nº 73, de 21 de novembro de 1966, bem assim o Decreto 60.459, de 13 de março de 1967, que o regulamentou ressaltam a necessidade da implantação do seguro rural, por seu alto significado social e econômico.

Considerando que, de fato, o seguro rural constitui, ao lado do crédito rural e da assistência técnica ao agricultor uma das condições fundamentais para o desenvolvimento das atividades agro-pecuárias, setor de importância primordial para a economia paulista;

Considerando, finalmente que, nessas condições, justifica-se amplamente sejam as importâncias correspondentes às comissões dos seguros diretos contratados pela A IPESP - Seguros Gerais S.A., aplicadas no planejamento, implantação e operação do seguro rural, e, a seguir, no financiamento ou subvenção dos respectivos prêmios, notadamente em favor dos pequenos e médios produtores,

DECRETA:

Art. 1º — Quaisquer seguros realizados por Órgãos do Poder Público Estadual, autarquias, entidades, paraestatais, autonomias administrativas (Lei nº 10.152, de 19 de junho de 1968), sociedades de economia mista e sociedades anônimas em que, direta ou indiretamente, o governo do Estado seja acionista majoritário, serão obrigatoriamente contratados com a IPESP - Seguros Gerais S.A., criada por fora do Decreto nº 48.012-A, de 18 de maio de 1967, desde que se trate de seguros dos ramos em que aquela seguradora esteja operando ou venha a operar.

§ 1º — Ficam sujeitos a igual regime os seguros realizados para garantia de operações de terceiros com as entidades referidas neste artigo, nos quais as mesmas figurem como estipulantes ou beneficiárias, bem assim aqueles para cuja efetivação se torne necessária, por qualquer forma, a cooperação das mesmas entidades, especialmente por meio de descontos em folha para pagamento de prêmios.

§ 2º — Os municípios do Estado de São Paulo e as entidades sob o seu controle, direto ou indireto, poderão contratar os seus seguros diretamente com a IPESP - Seguros Gerais S.A., ficando-lhes, neste caso, assegurados os benefícios previstos no parágrafo único, do artigo 5º, deste Decreto.

Art. 2º. — Serão responsáveis pela rigorosa observância do disposto no artigo anterior os dirigentes ou servidores das entidades abrangidas por este decreto, que têm a incumbência de resolver sobre a instituição ou renovação de seguros.

Art. 3º. — Dentre as pessoas físicas ou jurídicas que participarem de concorrência aberta pelas entidades abrangidas pelo Artigo 1º, deste Decreto terão preferência, no caso de absoluta igualdade de propostas, aquelas que mantiverem seus seguros na A IPESP - Seguros Gerais S.A.

Art. 4º. — Os seguros de que trata o artigo 1º, deste Decreto, sem exceção alguma, serão sempre realizados sob forma direta pelos órgãos interessados, independentemente da mediação ou intermediação, sob qualquer aspecto, de corretores ou administradores de seguros, seja no ato da contratação, seja enquanto vigorar o ajuste.

Art. 5º. — As importâncias correspondentes a todas as comissões de corretagem de seguros diretos contratados com a A IPESP - Seguros Gerais S.A., serão recolhidos ao Banco do Estado de São Paulo S.A., em conta especial, que se destinará, especificamente, a ocorrer às despesas com o planejamento, implantação e operação do seguro rural, bem assim ao financiamento ou subvenção dos respectivos prêmios notadamente em favor dos pequenos e médios produtores.

§ Único. — As importâncias correspondentes às comissões de corretagem dos seguros diretos que os municípios venham a contratar com a IPESP - Seguros Gerais S.A., na forma prevista no § 2º. — do Artigo 1º, deste Decreto, serão utilizadas em benefício dos produtores estabelecidos nos municípios de onde provierem, para os fins previstos neste artigo.

Art. 6º. — A A IPESP - Seguros Gerais S.A., caberá obter dos órgãos competentes do Sistema Nacional de Seguros Privados as condições de cobertura e de tarifa aplicáveis ao Seguro Rural.

Art. 7º. — Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a A IPESP - Seguros Gerais S.A., deverá elaborar e submeter aos órgãos interessados do Governo, do Estado, especialmente às Secretarias da Agricultura, do Trabalho e da Fazenda, o planejamento das "Normas Operacionais do Seguro Rural".

§ 1º. — Para o planejamento referido neste artigo, poderá a IPESP - Seguros Gerais S.A., contar com elaboração; de assessores da Secretaria da Agricultura, do Banco do Estado de São Paulo S.A., e da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

§ 2º. — O planejamento previsto neste artigo deverá considerar a possibilidade de utilização, mediante convênio, de órgãos ou agências da Secretaria da Agricultura, do Banco do Estado de São Paulo S.A., e da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, ou de outras entidades do Governo do Estado, para as tarefas de aceitação e controle dos riscos, cobrança de prêmios, liquidação de sinistros e pagamento de indenizações.

§ 3º. — As despesas efetuadas com o planejamento de que trata este artigo serão custeadas pela conta especial a que se refere o artigo 5º, deste Decreto.

Art. 8º. — Os órgãos estaduais interessados terão o prazo de 30 dias para opinar sobre o planejamento de que cogita o Artigo 7º, deste Decreto, devendo a IPESP - Seguros Gerais S.A., findo o referido prazo, submeter à aprovação do Governo as "Normas Operacionais do Seguro Rural".

Art. 9º. — Os contratos de seguro rural mantidos pela Secretaria da Agricultura serão oportunamente transferidos para a A IPESP - Seguros Gerais S.A., tão logo se encontre esta em condições de operar no ramo.

Art. 10º. — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, aos 19 de novembro de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ
RAPHAEL BALDACCI FILHO, Secretário do Trabalho,
Indústria e Comércio.

Publicado na Casa Civil, aos 19 de novembro de 1968.

Maria Angélica Galiuzzi, responsável pelo S.N.A.

Com essas colocações, senhor presidente e senhores deputados, nós estamos fazendo um apelo a todos os parlamentares que têm assento neste Poder, para que coloquem o seu esforço, a sua contribuição e o seu apoio, ao lado das reivindicações dos Sindicatos Rurais e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que quer, a curto prazo, a implantação do seguro geral no Paraná, visando, basicamente, o atendimento e a cobertura dos interesses e dos investimentos que os lavradores, que os agricultores colocam, e que, muitas vezes, correm o risco devido às intempéries, e, nesta ocasião, é oportuno ressaltar que a Federação da Agricultura, colhendo sugestões dos Sindicatos Rurais do Estado do Paraná, está providenciando um documento a ser encaminhado ao senhor governador do Estado, sugerindo a criação do Seguro Rural do Estado do Paraná.

Era o que tinha a dizer, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao senhor deputado Gilberto Carvalho, no horário da liderança do Partido Democrático Social.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente, senhores deputados.

O primeiro Congresso Nacional de Lideranças Pedessistas de Oposição, realizado em Curitiba, sexta-feira e sábado passados, tivemos oportunidade de ouvir o discurso proferido pelo ex-governador Ney Braga e julgo oportuno trazer ao conhecimento desta Casa. Dado a sua importância, passo a ler:

"Quero iniciar com uma frase, permitam-me " Se não fizermos o que deve ser feito logo, logo não haverá mais condições para fazermos o que devemos".

Falar sobre crises (inflação, petróleo- comércio, juros, desemprego), é repetir o que todos sentimos e sofremos os seus reflexos. Devemos entretanto, lembrar que já enfrentamos outras no passado e não perdermos dimensão da história. Resolver agora, as questões de agora, visando também, a estruturar o amanhã. E nos dias de hoje, sentimos que é nosso dever moral: resistir ao desânimo, enfrentar os obstáculos; exigir que nosso partido estude nossos problemas e que seja ouvido e lembrar que consenso não é agradar aos que são adversários em detrimento dos companheiros.

Senhores, estamos nestes dias com o que parece ter sido descoberto agora para dar de comer a quem tem fome, lar aos desabrigados, água aos sedentos, emprego aos desempregados, escolas aos que não as têm, segurança a todos; ao País, o controle da inflação, dólares para a dívida externa. Entendemos, é certo, a importância do assunto, diante do qual estamos, para o País e sua relevância para a opinião pública: eleições diretas para a Presidência da República. Ouvimos sugestões para que se faça prebiscito sobre o tema. Todos sabemos qual será o resultado. Será sim, é lógico. Quando não por convicção de alguns, pelas expectativas de melhoras de outros, pela propaganda, que encaminha tantos.

O presidente Figueiredo, que tem em suas mãos todos os dados sobre a vida da Nação - por força da função que exerce - diz que é favorável. Por convicção, eu sou a favor. Nosso programa partidário a defende. Vamos lutar pelo que queremos, é lógico. Cada qual com sua consciência livre.

Ouvimos de Castelo - "O remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária. Democracia é a solução".

Quero, com permissão dos senhores, lembrar algo que ouvi de Castelo Branco, e também o que disse, no senado há algum tempo, sobre ele. É lição para mim mesmo recordar.

Disse o saudoso presidente: "Nunca um só homem precisou tanto da compreensão, e apoio e da ajuda de seus concidadãos".

Ele disse e sabia receber com simpatia o que pedia, mesmo que fossem críticas. Tinha pela popularidade conceitos que não os rotulados pela demagogia estéril, pelo engodo, pela mistificação, pela irresponsabilidade. Não podia entender que, para servir ao povo, devesse obrigatoriamente prestar vassalagem aos mitos das mentiras, das promessas irrealizáveis. Sua autoridade não trazia a marca do autoritarismo. Não discriminava entre indivíduos ou entre categorias.

Não mentia para o aliado, nem para o adversário. Tinha a mesma verdade para os humildes e para os poderosos.

Por tudo isso, pela seriedade de sua ação, tinha crédito diante de todos. Castelo Branco é exemplo, hoje, a ser seguido. Por que falo nele? Julguei oportuno. Não será? Pergunto. Ouvi ontem do ex-ministro Hélio Beltrão: "Ocupo o espaço da credibilidade..."

Senhores, estamos aqui juntos para trocarmos idéias. Queremos ser ouvidos. Temos esse direito. A vida pública que temos nos dá autoridade. Não somos contra quem deseja, como nós, o bem deste País. Não precisamos aprender democracia com outros povos, nós a conhecemos. Nossos problemas, temos certeza de que resolveremos: "mais ação e menos conversa" (a conversa está sendo privilégio do maior partido de oposição).

Queremos justiça social e entendemos que, na democracia, é possível e o caminho único quando se entende que não há lugar para o supérfluo de poucos em meio à miséria de muitos. Democracia é respeito à liberdade conjuntamente com a solidariedade.

Sabemos quais são nossos problemas. Já disse. Juntemo-nos para resolvê-los. Estudá-los é necessário. Buscar que nos entendam é imperioso. Ajudar-nos é dever de quem mantém o poder, pois não há quem possa pensar que queremos ajuda para usufruir benefícios pessoais. Entendemos e vivemos: só é digna de viver uma causa pela qual vale a pena morrer: a nossa é o Brasil.

Estamos reunidos para defendermos o que temos direito. É de Ruy Barbosa "O homem que não defende seus direitos não tem direito a ter direitos". Nós temos. Nós defendemos. Não esmorecemos. Perder a Esperança é cruzar, morto, os umbrais do Inferno. Nós não a perderemos nunca. Nadamos em mares mais revoltos e vencemos. Vivemos num sistema partidário que precisa de muitos aperfeiçoamentos para que os homens se unam por idéias e não por força de leis de fidelidade. Estamos aqui para selarmos compromissos de lutarmos juntos. Mas peço, não esqueçamos: Esperança é vida, é alimento de alma. Nós, nosso povo não podemos perdê-la no amanhã feliz que queremos para o Brasil. Já disse certa vez, e termino reafirmando: Vale mais caminhar pela estrada da esperança do que, talvez, atingir os próprios objetivos".

Depois de feito esse registro, senhor presidente, senhores deputados, trago aqui também um apelo do município de Lunardelli assinado pelos senhores vereadores, dado a grande preocupação que reina naquele município no setor de ensino e no setor de segurança pública, cujo requerimento passo a ler:

"Tem a presente, a finalidade informar a vossa excelência

a não inclusão de Lunardelli entre os municípios que irão instalar o 2º grau no ano vindouro e, ao mesmo tempo, solicitar que vossa excelência interfira junto à Secretaria de Estado da Educação, para que inclua Lunardelli, pois, é notória a urgência desse curso em nosso município. Lunardelli possui trezentos e cinquenta alunos que precisam se deslocar a outras cidades vizinhas e muitos não têm recursos para pagar o transporte, e outros, morando na zona rural, não têm como se locomover até ao colégio, e uma grande quantidade já deixou de estudar.

O número de desistentes tende a aumentar, se não criarmos em nosso município 2º grau com urgência. Esta foi uma promessa dos homens que hoje ocupam o Poder e, mais uma vez, o povo foi enganado. Agora, senhor deputado, não é justo eles dizem sim, simplesmente, que não vão criar o 2º grau em nosso município porque o Estado não tem dinheiro. Lunardelli tem todas as condições à instalação desse curso, possuindo salas de aula disponíveis, professores só a lei autorizando o funcionamento do 2º grau que, sem dúvida alguma, irá beneficiar a juventude de Lunardelli

Certo que o ilustre deputado tomará as providências aproveitando o ensejo para reiterar os nossos votos de real apreço e estima".

O outro pedido, senhor deputado, é com referência à segurança "Os vereadores que subscrevem, após ouvir o Plenário, pede que seja enviado ofício ao deputado estadual Gilberto Carvalho para que solicite junto à Secretaria de Segurança Pública uma viatura policial para a Delegacia de Lunardelli.

JUSTIFICATIVA:

Lunardelli é um município recém-instalado, possui Delegacia moderna, mas não tem viatura policial. O número de assaltos, o banditismo dos malfeitores está crescendo assustadoramente. Nossa população vive constantemente assustada e nosso policiamento, formado por um delegado um cabo e um soldado, pouco pode oferecer de segurança à população, não possuindo meios para perseguir os bandidos e, quando é preciso perseguir algum bandido ou atender uma queixa, os policiais precisam alugar carro com seus próprios recursos.

Certo do empenho do ilustre deputado, aproveitamos o ensejo para reiterar a vossa excelência os nossos protestos de estima e consideração".

Senhor presidente, senhores deputados. Estou encaminhando um requerimento hoje, a um secretário da Segurança, fazendo um apelo para que possa dotar de melhores condições a Delegacia de Polícia de Lunardelli, esperando que o orçamento que nós votamos ontem, que o Secretário da Segurança, com os recursos ali alocados e os empréstimos pleiteados junto à Caixa Econômica sirva para dar, com urgência, o atendimento a essas Delegacias de Polícia em e, no setor da educação, que não demore mais, que seja criado o 2º grau. Nós vimos a poucos dias quando se falava na transferência a na criação de escolas no Estado, onde existe escolas particulares que o governo tome providências; em Lunardelli não existe nada, precisa de atendimento, são trezentos e cinquenta alunos pedindo apoio.

Só assim, oferecendo condições nas menores localidades vamos poder impedi-lo êxodo rural para os grandes centros. Porque se demorarmos mais, quando o governo acordar já é tarde. Foi uma promessa de campanha e que espero que cumpram. Que dêem o atendimento a este município que dêem as instalações necessárias, que dêem aos professores que dêem aos alunos as condições necessárias. Que o governo procure criar este segundo grau oferecendo condições aquele município, atendendo a sua comunidade, evitando ainda mais

o êxodo rural que é constante por falta de assistência por falta de atendimento.

Espero que este recurso alocado e como já criticamos, junto aos gabinetes, com as verbas elevadas assustadoramente, que o Governo transfira, que a Secretaria peça transferência de um pouco destas verbas do gabinete e mordomia, para que atenda os seus respectivos setores mais necessários, mais urgentes.

Não podemos aceitar que este humilde trabalhador que mora três, quatro quilômetros de um pequeno distrito, tenha que se deslocar para outra cidade, para poder oferecer estudo a seus filhos. Só assim vamos poder dar segurança, dar mais condições de sobrevivência ao trabalhador no Interior, para que lá ele possa permanecer. Para que lá ele possa dar mais condições à sua família, com dias melhores. Não podemos deixar para o futuro aquilo que tem, que ser resolvido hoje.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos).— A Mesa registra, com satisfação, as presenças em plenário do Sr. Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal de Mariluz e do Sr. Raimundo do Nascimento, Prefeito Municipal de Ubatuba.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. HERMAS BRANDÃO — O nobre deputado Nelson Vasconcellos, por dez minutos e depois o deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). — Com a palavra o Sr. deputado Nelson Vasconcellos, por dez minutos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. presidente, sras e srs. deputados.

Venho a esta tribuna, como presidente da Comissão de Saúde, desta Casa e como presidente do Primeiro Simpósio Paranaense sobre Políticas de Saúde, para registrar nesta Casa de Leis um documento que foi elaborado e aprovado na sessão plenária de encerramento do referido Simpósio. O documento leva o nome: "Carta de Curitiba, Saúde e Democracia." "CARTA DE CURITIBA: SAÚDE E DEMOCRACIA"

Os participantes do 1º Simpósio Paranaense sobre políticas de Saúde, promovido de 16 a 19 de novembro, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde-Núcleo de Curitiba (CEBES CTBA) com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social decidem manifestar de público:

1. Apoio integral à proposta de atenção primária à Saúde como Núcleo Central das novas políticas Estaduais e Municipais de Saúde. É inadiável a extensão da cobertura via serviços básicos de saúde, hierarquizados e regionalizados, norteados e conduzidos democraticamente e com ampla participação comunitária;
2. Para efetiva municipalização dos serviços de saúde é indispensável a ampla participação comunitária através de organização representativa da sociedade atuando em todas as etapas, desde o planejamento até a avaliação e controle dos serviços prestados;
3. Apoio à municipalização e regionalização dos serviços de saúde, entendido como o deslocamento para as Prefeituras Municipais

e Estados, do eixo e do comando da prestação de serviços médico-sanitários à população. É imprescindível a integração entre os órgãos de saúde dos Governos Municipais, Estaduais e Federal com repasse de apoios técnico e financeiro;

4. Exigência de mais recursos para a rede pública do setor de saúde, provenientes não só da arrecadação da Previdência Social como também da elevação e vinculação de percentuais dos Orçamentos dos Estados, municípios e União, e criação de novas fontes de recursos para investimentos e custeio das ações de saúde. Para isso é urgente a aprovação da reforma tributária que descentralize de forma mais equitativa os recursos públicos e possibilite aos estados e municípios recuperar sua autonomia;
5. Exigência de adoção de políticas de recursos humanos balizadas pelo regime do mérito que contempla admissão e remoção por concurso público, ascensão funcional dentro de um plano de cargos e salários, e avaliação de desempenho com o fim de garantir a dinâmica institucional e o aprimoramento profissional. Política esta que deve incentivar a valorização dos profissionais de saúde de nível médio e elementar;
6. Apoio ao incremento da produção de medicamentos pelos laboratórios oficiais e incentivo à pesquisa e tecnologia no campo da saúde. Pela aprovação do Programa de Apoio à Indústria Farmacêutica Nacional, atualmente engavetado nos Gabinetes da Secretaria de Planejamento em Brasília;
7. Apoio à implantação de projetos de fluoretação da água com alternativa eficaz para promover a saúde bucal;
8. Apoio à implantação de Programas de Atenção Integral à Saúde da Mulher, isentos de qualquer conotação, quer natalista quer antinatalista. Repúdio à ingerência indevida do FMI na tentativa de coagir o Governo Brasileiro a adotar o Controle da Natalidade travestido eufemisticamente de Programa de Planejamento Familiar. Exigimos o rompimento do convênio mantido à Benfam e às Secretarias de Saúde dos Governos Estaduais;
9. Apoio à recuperação do caráter comunitário, com fins não lucrativos, das Santas Casas através da sua reorientação administrativa e do repasse de insumos e recursos financeiros por parte do setor público, inclusive para fazer frente aos gastos com atendimentos à população não contribuinte da Previdência Social;
10. Repúdio à política econômica recessionista, determinante do agravamento do já precário estado de saúde do povo em grande responsável pelo novo pico da também crônica crise financeira da previdência Social. Além de novas políticas Setoriais que conduzam à construção de um modelo de assistência médico-sanitário mais justo e de melhor qualidade, a saúde do povo depende do rompimento do acordo com o FMI e da decretação da moratória;
11. Nossa firme convicção de que a democratização da Saúde, representada por maior acesso do povo ao bem-estar e por melhor qualidade dos serviços está estritamente vinculada à

democratização da sociedade e do Estado Brasileiro, questão esta representada no momento pela eleição direta para presidência da República. O resgate da cidadania é uma luta da humanidade, implica no rompimento com as velhas estruturas sociais. Implica no rompimento com o autoritarismo e com a sociedade desigual. Inclui também, a questão sanitária, ou seja, além do direito de eleger o presidente da República e de conquistar uma Assembléia Constituinte, os brasileiros têm o direito à saúde, independente da sua condição de contribuinte ou não da Previdência Social, independente do seu pensar e do seu agir.

Curitiba, 19 de novembro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

Presidente da Comissão do Simpósio de

Saúde.

MARCIO ALMEIDA

Coordenador Geral do Simpósio.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno, inscrito.

Antes, porém, a presidência registra com satisfação a presença neste Plenário, do senhor Paulo Pimentel, ex-governador do Paraná.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. (Lê):

A Nação assiste hoje a um embate decisivo no Congresso Nacional.

De um lado, a tentativa de afirmação do princípio federativo, através da aprovação do substitutivo Passos Porto - que introduz a chamada "mini-reforma" tributária, para vigorar ainda em 1984.

De outro lado, as forças do obscurantismo centralizante, que vêm mantendo a Nação garroteada há mais de dezenove anos, sob o pretexto de que os tecnocratas de Brasília conhecem melhor a necessidade de reparo de uma estrada rural no município de Ubitatã do que o próprio prefeito de Ubitatã.

Com base nesse raciocínio falso, falho e irreal, os tecnocratas de Brasília sempre se negaram a transferir para os municípios e os Estados, o direito de tributar para entender as necessidades de seus habitantes.

Foi com base nessa premissa ilógica que os homens de Brasília acabaram concentrando quase 80 por cento da receita tributária global do Brasil, deixando resíduo para os governadores e prefeitos tentarem fazer milagres.

Porque senhores, só com milagre pode administrar o prefeito que não tem dinheiro para colocar óleo combustível nas máquinas rodoviárias, ou para pagar os lixeiros municipais.

Só com milagre consegue gerenciar seu Estado e o governador não possui meios de lançar um plano de empregos de emergência para atender os milhares de boias-frias que refluem para as capitais. Como só milagreiramente poderia esse mesmo governador desapropriar as terras do cinturão verde para alojar os sem-terra que por isso mesmo, acabam, constituindo um peso quando poderiam ser uma fonte de energia social.

Não somos ingênuos a ponto de acreditar que os homens do Planalto abririam mão, com liberalismo, sobre o dinheiro dos recursos públicos que concentraram a partir de 1964. Sabíamos que haveria confronto.

Mas, o que não esperávamos era a ofensiva - até policial - armada pelo governo federal contra a pequena reformulação tributária proposta no Substitutivo Passos Porto.

Depois de tentar todas as manobras dilatórias possíveis, transferindo o dia da apreciação da matéria, acenando com a promessa de projeto de lei ampliando a alíquota do ICM, os homens de Brasília passaram à força bruta.

E então, usando as iníquas "medidas de emergência" acenadas por órgãos policiais, para pressionar prefeitos a fim de que se

abstenham de ir a Brasília para acompanhar a votação das emendas englobadas no Parecer Passos Porto.

Ao tempo que se acionam a vasta máquina de propaganda federal para tentar combater a emenda, sob o argumento de que ela cria novos impostos.

Mentira: nós ajudamos a formular o documento que resultou no substitutivo do Senador Passos Porto, que por sinal pertence ao partido do governo. Ele apenas transfere recursos da União com os Estados e municípios que, está provado, sabem administra-los melhor, em benefício do povo e não para financiar negociatas e polonetas.

Mesmo assim, a um nível mínimo: seria apenas um trilhão de cruzeiros a preços atuais, ou menos de 5 por cento da receita tributária federal.

Mas, que representaria muito para os Estados e municípios brasileiros, salvando aqueles que se acham à beira da falência.

Senhores, é preciso lembrar os homens de Brasília, que lançam impostos de toda sorte mediante a figura absurda dos decretos-leis e que, na hora em que são chamados a repartir o bolo recuam contra o princípio federativo. É preciso lembrar a esses defensores do arbítrio e da ditadura econômica que, ao longo da História, revoluções têm sido feitas por povos que se achavam injustiçados sob impostos escorchantes.

Foi assim desde os tempos bíblicos, pelo povo de Israel que sofria sob a escorchante carga tributária imposta por Roboão, filho de Salomão.

Foi assim quanto aos ingleses, que romperam com a Coroa e obrigaram o Rei João a jurar a Magna Carta, em 1215, porque não aceitavam tributação sem representação.

O mesmo princípio da legalidade democrática do imposto, foi o móvel da Revolução da Independência americana, quando os rebeldes jogaram as cargas importadas ao mar, por não concordarem com a taxa do chá criada pelo Parlamento inglês.

Esta resenha histórica mostra o quanto sensível é o assunto tributário.

Eserve para alertar o Brasil sobre os abusos feitos na área dos impostos pelos ditadores econômicos do Poder Central.

Seriam avisados os homens de Brasília se concordassem com o mínimo que está sendo pedido pela Emenda Passos Porto.

Mas não. Eles são insensíveis. E preferem correr o risco de acirrar ainda a opinião pública, as lideranças nacionais e o sentimento federativo.

Pena que isso aconteça. Pena que a mini-reforma possa não ser aprovada nesta tarde, no Congresso Nacional.

Esse fato apenas comprovará que os homens de Brasília continuam herméticos fechados a todo entendimento.

E que só com uma eleição presidencial direta, que afaste os resíduos do autoritarismo, conseguiremos as melhores para o Brasil".

O Sr. Fiori Luiz - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero cumprimentá-lo, deputado Rubens Bueno, hoje, o Congresso Nacional, vive um dia realmente importante, porque os municípios estão falidos pela política centralista do Poder Central. E os tecnocratas que sustentam o regime militar já falam até em aumentar a gasolina em 30 por cento, caso o substitutivo seja aprovado pelo Congresso. Mais uma ameaça aos congressistas. E o governo diz que não tem o dinheiro para repassar essa transferência de recursos, da ordem de dois trilhões e meio. Não tem, em virtude da corrupção institucionalizada: não tem por falta de critérios na aplicação do dinheiro público; não existe recursos para socorrer os municípios; mas existem trinta bilhões de dólares para o projeto nuclear; vinte bilhões de dólares para Itaipu, e para cobrir rombos em instituições falidas. Isto é um simples detalhe levantado pelo Prefeito de Londrina, Wilson Moreira, nobre deputado Rubens Bueno, que os tributos arrecadados em Londrina, neste ano de 83,

entre a Taxa Rodoviária Única, e o Imposto de Renda, IPI, ICM, Loteria Esportiva, Loto e Imposto Único sobre Lubrificantes; em 83, arrecadados em Londrina somente, cento e vinte bilhões de cruzeiros. E sabem qual é o retorno? Apenas oito bilhões. Apenas 6,5 por cento é o retorno de todos esses tributos. É preciso que o Congresso tenha hombridade para aprovar esse substitutivo. E é preciso mais do que nunca, que o povo apele do Poder, este governo ilegítimo. Ou acabamos com os "Ladrões de Brasília" ou eles acabam com o Brasil. Se é que já não acabaram. Muito obrigado, nobre deputado.

O SR. RUBENS BUENO — Eu é que agradeço o apêndice do deputado Fiori Luiz, ao qual incorporo, com muita satisfação, a este pronunciamento.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa excelência traz, à Casa, a preocupação nacional. Realmente os municípios, e em decorrência também o Estado, foram desfraldados pelo centralismo do poder econômico. Mais uma vez, a área econômica do governo federal, sente-se mais forte do que aqueles que realmente receberam o voto popular, nestas últimas eleições do dia 15 de novembro passado, para pressionar o Congresso Nacional. Todos reclamam e dizem-se contra Delfin Netto e as suas medidas escabrosas. Esperamos, que os deputados do PDS, na Câmara Federal e no Congresso Nacional reafirmem isto concretamente, votando no substitutivo. Não aceitando o jogo de influência daquele que eles dizem ser contra. Nós haveremos de ver, na aprovação do substitutivo ou na rejeição, quem realmente está ao lado do povo brasileiro. Vossa excelência tem razão quando diz que são os municípios, são os prefeitos, os que mais sentem o impacto social da falta de recursos para a administração dos benefícios do povo nas localidades menores. Vossa excelência tem razão e eis porque todos os prefeitos estão fazendo grande mobilização em Brasília, para a votação do substitutivo. Eu quero parabenizar vossa excelência, por trazer à Casa esta preocupação que está acima da preocupação de "emendinhas" que estão sendo preparadas aqui para resguardar talvez o "funcionário fantasma". Vossa excelência está abordando assunto sério e merece atenção desta Casa e está de parabéns.

Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço ao deputado Gernote Kirinus, fazendo lembrança do que hoje está estampado em diversos jornais do País. Palavras do ministro Delfin Netto, tentando mais uma vez, chantagear o Congresso Nacional, usando para isto, das famosas mentiras oficiais, dos números que não condizem com a realidade.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço a concessão do aparte, senhor deputado Rubens Bueno e o solicitei para parabenizar vossa excelência por tratar de um assunto de elevada importância nacional, nesta Casa, agora.

E quero afirmar a vossa excelência, que, em palestras que tenho proferido no meio estudantil, tenho dito que o Brasil hoje, é apenas nominalmente uma República e uma Federação: República Federativa do Brasil. É apenas nominal.

E isto é fruto do centralismo que já foi aqui, há pouco, inclusive, mencionado. Mas, para corrigir esse centralismo e para restaurar neste País, a República e a Federação, um dos passos mais importantes é a reforma tributária, da qual essa mini-reforma que hoje o Congresso está a debater, a discutir e a votar é um pequeno passo inicial de uma arrancada que devemos todos estar trabalhando no sentido de alcançar a reforma tributária que vai tornar concreta e objetiva a República e a Federação neste País.

Parabenizo-me com vossa excelência e digo que a restauração daquilo que nós ansiamos um regime republicano e federativo passe por uma reforma tributária que dê condições para os Estados e municípios auto gerirem os interesses das coletividades que eles administram.

Meus parabéns a vossa excelência.

O SR. RUBENS BUENO — Eu agradeço a vossa excelência e vossa excelência tem razão quando diz desta pequena reforma tributária. É muito tímida para os interesses dos Estados e municípios, realmente.

Para se ter uma idéia seria de apenas um trilhão de cruzeiros a preços atuais ou menos de 5 por cento da receita federal esta mini reforma tributária.

O Sr. Anibal Khury - Vossa excelência permite-me um aparte? (Assentimento)

Vossa excelência faz um pronunciamento importantíssimo e a emenda que o Congresso Nacional discute, realmente trará a independência econômica aos estados e municípios.

Nós estamos prestando atenção no pronunciamento de vossa excelência e também estamos estudando o Projeto da Hoeler que se encontra na Ordem do Dia, de hoje.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Realmente, eminente deputado Rubens Bueno, esta matéria é extremamente importante.

Nós estamos cansados de ver os nossos prefeitos dignos representantes do povo a mendigar de porta em porta, pedindo pelo amor de Deus, pedindo por favor mingüados tostões para que possam pagar os seus funcionários municipais os seus professores municipais. E agora chegou a hora daqueles parlamentares que se dizem representantes do povo, darem esse voto de confiança ao povo.

Demonstrarem que realmente estão preocupados com o sofrimento do povo e não atender mais uma vez as ordens, as determinações do Poder Central.

É nesta ocasião, que teremos oportunidade de reconhecer os verdadeiros e honestos representantes do povo. Não adianta chegar em rádio e televisão e dizer que a reforma tributária é necessária que eu estou acordo com a reforma tributária, agora é a hora deles mostrarem que realmente estão de acordo com a reforma tributária votando esta Emenda, que será a redenção dos nossos municípios que estão insolventes na realidade.

Muito obrigado, senhor deputado.

O SR. RUBENS BUENO — Eu agradeço o aparte do senhor deputado Artagão Mattos Leão, concordando plenamente com suas palavras quando cita o exemplo dos nossos prefeitos. Os prefeitos que hoje se utilizam até do seu crédito pessoal indo a uma agência bancária fazer um "papagaio" para pagar o funcionalismo, no final do mês: mas os técnicos de Brasília acham que a Emenda Passos Porto é muito, e não é verdade. A verdade é que eles são insensíveis e preferem correr o risco de acirrar mais ainda a opinião pública, as lideranças nacionais e o sentimento federativo. Pena que isso aconteça, pena que a mini-reforma possa não ser aprovada, nesta tarde, no Congresso Nacional, pois, há questão de minutos telefonávamos à Brasília e não tinha sido iniciado o processo de votação.

Este fato apenas comprovará que os homens de Brasília continuam herméticos, fechados a todo o entendimento e que só com uma eleição presidencial direta que afaste os resíduos de autoritarismo, conseguiremos dias melhores para o Brasil.

Muito obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando que a sessão solene, aprovada para amanhã dia 24 do corrente, seja cancelada por motivos de saúde do homenageado e que vossa excelência marque a sessão Ordinária à hora regimental. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 187 e 201/83, constantes da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Resolução nº 90/83, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, subscrito por demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando com base no item V, do parágrafo 2º, do art. 134, do Regimento Interno, destaque das emendas nºs 02 e 04 de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 187/83, para que se constituam Projeto de Lei separado. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação acima aprovados:

2ª – DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 187/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 121/83), que altera dispositivos da Lei nº 7.547, de 10.12.81, que dispõe sobre estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. RUBENS BUENO – Pela ordem, senhor presidente.

Gostaria que vossa excelência indicasse, na Ordem do Dia, a numeração desse projeto.

O SR. PRESIDENTE – O Projeto de Lei que está em discussão, é o projeto de Lei 187/83, item 43 da Ordem do Dia, atendendo requerimento de preferência.

A Mesa solicita do senhor 1º Secretário que tome assento à Mesa, porque a Comissão Executiva está incompleta.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário de nº 01, de autoria de diversos senhores deputados; Emenda de Plenário de nº 02, de autoria do senhor deputado Anibal Khury, devidamente apoiada e Emenda de Plenário de nº 04, de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida César, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLÊNARIO Nº 04
AO PROJETO DE LEI Nº 187/83.**

O art. 9º – acrescido de parágrafo único, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º – A vantagem prevista no parágrafo único do art. 4º

da Lei nº 7.547/81, será acrescida, temporariamente, de idêntico valor, aos ocupantes de cargo de Assessor Jurídico, desde que incompatibilizados com o exercício da advocacia, em face do disposto no art. 82 da Lei Federal nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Parágrafo único – A gratificação temporária de que trata este artigo, não integrará os proventos de inatividade dos seus beneficiários, podendo ser paga cumulativamente com aquela prevista no art. 172, inciso III, da Lei nº 6.174/70”.

Sala das Sessões, em

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O art. 9º foi redigido sem que se especificasse que a gratificação ali mencionada está prevista no PARÁGRAFO ÚNICO da Lei nº 7.547/81, e não no seu “caput”, e deixando de mencionar que a Lei nº 4.215, de 27.04.63, é FEDERAL.

Da mesma maneira, não esclarece que a vantagem será atribuída temporariamente, pois, ao aposentar-se, o funcionário terá restabelecido seu direito de advogar, além da mesma lei federal nº 4.215/63, ter assegurado DIREITO ADQUIRIDO à advocacia àqueles que se inscreveram em data anterior à sua vigência.

A presente emenda tem por objetivo evitar possível veto, após nova análise daquele dispositivo, bem como esclarecer o fato de que, a gratificação, sendo adicional e temporária, poderá ser paga cumulativamente com a prevista no Art. 172, III, da Lei nº 6.174/70.

EMENDA DE PLÊNARIO Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 187/83.

INCLUA-SE ONDE COUBER:

Art. 1º – O Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, passa a ser o constante do Anexo I, da presente lei.

Art. 2º – A denominação e classificação dos cargos- o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes dos Anexos II, III, IV e V.

Art. 3º – Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo “A”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe A- Referência I;

I – Os ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo “B” e “C”, Consultor Administrativo “A” e Secretário de Comissão “A”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe B- Referência I;

II – Os ocupantes dos cargos de Consultor Administrativo “B” Secretário “B” e “C” ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe C, Referência I;

III – Os ocupantes dos cargos de Assessor Legislativo “A” e “B”, Assessor Administrativo “A” e “B” e Assistente de Comissão “A” e “B”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe D- Referência I;

Art. 4º – Os atuais ocupantes dos cargos de Médico e Dentista, ficam classificados da seguinte forma, e nos termos do Anexo III.

I – Os ocupantes do cargo de Médico “A”, ficam classificados no cargo de Médico I, Classe A- Referência I;

II – Os ocupantes do cargo de Médico “B”, ficam classificados no cargo de Médico I, Classe B- Referência I;

III – Os ocupantes do cargo de Médico “C”, ficam classificados no cargo de Médico I Classe C, Referência I;

IV – Os ocupantes do cargo de Dentista “A”, ficam classificados no cargo de Dentista, Classe A- Referência I;

V – Os ocupantes do cargo de Dentista “B”, ficam classificados no cargo de Dentista I, Classe B- Referência I.

Art. 5º – Os atuais ocupantes dos cargos de Taquígrafo “A” e “B”, ficam classificados nos cargos de Taquígrafo TA-3, Classe A e B- Referência I, respectivamente.

Art. 6º — Os atuais ocupantes dos cargos de Oficial Legislativo "A", "B", "C" e "D", ficam classificados nos cargos de Oficial Legislativo OL-4, Classe A,B,C,e D- Referência I, respectivamente nos termos do Anexo V.

Art. 7º — Os atuais ocupantes dos cargos de Secretário de Comissão "A", sem formação universitária, permanecerão nesta situação com seus vencimentos calculados na Classe C, Referência I de Consultor Legislativo, extinguindo-se os respectivos cargos ao vagarem.

Parágrafo único — Os atuais ocupantes de cargos de Auxiliar de Comissão, que tenham as mesmas atribuições e responsabilidades dos ocupantes do cargo de Secretário de Comissão, cometidas pela Decreto Legislativo 150/82, que, na data da publicação desta Lei, exerçam funções de Secretário de Comissão há mais de 3 (três) anos, designados em cargos de Secretário de Comissão "A", de conformidade com este artigo, extinguindo-se os respectivos cargos ao vagarem.

Art. 8º — Os vencimentos dos funcionários da Assembléia, serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Consultor Legislativo- CL-I, Classe A, Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo único— O vencimento mensal do cargo de Consultor Legislativo CL—I— Classe A, Referência I, é fixado em CR\$ 241.479,00 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros).

Art. 9º — O funcionário promovido horizontalmente, perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2 por cento na referência II, 4 por cento na referência III e 6 por cento na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo de Consultor Legislativo CL—I— Classe A- Referência I.

Art. 10 - A elevação do funcionário à referência ou à Classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de Classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentada por Resolução, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Parágrafo único— Abrir-se-á concurso interno de seleção entre os atuais servidores da Assembléia Legislativa para o provimento dos cargos remanescentes somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 11 — A Comissão Executiva promoverá por Decreto Legislativo, dentro de 30 (trinta) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta lei.

§ 1º — o funcionário que não estiver no efetivo exercício das funções inerentes ao seu cargo no órgão administrativo de lotação, original, salvo na estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa, não será enquadrado nos termos desta lei.

até que regularize sua situação funcional, (ilegível).

§ 2º — Fica vedado o pagamento de gratificação a qualquer título, aos funcionários que não estiverem no efetivo exercício das funções inerentes ao seu cargo administrativo de lotação original, ressalvados os casos previstos no artigo anterior.

Art. 12 - Os 30 (trinta) cargos de Consultor Legislativo CL-I, Classe D, Referência I, atualmente vagos, ficam transformados em 13 (treze) cargos de Procurador, com vencimentos fixados no percentual de 106 por cento do valor fixado no parágrafo único do artigo 8º, e em 17 (dezessete) cargos de Oficial Legislativo OL-4 Classe D, Referência I.

Parágrafo único— Os cargos de Procurador criados por este artigo, serão preenchidos pelos funcionários classificados no cargo de Consultor Legislativo - CL- I, Classe A, ressalvadas as disposições do artigo anterior.

Art. 13 — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, 6 (seis) cargos de Jornalista -Classe A, Referência I; e 4 (quatro) cargos de Redator-2, Classe A, Referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 14 — Ficam criados 10 (dez) cargos de Técnico Legislativo, portadores de Diplomas de Cursos Técnicos de Segundo Grau.

Art. 15 — Ficam criados 6 (seis) cargos de Taquígrafo- TA-3, Classe B, Referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 16 — Ficam extintos 3 (três) cargos vagos de Médico "C" nível 6.

Art. 17 — Os dispositivos desta Lei, aplicam-se ao Pessoal Inativo, cujo enquadramento será efetuado através de Decreto Legislativo.

Art. 18 — Ficam mantidos os requisitos e condições estabelecidas para o provimento de cargos em Comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 19 — O funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa que exerceu ou esteja em exercício de mandato de deputado estadual e ou federal, será enquadrado ao cargo de Procurador criado pelo Art. 12, desta lei.

Sala das Comissões, em de novembro de 1983.

Edgar Pimentel	Gilberto Carvalho
Amélia Hruschka	Anibal Khury
Artagão Mattos Leão	Oswaldo Alencar Furtado
Odeni Mongruel	Adhail Sprenger Passos
Gernote Kirinás	Nestor Baptista
Tadeu Lúcio Machado	Homero Oguido
Márcio Almeida	Fiori Luiz
Airton Cordeiro	Péricles Pacheco
Hermas Brandão	Djalma de Almeida César
Leônidas Chaves	Ezequias Losso
José Antonio Fonseca	Rubens Bueno
Ironi Pugliesi	Orlando Pessuti
Quielse Crisóstomo	Antonio Anibelli
Nilso Sguarezi	Acir Mezzadri
Edmar Luiz Costa	Paulo Furiatti
Mário Pereira	Trajan Bastos
Tadeu França	Roberto Requião
Sabino Campos	Augusto Carneiro
Nelson Vasconcellos	Roberto Requião
Jorge Maia Filho	Tuguio Setogutte
Gabriel Sampaio	Trajan Bastos
Ivan Gubert	Werner Wanderer

ANEXO I (Art. 1º)

SÉR.	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL
CL-I	A	I	100,00
CL-I	B	I	94,00
CL-I	C	I	88,00
CL-I	D	I	82,00
J - 2	A	I	76,00
R - 2	A	I	76,00
TL- 3	A	I	70,00
TA - 3	A	I	70,00
TA - 3	B	I	64,00
Dentista/Méd.I	A	I	82,00
Dentista/Méd.I	B	I	76,00
Dentista/Méd.I	C	I	70,00
OL-4	A	I	58,00
OL- 4	B	I	52,00
OL- 4	C	I	46,00
OL- 4	D	I	40,00

GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES

ANEXO II (Artigo 3.º)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA			
CARGOS	NÍVEL	OCUPANTES	CARGO	CLASSE/ REFERÊNCIA	OCUPANTES
CONSULTOR LEGISLATIVO - A	1	13	CONSULTOR LEGISLATIVO CL-I	A-I	13
CONSULTOR LEGISLATIVO - B	2	16			
CONSULTOR LEGISLATIVO - C	3	18			
CONSULTOR ADMINISTRATIVO - A	3	06			
SECRETÁRIO DE COMISSÃO - A	3	06	CONSULTOR LEGISLATIVO CL-I	B-I	46
CONSULTOR ADMINISTRATIVO - B	4	02			
SECRETÁRIO DE COMISSÃO - B	4	04			
SECRETÁRIO DE COMISSÃO - C	5	05	CONSULTOR LEGISLATIVO CL-I	C-I	11
ASSESSOR LEGISLATIVO - A	6	48			
ASSESSOR LEGISLATIVO - B	7	30			
ASSESSOR ADMINISTRATIVO - A	6	08			
ASSESSOR ADMINISTRATIVO - B	7	10			
ASSISTENTE DE COMISSÃO - A	6	10			
ASSISTENTE DE COMISSÃO - B	7	14	CONSULTOR LEGISLATIVO CL-I	D-I	120
			JORNALISTA - 2	A-I	06
			REDATOR - 2	A-I	04

GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL SUPERIOR

ANEXO III (Artigo 4º)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		
CARGOS	NÍVEL	OCUPANTES	CARGOS	CLASSE/ REFERÊNCIA
MÉDICO - A	4	2	MÉDICO - I	A-I
MÉDICO - B	5	2	MÉDICO - I	B-I
MÉDICO - C	6	7	MÉDICO - I	C-I
DENTISTA - A	5	1	DENTISTA - I	A-I
DENTISTA - B	6	2	DENTISTA - I	B-I
				2
				2
				7
				1
				2

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO

ANEXO IV (Artigo 5º)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		
CARGOS	NÍVEL	OCUPANTES	CARGOS	CLASSE/ REFERÊNCIA
TAQUIGRAFO - A	8	7	TÉCNICO LEGISLATIVO TL-3	A-I
TAQUIGRAFO - B	9	2	TAQUIGRAFO TA-3	A-I
			TAQUIGRAFO TA-3	B-I
				10
				07
				08

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02
AO PROJETO DE LEI Nº 187/83.

GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO V (Artigo 6.º)

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA			
	CARGOS	NÍVEL	OCUPANTES	CARGO
OFICIAL LEGISLATIVO - A	11	114	OFICIAL LEGISLATIVO OL-4	A-I
OFICIAL LEGISLATIVO - B	12	30	OFICIAL LEGISLATIVO OL-4	B-I
OFICIAL LEGISLATIVO - C	13	63	OFICIAL LEGISLATIVO OL-4	C-I
OFICIAL LEGISLATIVO - D	14	09	OFICIAL LEGISLATIVO OL-4	D-I

I - Art. 19 - da Emenda apresentada, passa a ter a seguinte redação:

Art. 19 - O funcionário do quadro de pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, que tenha exercido mandato legislativo de representação do Estado ou de Vereador da Capital, será enquadrado no cargo de Procurador, criado pelo Art. 12, desta lei

Parágrafo único - O funcionário do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas que houver exercido mandato de Deputado Estadual ou vereador da Capital, será enquadrado no cargo de Adjunto Econômico Financeiro, ora criado.

II - Inclua-se onde couber:

Art. 1.º - Os cargos de provimento efetivo de Técnico de Controle Externo e Oficial de Controle, previstos nas Tabelas I e II, do Anexo IV, da Lei nº 7665/82, passam a ser os constantes do anexo desta lei.

Art. 2.º - Os cargos de provimento em comissão, previstos no Anexo II, da Lei 7077/79, atualmente pertencentes a simbologia D.A.S.-4, passam a pertencer a simbologia D.A.S.-3.

Parágrafo único - A Assessoria Técnico-Jurídica, de que trata o art. 15, da lei nº 7077/79, fica transformada em Diretoria Técnico-Jurídica e será dirigida por um Diretor símbolo D.A.S.-3.

Art. 3.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4.º - Ficam criados onze (11) cargos de Adjunto Econômico Financeiro, a serem providos por funcionários do Quadro-Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, portadores de diplomas de nível superior, com vencimentos fixados no percentual de 106 por cento do valor fixado para o cargo de Técnico de Controle Externo- TC-ANS-100.1.

Parágrafo único - O provimento dos cargos criados neste artigo, dar-se-á mediante lista apresentada pelo Presidente do T.C. e homologada pelo Plenário.

Art. 5.º - Ficam extintos 20 cargos vagos de Auxiliar Administrativos - Nível 16 - do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em de novembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Francisco Escorsin Odeni Mongruel, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Airton Cordeiro, Edgar Pimentel, Basílio Zanusso, Tércio Albuquerque, Gilberto Carvalho, Osvaldo Alencar Furtado, Caíto Quintana, José Antônio Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Dirceu Manfrinato, Nelson Vasconcellos, Djalma de Almeida César, Mário Pereira, Irondi Pugliesi, Roberto Requião, Rubens Bueno, Tuguio Setogutte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Em discussão.

O SR. RUBENS BUENO - Gostaria que vossa excelência desse ciência do inteiro teor da emenda do deputado Djalma de Almeida César.

O SR. PRESIDENTE - Solicito do senhor 1.º Secretário que proceda a leitura da emenda do deputado Djalma de Almeida César.

O SR. 1.º SECRETÁRIO: (Lê).

O SR. PRESIDENTE - Está em discussão o projeto e as emendas. Para discutir, concedo a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor presidente, senhores deputado.

Havia, e espero que ainda haja, um acordo verbal de cavalheiros feito pelos deputados do PMDB, representando a bancada, com este deputado que fala neste momento, de que nenhuma emenda seria aprovada para que não fosse prejudicado o Projeto 187/83, mensagem do governador.

Gostaria, senhor presidente, de que este acordo fosse mantido pela nossa bancada de que o projeto de reformulação do quadro dos funcionários fosse aprovado como ficou combinado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa, esclarecendo ao ilustre deputado, anuncia que há sobre a mesa e será votado no momento oportuno, requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, subscrito por diversos senhores deputados, que pede às emendas 2 e 4 apresentadas ao projeto de lei que ora se discute, para que estas emendas se constituam em projeto de lei em separado.

Portanto, a Mesa está orientando vossa excelência sobre o expediente que será votado na oportunidade.

Em discussão o projeto e as emendas.

O Sr. Fiori Luiz - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao senhor deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor presidente, parece-me que os funcionários, quando falo em funcionários, são os que efetivamente trabalham nesta Casa, não querem nenhum tipo de emenda. Foram várias reuniões com a Associação dos Funcionários. Ou nós fazemos justiça aos que efetivamente trabalham nesta Casa, ou vamos continuar com essas injustiças senhor presidente.

Esse projeto faz justiça. Atinge aos que realmente trabalham e separa o joio do trigo e a bancada fechou com esse projeto, após ouvir a Associação.

Acho que é hora de se colocar um fim nos privilégios, no campadrio, nos favorecimentos, ou esta Casa perde de vez a pouca seriedade que já possui.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em discussão o projeto e as emendas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita do senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — 43 senhores deputados responderam a chamada. Continua em discussão o projeto e as emendas. Encerrada a discussão. A Mesa irá colocar em votação.....

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência está colocando em discussão o projeto que visa reestruturar os cargos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa está colocando em votação, atendendo requerimento de preferência, o Projeto de Lei n.º 187/83.

Sobre este projeto, existem três emendas de Plenário. A Emenda n.º 4, a emenda n.º 1 e a emenda n.º 2. Acontece que existe sobre a mesa, sr. deputado, um requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, e subscrito por diversos srs. deputados, requerendo que as emendas de números 4 e 2, de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei n.º 187/83, se constituam em projeto de lei em separado. E é o que a Mesa irá colocar em votação, agora.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência poderia anunciar ainda que rapidamente, o teor das emendas? Uma é com relação aos funcionários do Tribunal de Contas. E a outra emenda que se pretende retirar do bojo do projeto?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa a vossa excelência que essa emenda não se encontra apenas ao projeto, porque o autor deixou de apresentá-la, deixou de anexá-la ao projeto, naturalmente atendendo a este requerimento que será votado pela Casa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E as emendas que se pretende retirar, sr. presidente, de que natureza são?

O SR. PRESIDENTE — É a emenda de número 2 e a emenda de número 4. A emenda número 4 foi lida, atendendo requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno.

No entanto, se vossa excelência pretende...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu gostaria que vossa excelência anunciasse, por gentileza, ao Plenário, novamente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Solicito ao sr. 1.º Secretário que proceda novamente a leitura da emenda número 4.

(É lida a Emenda n.º 4).

A Mesa consulta o ilustre deputado se está satisfeito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Martins Annibelli, com apoio de diversos srs. deputados. Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda n.º 1. **Aprovado.**

Está em votação a Emenda de n.º 1. Os srs. deputados que aprovam,...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, sr. presidente.

Desejamos registrar, a bancada do PDS, sua adesão e seu apoio ao projeto de lei que visa reestruturar a carreira de funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aliás, esta posição tem sido defendida, neste plenário, por ilustres deputados de nossa bancada. Esse tem sido sempre o sentido de pronunciamento de parlamentares do PDS, entre os quais o deputado Erondy Silvério, quando, por exemplo, analisava o problema de reestruturação da Casa, sua excelência assensou em nome da nossa bancada a confiança que tinha no descortínio e no preparo dos ilustres funcionários deste Poder Legislativo.

Esta tem sido a posição, ao longo do tempo e no momento em que a Assembléia vota um projeto de lei para instrumentalizar melhor os trabalhos deste Poder, valorizando em consequência os seus funcionários, a bancada do PDS declara o seu voto favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, srs. deputados.

Da mesma maneira em que o nosso companheiro deputado Luiz Alberto Oliveira se solidariza com os funcionários da Assembléia e com esta Comissão de funcionários porque, com muita dignidade, com muita honradez, estudou minuciosamente por vários dias e várias noites, nós, com o pedido de mais de 400 funcionários da Assembléia que solicitavam que os deputados indistintos de partido - PDS e PMDB - para que cumprissem com o compromisso de ajudar esses funcionários que foram preteridos por muitos anos, pedindo que os deputados votassem apenas a emenda em que dava a reestruturação do quadro desta Assembléia, e nós e a bancada do PDS, nós do PMDB, aceitamos essas assinaturas e vemos que todos os srs. deputados desta Casa atenderam a este apelo de mais de 400 funcionários.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados, a bancada do PDS, a bancada do PMDB, hoje, está de parabéns, e esta Comissão Executiva e todos os srs. funcionários, porque é com humildade, com trabalho, com dignidade, com honradez, com compreensão, que chegaremos a um bom termo para valorizar este Poder, tão marginalizado, tão pisoteado nestes últimos anos de tanta revolução.

Este Poder sempre foi preterido, sempre foi relegado a um segundo plano, e hoje nós damos um grande passo na valorização do Poder Legislativo, aprovando em 2.ª Discussão este projeto que dá ao funcionário da Assembléia, mais dignidade, e tenho certeza, que ele continuará dando sempre de si tudo aquilo que deu pelo Poder Legislativo.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa solicita e esclarece às pessoas que nos honram nas galerias que o nosso Regimento Interno proíbe manifestações desta ordem. Agradeceria a colaboração das pessoas, com a Mesa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Para encaminhar) Sr.

presidente, meus cumprimentos nesta sessão, principalmente ao PDS, que não só toma agora de maneira definitiva conhecimento da democracia participativa, mas se integra neste processo, num momento em que uma medida que faz justiça com os funcionários que trabalham na Assembléia Legislativa é votada nesta tarde, ao mesmo tempo em que não se prestigiam os famosos "fantasmas" que assombram esta Casa Legislativa.

Isto só foi possível porque o PMDB chegou à Mesa da Assembléia. Porque esta bancada, hoje majoritária, deu suporte a uma Associação de Funcionários que foi capaz de honrar a sua qualidade de servidores deste Poder e colaborar na elaboração de uma emenda que afasta o compadrio, o nepotismo e as vantagens indevidas.

De parabéns a Assembléia, a democracia participativa, o Paraná e o PMDB, que começa o exemplo de saneamento público no seu poder, e que daqui para frente, estas medidas se estendam ao conjunto da administração pública do nosso Estado.

Era isto, sr. presidente.

O SR. PAULO FURIATTI — (Para encaminhar) Sr. presidente, como participante da comissão cuja delegação foi dada pela bancada do PMDB, tive momentos muito importantes com a

Associação dos Funcionários, porque chegamos a um consenso de uma emenda aditiva.

Sinto-me muito feliz, porque é nestes instantes que consigo justificar o meu mandato e justificar as minhas propostas e os meus princípios.

Valorizar aqueles funcionários que realmente trabalham nesta Casa, e que no dia a dia, uma estrutura administrativa, do porte da Assembléia, continua andando porque tem gente que trabalha. São estes que trabalham, que precisam que tenhamos tempo, mesmo com o gabinete cheio, para sentar, para conversar e para valorizar estes companheiros que encaminham os trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Um poder que a cada dia assume a sua característica principal.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — (Para encaminhar) Sr. presidente, primeiramente, para trazer ao conhecimento desta Casa um documento hoje liberado pela Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, agradecendo os esforços da Comissão Executiva desta Casa, sob a presidência do deputado Trajano Bastos, do Gernote Kirinus, 1.º Secretário e Francisco Escorsin, 2.º Secretário.

Além disto, também em nome da Liderança do PMDB, agradecer aos deputados Antônio Annibelli, Paulo Furiatti, Mário Pereira e Homero Oguido, que foram designados para acompanhar o processo que está hoje na Mesa para votação, que é a Emenda n.º 1, ao Projeto de Lei n.º 187/83.

Em nome da Liderança do PMDB, os agradecimentos a esta Comissão e à Associação dos Servidores desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a Emenda n.º 1.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar) Sr. presidente, srs. deputados.

Devo destacar neste momento que a bancada do Partido Democrático Social, age no processo de votação, de acordo com o poder de convencimento de cada um dos seus deputados.

Da mesma forma como provavelmente os srs. parlamentares do PMDB foram convencidos pelos funcionários de que a causa é justa, o PDS, por unanimidade dos seus parlamentares aqui presentes também entendeu que esta causa é justa e importante, não estamos portanto, sendo induzidos por nenhum comportamento estranho ao poder de convencimento de cada um de nós, que aliás deve ser a essência do debate parlamentar, e é em decorrência deste convencimento nosso que votando favoravelmente, o PDS homenageia aos seus funcionários que ajudam a constituir o Poder Legislativo do Paraná.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação a Emenda n.º 1.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr.

presidente, o nobre deputado Airton Cordeiro colocou bem a posição independente de cores partidárias, nós estamos cansados de votar nesta Casa a exploração de outros Poderes e há muito os funcionários do Poder Legislativo vêm aguardando e sempre ficando em segundo plano.

Quando retirou a emenda pedindo a apresentação do projeto em separado, eu me preocupei e queria saber que emenda era esta que estava sendo retirada, achando que poderia ficar outra vez em segundo plano.

Emenda n.º 1, vem atender os funcionários desta Casa, nós votamos com a consciência tranqüila que estamos cumprindo com o nosso dever.

Aqui não vai nenhuma discriminação, não é o problema da democracia participativa, tem muitos lugares para demonstrar a democracia participativa, neste caso é um dever, é uma obrigação, de todos nós deputados, as duas bancadas que conhecemos o trabalho destes funcionários, que, sem eles esta Casa não teria condições de funcionar, porque não teríamos o apoio destes funcionários. Por isto, votamos conscientemente, cumprindo com o nosso dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação a Emenda n.º 1.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar) Sr. presidente, srs. deputados.

Apenas para registrar a posição inicialmente de alguma dúvida de como votar nesta emenda, exatamente pelo desconhecimento de como estava ela redigida e também porque não dizer, com a desconfiança, de se era justa ou não esta medida com referência a todos os funcionários deste Poder.

Lamento também, sr. presidente e srs. deputados, de que esta Comissão que elaborou esta nova proposta ou essa emenda que agora votamos e que esta Comissão foi composta por alguns srs. deputados da bancada do PMDB, não tivessem já dentro da democracia participativa convidado um sr. deputado pelo menos da minha bancada para que este pudesse ser também na nossa bancada o defensor de votação favorável a esta emenda.

Se aqui é uma Casa onde deve todos terem a sua participação, poderia também nesta Comissão ter sido convidado um nosso deputado.

Deixo aqui uma sugestão, de que em matérias como esta e que futuramente possam ser votadas, fica aqui uma sugestão prudente, coerente e democrática, de que seja também a algum elemento na proporção ou na proporcionalidade representada a bancada do PDS.

Tomando ciência agora de que a emenda é justa, de que a emenda está dentro das possibilidades deste Poder e que favorece aqueles que verdadeiramente trabalham, nós não teríamos e não temos nunca condição de ser contra medidas perfeitamente justas como esta.

E embora não tivesse fechamento de questão, não tivesse pedido nenhum da nossa liderança, cada deputado está livremente fazendo a sua opção e eu já fiz e declaro agora a minha opção de voto favorável, porque reconheço que esta emenda vai beneficiar os funcionários deste Poder que verdadeiramente trabalham.

Parabenizo-me também com a bancada do PMDB, por ter feito esta emenda justa, equilibrada e que favorece o funcionalismo, configurando agora, numa medida ao PMDB, especialmente a bancada do PMDB, que eu quero parabenizar, desenvolvendo ao que o deputado Roberto Requião falou, se parabenizando com a nossa bancada porque compreendemos a democracia participativa; embora não tivéssemos participação nesta emenda, mas agora vamos ter com a nossa votação.

Parabenizo-me com a bancada do PMDB por fazer esta primeira medida justa a quem verdadeiramente trabalha.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. NELSON BUFFARA — Para encaminhar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. presidente, é notório que nesta oportunidade em que se discute uma matéria da mais alta importância para o funcionalismo, vários deputados querem fazer média para si. Entendo que os srs. funcionários não devem prestar homenagem a ninguém, especificamente este ou aquele deputado.

O que se está fazendo hoje é justiça e, diga-se de passagem, não é nada mais nada menos do que nossa obrigação reconhecermos esse direito que eles têm em votar esta matéria. Paternalismo não existe em ninguém. A casa está provando. Nem a bancada do PMDB nem a do PDS.

Esta Casa, a Assembléia Legislativa, fazendo justiça, como já disse. Nem se tem que prestar homenagem a ninguém, nem prestar agradecimento deste ou daquele funcionário a esse ou aquele deputado. Estamos fazendo o que a nossa consciência manda, fazendo justiça, tão somente justiça.

Portanto, eles devem prestar homenagens a eles mesmos, eles devem esse favor a eles mesmos, à conduta dos funcionários.

Obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Para encaminhar) Sr. presidente, srs. deputados.

Realmente, concordamos que neste momento se está fazendo justiça, justiça que também poderia ter sido feita em outros tempos, quando a bancada do PDS era maioria e poderia ter feito o que estamos fazendo hoje, e não o fez e também, apenas para alertar o deputado Augusto Carneiro, que um representante do PDS, o deputado Francisco Escorsin, como membro da Executiva, após a sua assinatura a essa emenda.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Para encaminhar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. presidente, em função das colocações do deputado Artagão, eu declino.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, não era da minha intenção interferir numa coisa justa, mas o jovem Artagão Mattos Leão, não sabe o que fez o deputado Escorsin, quando presidente, o que fizemos nós, só que fizemos humildemente e sem estardalhaço, sem pedir nada, quando fomos por 11 meses participantes da Comissão Executiva, no tempo da Revolução e da Arena, quando arriscamos o nosso mandato, para dar aos funcionários desta Casa justiça, mas sem fazermos demagogia barata, e naquela época, o irmão do ilustre deputado Artagão Mattos Leão, também fazia parte da nossa grei, e nós odiamos, sr. presidente, srs. deputados, srs. funcionários, a pedir o bate-palma por justiça que é feita aos funcionários também.

Tivemos também a honra de pertencer à Comissão

Executiva e demos aos funcionários o que era de justiça na época.

Então, os menos informados, que procurem se informar para depois atirarem pedras nos seus companheiros de Assembléia.

Está mal informado o deputado Artagão Mattos Leão, que nós, que o deputado Escorsin, quando presidente, demos, dentro da humildade, o que era possível aos funcionários da Assembléia.

Fizemos, sr. presidente, uma reestruturação nos moldes diferentes dentro da humildade peculiar dos homens que trabalham pelo bem-estar de sua terra e de sua gente, sem essa demagogia, sem a claqué, sem, sr. presidente, querer ferir a sensibilidade desta grande Comissão Executiva. Mas, os homens que procuram tirar proveito numa coisa justa, sem ao menos darem satisfação à bancada minoritária desta Casa, não merecem o nosso respeito, e com o respeito que eu tenho pelo deputado Artagão, ele que rememore o passado, ele que veja o que fizemos, o que fez a Comissão Executiva naquela época da Arena, na época da revolução peçonhenta e o que fizemos pelos funcionários da Assembléia, arriscamos os nossos mandatos...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO – (Pela ordem) Sr.

presidente, na realidade o ilustre deputado Gabriel Manoel entendeu mal as minhas palavras, eu me referi que o deputado Francisco Escorsin, como membro do PDS, também participou das gestões para elaboração dessa reformulação, eu aqui não ataquei o deputado Francisco Escorsin, apenas para esclarecer.

O SR. GABRIEL MANOEL – Para complementar, sr.

presidente, eu entendi perfeitamente, porque o pior surdo é aquele que não quer ouvir, e eu ouvi perfeitamente o deputado Artagão Mattos Leão, a jogar lama no nome do PDS, no nome da ex-Arena.

Entendi perfeitamente, então é por isto que me revoltou, quando foi dito pelas palavras do ilustre deputado, porque as notas taquigráficas não mentem.

Eu queria que o deputado Artagão Mattos Leão, com o meu respeito, tivesse um pouco de informação para depois ir encaminhar uma votação e dizer que o PDS e a ex-Arena nada fizeram.

Quantos deputados têm aqui da velha guarda, que nos ajudaram a fazer uma reestruturação sadia, quando éramos pertencentes onze vezes de uma Comissão Executiva, e é por isso que eu me parabeno com a bancada do PMDB e como a nossa ilustre bancada, que nunca claudicou, só que temos um defeito, não fazemos propaganda quando é de justiça, quando se dá ao funcionário o que é de justiça, não fazemos propaganda, propaganda é o nosso passado.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO – (Para encaminhar)

Sr. presidente, quero acreditar que existem na verdade alguns méritos dos srs. deputados desta Casa, não só do PMDB, mas também do PDS, mas o mérito maior ainda, são dos funcionários desta Casa, porque se estamos hoje a votar nessa reformulação, é porque eles merecem, porque eles também são o impulso desta Assembléia Legislativa do Estado. Eles estarão junto conosco na nova reformulação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e nesta oportunidade,

sr. presidente, srs. deputados, queiram ou não que estejam fazendo médias, mas eu faço um convite a todos os deputados neste instante: vamos ao que é mais importante, que é votar, para dar a liberdade aos funcionários desta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. EZEQUIAS LOSSO – (Para encaminhar) Sr. presidente, nobres srs. deputados.

Ouvimos com atenção os encaminhamentos de votação que já foram feitos referentes a esta emenda apresentada pela CCJ inicialmente e posteriormente, reformulada por uma Comissão.

Queremos dizer, como já se pronunciaram companheiros do PDS, que sempre houve por parte deste partido, o máximo interesse em proporcionar aos servidores da Casa, a condição que é mais importante para que possam bem cumprir com as suas funções, qual seja, a de uma remuneração condigna.

O fato de não ter participado representante do PDS na Comissão constituída por último, não tira o mérito que foi desenvolvido devidamente, por ocasião da elaboração, inclusive desta emenda. Na CCJ há a presença de deputados do PDS, que ali deram o seu apoio, a iniciativa então apresentada pelo deputado Homero Oguido.

Por outro lado, sr. presidente, quero dizer que a emenda aposta por diversos srs. deputados, tendo o deputado Anibal Khury como primeiro subscritor, referente ao Tribunal de Contas, que segundo decisão do Plenário passará a constituir um projeto à parte, é uma emenda justa também, porque visa a equiparação dos funcionários daquele órgão, que é vinculado a esta Casa constitucionalmente, a este quadro que agora está sendo devidamente aprovado.

Portanto, desde já apelo à sensibilidade dos srs. deputados, no sentido de que os servidores do órgão que tem essa vinculação com o Legislativo no tocante à fiscalização das contas do Executivo e do Poder Judiciário, possa também contar com uma equipe de funcionários remunerados condignamente, para que cumpram também com as suas funções, com zelo e com a disposição como deve ocorrer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Trajano Bastos – Em votação a emenda.

O SR. FIORI LUIZ – (Para encaminhar) Humildemente eu peço. Os funcionários têm trabalho ainda hoje. Vamos poupar os nossos ouvidos de discursos verbais e políticos e vamos votar esta matéria.

O SR. PRESIDENTE – Em votação a Emenda n.º 1. – Aprovada.

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 201/83, de autoria da Comissão Executiva, que reestrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., e EMENDAS SUBSTITUTIVAS da CCJ e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. — Em votação.

PROJETO DE LEI N.º 201/83 encontra-se no D.A. 125 O Anexo I, encontra-se à página 35.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 201/83**

PARECER:

O projeto de lei ora submetido à análise desta Comissão

de Constituição e Justiça, elaborado pelos integrantes da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, é fruto de um estudo criterioso levado a efeito por empresa de Consultoria, especialmente contratada para esse fim.

A necessidade da nova estruturação proposta, há muito é ansiada pela administração do legislativo que, de longa data, vem se ressentindo de uma melhor organização de seus serviços, defasada no tempo.

De outra parte, vale referir que o projeto encontra-se legalmente estribado em dispositivo inserido na Constituição do Estado, vez que o artigo 22 em seu inciso XIV, autoriza claramente a iniciativa de leis desta natureza.

Subsidiariamente, o mesmo diploma legal, em seu artigo 25, dá sustentação à iniciativa e à autoria do projeto.

Resolve-se assim, perfeitas a forma, a iniciativa e a autoria, não se vislumbrando qualquer óbice a desnaturar a constitucionalidade e a legalidade da medida proposta.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Relator

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 201/83 *feito*

Art. 1º — A estrutura dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, passa a ser a constante do ANEXO I, desta lei. *Receione*

Art. 2º — Para complementação da estrutura mencionada no Art. 1º desta lei ficam criados os seguintes cargos em comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa:

2 (dois) cargos de Diretor - símbolo DAS-3

10 (dez) cargos de Coordenador — Símbolo DAS-4

Art. 3º — As transformações dos cargos e respectivas vantagens da atual estrutura, terão a seguinte equivalência:

I — Diretor Geral — Diretor Geral

II — Diretores de Departamento, Diretor

do Gabinete da Consultoria

Legislativa e Tesoureiro Geral — Diretor

III — Serviços Autônomos,

Coordenadorias e Sub-tesouraria — Coordenador

IV — Chefes de Divisão e Seção — Chefes de Setores

Art. 4º — Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder, por Decreto Legislativo, as alterações dos cargos que compõem a estrutura criada por esta lei, fixando-lhes as atribuições.

Art. 5º — As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta da verba orçamentária própria destinada à Assembléia Legislativa e constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1.984, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1.983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

O Anexo encontra-se à página 36

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 201/83

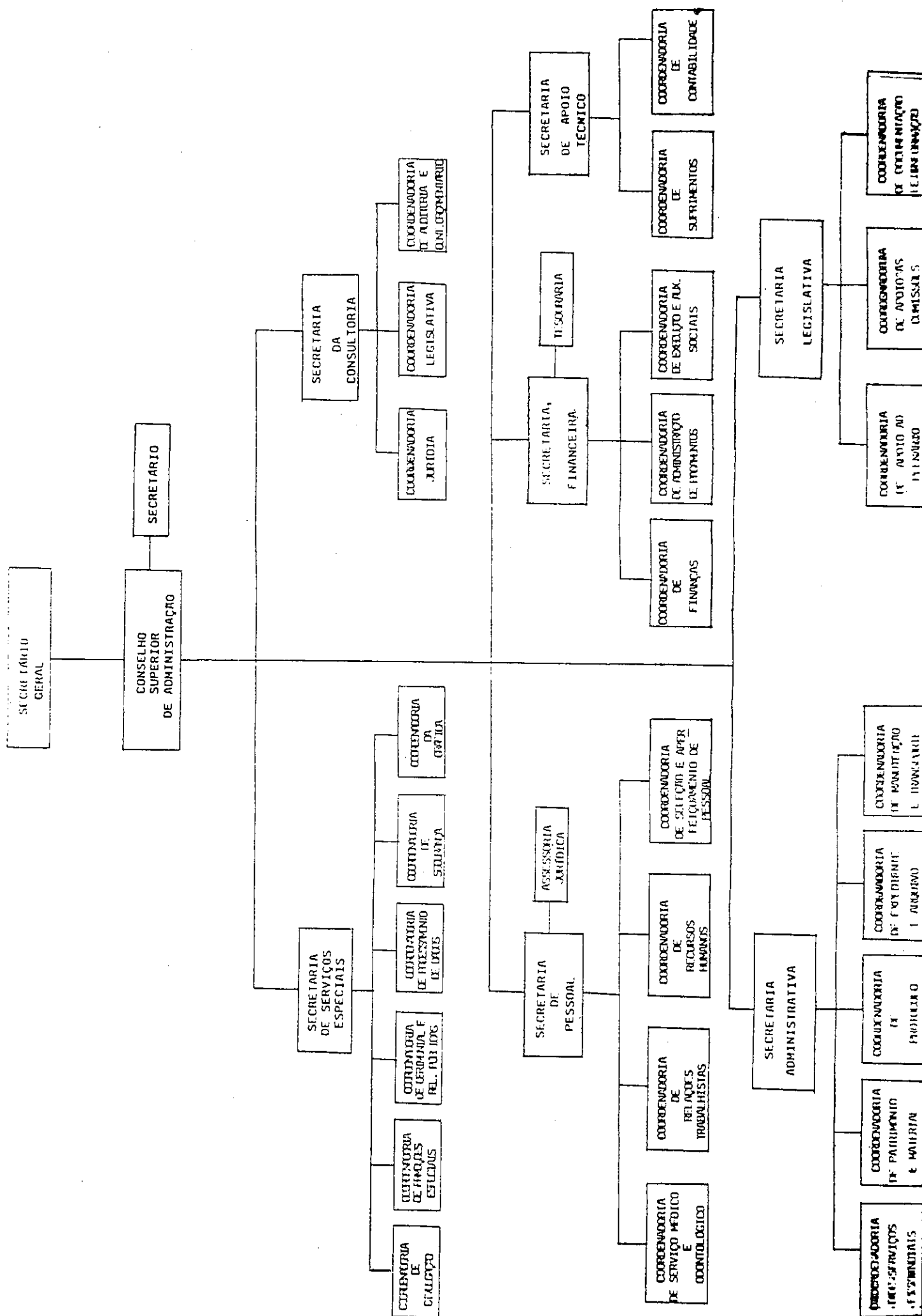
PARECER:

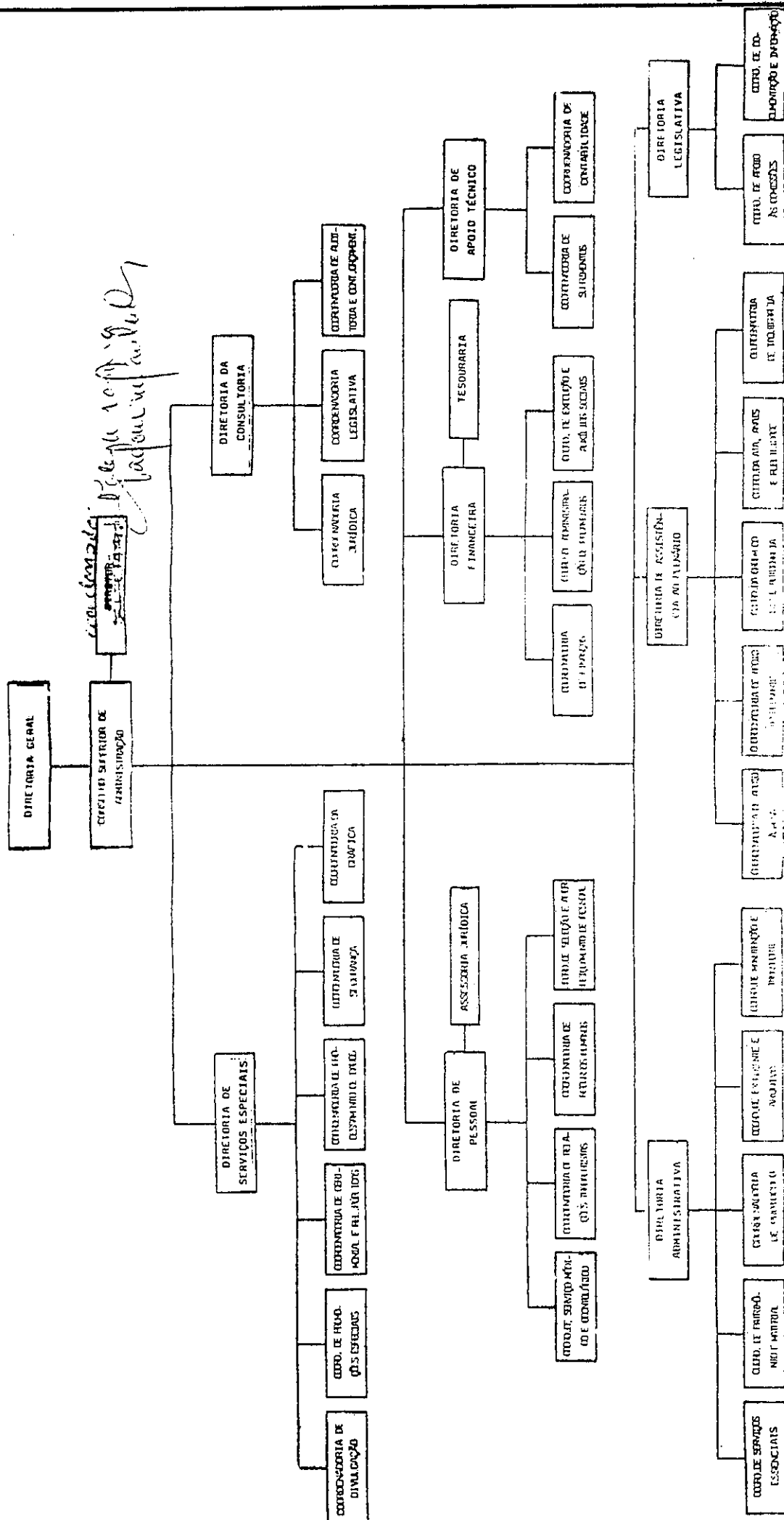
De autoria dos integrantes da Comissão Executiva, vem a exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 0201/83, que reestrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa.

Segundo a justificativa que acompanha o projeto, pretendem os autores demonstrar a carência atual dos serviços administrativos do Poder.

Sabe-se que a iniciativa baseia-se em trabalho de consultoria especialmente contratada para esta finalidade, o que por si só indicaria favorabilidade de aprovação do projeto original.

Entretanto, a Comissão de Justiça, entendeu acrescentar à iniciativa, outro órgão diretivo no organograma do anexo





I, sem entretanto justificar, no parecer, a necessidade da adoção de tal medida.

Entendendo que a administração é dinâmica e necessita ajustar-se gradativamente às necessidades e às situações que se criam a todo momento, justifica-se, em parte, a criação da Diretoria de Assistência ao Plenário, com suas coordenadorias, mas não no alcance pretendido, pois dita criação desnaturaria completamente o organograma inicial, desvirtuando a que consideramos a Diretoria de maior importância ao processo legislativo que, no estudo e na prática, seria a Diretoria Legislativa.

Assim, a EMENDA SUBSTITUTIVA que ora apresentamos, como o organograma anexo, tem por finalidade não alterar a intenção do projeto de lei, adequando-o a uma realidade mais atual, sem desvirtuar a idéia original.

Desta forma, é de prevalecer a EMENDA SUBSTITUTIVA anexa e seu correspondente organograma estrutural, prejudicando-se pelo fato mesmo, a iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça.

Consignamos nosso parecer favorável, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA e ORGANOGAMA ESTRUTURAL, inclusos.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator



COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 201/83

Art. 1.º — A estrutura dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, passa a ser a constante do Organograma estrutural anexo.

Art. 2.º — Para complementação da estrutura mencionada no Art. 1.º desta lei, ficam criados os seguintes cargos em comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa:

2 (dois) cargos de Diretor — símbolo DAS—3

10 (dez) cargos de Coordenador — símbolo DAS—4

Art. 3.º — As transformações dos cargos e respectivas vantagens da atual estrutura, terão a seguinte equivalência:

I — Diretor Geral — Diretor Geral

II — Diretores de Departamento,
Diretor do Gabinete da Consultoria
Legislativa e Tesoureiro Geral — Diretor

III — Serviços Autônomos, Coordenadorias
e Sub-tesouraria — Coordenador

IV — Chefes de Divisão e Seção — Chefes de
Setores

Art. 4.º — Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder, por Decreto Legislativo, as alterações de denominações dos cargos que compõem a estrutura criada por esta lei, fixando-lhes as atribuições.

Art. 5.º — As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta da verba orçamentária própria destinada à Assembléia Legislativa e constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1.984, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 201/83

PARECER:

Tem por objetivo o presente projeto de lei, de autoria da Comissão Executiva, reestruturar os Serviços Administrativos da Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que após examinarem o conteúdo do projeto, culminando esta última por oferecer Emenda Substitutiva, o qual deve merecer a inteira aprovação desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente

ACIR MEZZADRI — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, trata-se este projeto de tentativa da Comissão Executiva em dar nova estruturação e nova denominação, com a criação de novos cargos para direção dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A bancada do PDS vai votar favoravelmente nesta sessão, reservando seu direito de apresentar emendas que possam aprimorar este plano de lei em segunda votação.

Nós, do PDS, que temos sido no Paraná o partido da construção, sabemos que o ensinamento do professor Bento Munhoz da Rocha Neto, de que o bom político é aquele que tem as raízes no passado, a consciência do presente, mas sobretudo os olhos voltados para o futuro, aplica-se também nesta Casa.

Este Poder não nasceu hoje da democracia participativa. Se aqui temos funcionários leais, servidores deste Poder, é porque as correntes políticas majoritárias deram sustentação a este Poder, pulmão da democracia, da democracia que respeita a minoria, não da democracia que se aproveita de um voto para tentar tirar votos no futuro. Nós nos preocupamos muito mais com o assessoramento do Poder, com a próxima geração desta Casa, que com as próximas eleições.

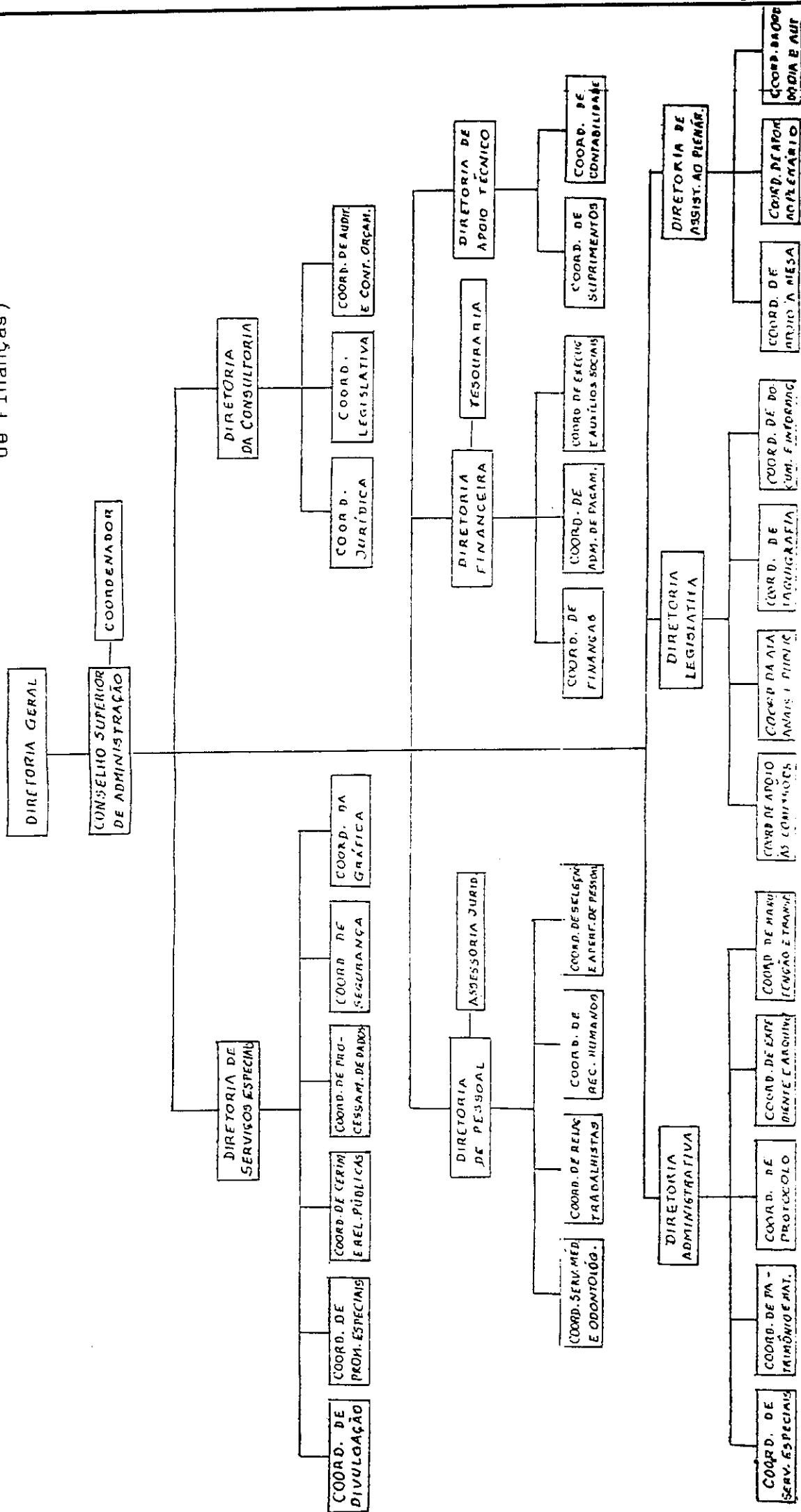
Não foram os homens da democracia participativa que inventaram este Parlamento. Provavelmente desconhecendo o passado, pensam poder aos operários do Poder Legislativo, com conotações pessoais, no encaminhamento da votação, obscurecer o passado de trabalho que sustentou esta Casa.

E faço estas observações, sr. presidente, com total independência, com total liberdade, porque nunca fui poder nesta Assembléia Legislativa. Enquanto que alguns homens que se sentam na bancada do PMDB, já ocuparam cargos no passado, e inclusive o líder do PMDB, como 2.º Secretário.

Talvez a eles caibam as reprimendas do ilustre deputado Roberto de Mello e Silva Requião. Não aceitamos, portanto, a tentativa de se pretender, como que reinventando a roda, dizer que esta Casa terá o seu futuro em razão deste projeto de lei. Ao contrário, os trabalhos de um Parlamento dependem da dedicação de todos os seus membros, do respeito entre os partidos políticos, e talvez é isto que esteja faltando para que possamos, cada vez mais, aparelhar o nosso Poder Legislativo.

3 R C A N D G R A M A E S T R U T U R A L

(Emenda Substitutiva da Comissão
de Finanças)



Com a consciência de que votamos projeto pelo Poder, pelos funcionários, funcionários que não devem nada, funcionários que exigiram através da Associação não favor, não mendigaram a ninguém, não pediram de joelhos. Pediram e exigiram justiça e quem pede e exige justiça não pede como quem pede esmolando, não para os poderosos do dia, já dizia o Padre Antonio Vieira.

Por isso a Bancada do PDS, ao ter aprovado o projeto que beneficia os funcionários diz que vota a favor da reformulação e amanhã irá firmar posição com relação as emendas na nova estrutura administrativa e gerencial desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Em poucas palavras, sr. presidente, no encaminhamento da votação, para ressaltar também a nossa posição. Muito se falou aqui no funcionário fantasma, que pretende esta Casa corrigir. É preciso também que esta Casa faça justiça aos funcionários que estão aqui há mais de doze anos, funcionários adidos e que não têm tido o conhecimento da Executiva.

O nosso apelo para que olhe pelos funcionários adidos nesta Casa há mais de doze anos, para que possa enquadrá-los de acordo com o que já foi feito nesta Casa e que haja justiça.

Reservamos também para amanhã, depois de conversar com a Executiva e felizmente temos esta facilidade e o trânsito, a possibilidade de apresentarmos uma emenda na segunda votação.

Era só, sr. presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o Projeto 201/83. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 90/83, (Mensagem nº 94/83, ex-proposição nº 96/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, aditados em 19/03/82, e 31/03/82, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano. — Aprovado.

A Mesa antes de dar continuidade da votação da Ordem do Dia registra, com satisfação, a presença, em Plenário, do sr. Romeu Domingues de Oliveira, prefeito de São Pedro do Ivaí, que se faz acompanhar do senhor vereador Florindo Fonseca, vereador e presidente do PMDB de São Pedro do Ivaí.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 87/83, que declara de utilidade pública o "Templo da Alvorada", com sede nesta Capital. — Aprovado. (Publicado no D.A. nº 71).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 154/83, que declara de utilidade pública a "Grande Loja Unida do Paraná", entidade maçônica, com sede nesta capital. — Aprovado. (Publicado no D.A. nº 108).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 164/83, que

declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Saint Germain nº 2050", de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital. — Aprovado. (Publicado no D.A. nº 120).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 165/83, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Dario Veloso nº 6", com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede nesta Capital. — Aprovado. (Publicado no D.A. nº 120).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 167/83, que declara de utilidade pública a "Sociedade Filatélica de Curitiba", com sede nesta Capital. — Aprovado. (Publicado no D.A. nº 120).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 174/83, que limita contratação de empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até 1.000.000 (um milhão) de O.R.T.N.s. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 174/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta ou Indireta, autorizado a contrair empréstimos, até o valor equivalente a 1.000.000 (um milhão) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional O.R.T.N.s, prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da administração indireta do Estado, até o valor equivalente a 2.000.000 (dois milhões) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (O.R.T.N.s) em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinados a dar suporte aos seguintes programas:

- I — Segurança Pública;
- II — Justiça;
- III — Saúde;
- IV — Educação;
- V — Obras de Infra-Estrutura.

Art. 2.º — Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação dos Estados durante o prazo de vigência dos contratos de financiamentos autorizados por esta Lei.

Art. 3.º — O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Estado, durante o prazo que vier a ser estabelecido para os financiamentos, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Solicito chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Solicito aos senhores deputado que retomem aos seus assentos para que a Mesa possa proceder à verificação de votação...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Atendendo questão de ordem do sr. Artagão Mattos Leão, a Mesa solicita do senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal

dos senhores deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Gernote Kirinus) Procede a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE — Trinta e três srs. deputados responderam à chamada; há “quorum” para deliberação.

Os srs. deputados que aprovam a Redação Final do Projeto de Lei nº 174/83, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 182/83, que dá nova redação à Lei nº 6639, de 05-12-74, e dá outras providências. (Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA. — **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 115).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 35/83, (Mensagem nº 33/83), que aprova o termo de re-ratificação datado de 26/01/83, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 05, em Mensagem).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 37/83, (Mensagem nº 08/83,) que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de São José dos Pinhais, objetivando implantação dos serviços de segurança contra incêndios e a Prestação de socorros públicos na área do referido município. — **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 05, em mensagem).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 38/83, (Mensagem nº 31/83, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras de interesses metropolitano. — **Aprovado. — (Publicado no D.A. nº 05, em Mensagem).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 39/83, (Mensagem nº 26/83), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras conforme o Programa Especial de Controle de Erosão do Solo do Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 05, em Mensagem).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 40/83, (Mensagem nº 27/83), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a interveniência da SUDESUL, com os municípios e objetivos que especifica. — **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 05, em Mensagem).**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 45/83, de autoria da deputada Amélia Hruschka, que dá nova redação ao art. 171, da Lei de nº 6174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado). Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CRH e CF, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 186/83, de autoria do deputado ODENI MONGRUEL, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao sr. “TORAO TOMITA”. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 89/83, (Mensagem nº 88/83, ex-Proposição nº 93/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafras, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 91/83, (Mensagem nº 101/83, ex-Proposição nº 97/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de cooperação técnica e financeira entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafras, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/83, (Mensagem nº 96/83, ex-Proposição nº 99/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafras, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução nº 11/83, (Mensagem nº 19/83, ex-Proposição nº 18/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios de nºs 393 e 394, celebrados em 05 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Superintendência da Região Sul - Sudesul, objetivando elaboração de diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaratuba, e pesquisas das atividades de resinagem do Pinus Elliottii, no Estado do Paraná. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 46/83, (Mensagem nº 47/83, ex-Proposição nº 44/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, o Estado do Paraná e a Portobrás S.A., para executar o desassoreamento do Canal do Varadouro, para permitir a navegação interior entre Iguape, Estado de São Paulo e Paranaguá, Estado do Paraná. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 47/83, (Mensagem nº 48/83, ex-Proposição nº 45/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo de 11/03/83, ao convênio celebrado em 18/11/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes GEIPOT, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a coparticipação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 112/83, (Mensagem nº 118/83, ex-Proposição nº 122/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova, com ressalvas, nos termos do disposto na Lei nº 5982, de 04-08-69, o Plano

Geral do Governo do Estado, consubstanciado no documento "PARANÁ — PLANO DE AÇÃO 1984/1987".

Sob o referido Projeto de Resolução, requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para que possam ser ouvidas as outras Comissões. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr.

presidente, no artigo 46, do Regimento Interno cabe à Comissão Executiva da Assembléia encaminhar os projetos às comissões permanentes. Este é o plano de governo. Conseqüentemente deveria ter sido analisado pelas diversas comissões técnicas desta Casa. Para isto elas existem. E cabe, de ofício, à Comissão Executiva fazer um encaminhamento, depois de ter o projeto a aprovação, ou a apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça, o encaminhamento devido às demais comissões da Assembléia Legislativa.

Em conseqüência disto o requerimento é para que vossa excelência defira, de plano, o encaminhamento deste projeto às outras comissões, para que possamos ter a tão decantada democracia participativa nas demais comissões técnicas da Assembléia Legislativa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa

respondendo a questão de ordem levantada por vossa excelência, lamenta por não poder aceitá-la, porquanto entende de que este projeto já foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e aprovada em primeira discussão, que trata da sua legalidade e constitucionalidade.

Por estes motivos é que a Comissão Executiva não encaminhou, o Departamento Legislativo não encaminhou às outras comissões o referido plano de lei.

E outro argumento é que este plano tem prazo constitucional, para ser votado e foi recebido dentro do prazo constitucional nesta Casa e não podemos permitir que este plano de ação não seja apreciado por esta Assembléia e caia no decurso do prazo, medida inaceitável por um Parlamento.

Nestas condições, e respondendo a questão de ordem de vossa excelência não aceitando-a, coloco em votação o requerimento do ilustre deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa é claro, cabe à Comissão Executiva da Assembléia encaminhar projetos de lei, como este que estamos votando, às diversas comissões da Assembléia Legislativa. É plano de governo. Trata-se do interesse e da vontade do governador, com relação a problemas de educação, a problemas de infra-estrutura, de transportes. E as comissões da Assembléia Legislativa não foram ouvidas. A responsabilidade não é nem deste Plenário, muito menos da bancada da Oposição. A responsabilidade pelo projeto não ter tido o andamento que deveria ter tido, é da Comissão Executiva.

No momento em que vossa excelência não aceita o requerimento feito após em primeira votação ter-se analisado aquilo que o Regimento Interno diz, a legalidade e a jurisdição e em segunda votação deve-se analisar o mérito do projeto, é exatamente neste aspecto que solicitamos a audiência das comissões técnicas desta Assembléia.

Na verdade, está se rasgando o Regimento Interno desta Assembléia. Por isto voto contrário à decisão de vossa excelência. Requeiro que vossa excelência submeta a decisão desta Presidência ao Poder Legislativo maior soberano,

que é o plenário, alertando a vossa excelência e aos ilustres parlamentares que hoje o que se pratica, neste Poder, é o esquecimento do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Atendendo ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, que está amparado no Artigo 125 do Regimento Interno, que diz das decisões da Mesa deixando de aceitar qualquer proposição cabe recurso ao Plenário.

Então vossa excelência, já com o requerimento encaminhado à Mesa, já havia, muito embora não o tenha declarado, pedido ao Plenário que se manifestasse sobre a decisão da Mesa, o que esta presidência atende.

A Mesa aceita, recebe o requerimento de vossa excelência e coloca-o em votação.

Os senhores deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Pela ordem). Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Atendendo solicitação do senhor deputado Artagão de Mattos Leão, solicita do senhor 1.º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

Havendo o senhor deputado Ezequias Losso se retirado da Mesa, mas já ocupado pelo senhor 2.º secretário, solicito a sua excelência o senhor 2.º secretário que continue a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Continua com a chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Trinta e seis senhores deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

Está em votação o requerimento de Luiz Alberto Oliveira.

Os senhores deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa acaba de constatar a presença dos senhores deputados pela chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O número que a Mesa conseguiu pela chamada nominal, não é o que confere com os ilustres parlamentares presentes.

Eu não me conformo da decisão de vossa excelência e requeiro que vossa excelência faça a verificação de votação no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa acata a questão de ordem de vossa excelência e irá proceder a verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Pela ordem, senhor presidente.

Eu só gostaria de dizer que o deputado líder do PDS, na hora que foi feita a chamada, ele se omitiu de dizer que estava presente ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa irá proceder a verificação requerida.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do senhor Luiz Alberto Oliveira queiram levantar-se.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Um senhor deputado o aprova e vinte e oito senhores deputados o rejeitam.

Está rejeitado.

Está em discussão o Projeto de Resolução n.º 112/83.

Em votação.

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação.

Solicito aos senhores deputados que retornem aos seus lugares para que a Mesa possa proceder a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam ...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Pela ordem, senhor presidente.

Acho que decaiu a solicitação de verificação de votação, pois o postulante abandonou o plenário, a menos que se considere no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — É evidente que a verificação de votação tem procedência, e a Mesa computará o voto de quem a requereu.

Os deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 112/83, queiram levantar-se.

28 senhores deputados ...

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Por não conhecer integralmente o Regimento da

Casa, eu gostaria de saber de vossa excelência se o deputado que solicita a verificação de votação, evidentemente terá o seu voto contado, mas ao substituir o 2.º secretário me parece que ele perde esta condição de ter o direito de pedir a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece a vossa excelência que o senhor deputado Luiz Alberto Oliveira havia solicitado a verificação de votação, quando em plenário e a Mesa atendeu, portanto a Mesa computa a presença do ilustre deputado que assim o requereu.

Vinte e oito senhores deputados aprovam, um senhor deputado rejeita. — Está aprovado.

Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/83, de autoria dos deputados RUBENS BUENO e EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o PODER EXECUTIVO adotar

providências, no sentido de obrigar empresas públicas e demais sociedades das quais o Estado seja acionista majoritário, divulgar contratações, obras, serviços, compras, admissão de servidores e demais atos que lhes gerem despesas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL na forma do SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/83, de autoria do deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o “SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBAITI — A.P.M.I.”, com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/83, de autoria do deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO ERASMO BRAGA”, com sede e foro na cidade de Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/83, de autoria do deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE DOS SERVOS DA EUCARISTIA — S.S.E.”, com sede na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 100/83, que autoriza permutar com o município de Guarapuava, imóveis com área, localização e características que especifica, destinado a construção de um Quartel para Polícia Militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/83, de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a “CLÍNICA BENEFICENTE HIRO VIEIRA DE MANDAGUAÇU”, com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/83, de autoria do deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE RURAL OESTE DO PARANÁ”, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/83, de autoria do deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a “UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE”, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/83, de autoria do deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade

pública a ECAP — Ensino Cultura e Assistência do Paraná”, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/83, de autoria do deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÁ — APAE”, com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/83, de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE DO IVAI”, com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/83, de autoria da deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o “INSTITUTO APÓSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — IASPAS”, com sede e foro no município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/83, de autoria do deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública o “BANCO DE OLHOS DE CASCAVEL — BOC”, com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a “AÇÃO SOCIAL DO ROSÁRIO”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE APOIO PROMOCIONAL AO NÚCLEO SOCIAL DE PONTA GROSSA”, com sede e foro no referido município. Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MESSE DE AMOR”, com sede e foro no município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/83, de autoria do deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública o “LIONS CLUBE DE LONDRINA — IGAPÓ”, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/83, de autoria do deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOSÉ LACERDA”, com sede e foro na cidade de Lapa.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 120/83), que altera dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04/12/78, que dispõe sobre a Estrutura da Receita do Estado — CRE, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e PARECERES FAVORÁVEIS da C.R.H. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário n.º 01 do senhor deputado Eduardo Baggio, devidamente apoiada; n.º 02, de autoria do senhor deputado Tadeu França, devidamente apoiada; n.º 03, de autoria do senhor deputado Mário Pereira, devidamente apoiada; n.º 04, de autoria do senhor deputado Roberto Requião, devidamente apoiada; n.º 05, de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, devidamente apoiada; n.º 06, de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, devidamente apoiada; n.º 07, de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 178/83 DE PLENÁRIO — N.º 01

Acrescente-se onde couber:

Art. — Fica assegurado aos funcionários da Coordenação da Receita do Estado — CRE, contratados sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, o direito de progressão funcional, nos mesmos índices das promoções concedidas ao pessoal estatutário, obedecidos os mesmos critérios de antiguidade e merecimento.

Parágrafo único — A progressão funcional de que trata este artigo será regulamentada pelo Poder Executivo, dentro de sessenta (60) dias da vigência desta lei.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoioamento:

Francisco Escorsin, Rubens Bueno, Paulo Furiatti, Ferrari Júnior, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos e Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

O enquadramento de funcionários da Coordenação da Receita do Estado, através dos dispositivos estabelecidos por esta lei, deixará servidores não classificados em uma situação tal de estagnação funcional, que não lhes restará qualquer possibilidade de desenvolvimento profissional, o que na situação recessiva em que se encontra o País, é altamente desestimulante, principalmente para servidores que dadas as características de suas funções exerçam atividades da maior responsabilidade. É para sanar tal situação que apresentamos a presente emenda.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 02 AO PROJETO DE LEI N.º 178/83

Acrescente-se ao artigo 2.º, o seguinte § único:

“Art. 2.º —”

Parágrafo único — Ao funcionário ocupante do cargo de Grupo Ocupacional “TAF” prestando estágio probatório, que na data do término deste estágio preencha os requisitos previstos nos artigos 6.º, 7.º e 8.º da Lei n.º 7.051, de 04/12/78, fica assegurado os mesmos direitos de enquadramento nas classes de que trata este artigo.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

Apoioamento:

Amélia Hruschka, Fiori Luiz, Homero Oguido, Sabino Campos, Dirceu Manfrinato, Francisco Escorsin e Djalma de Almeida Cesar.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03
AO PROJETO DE LEI Nº 178/83

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. . . . — Fica assegurado aos funcionários aposentados nos cargos constantes nas Leis n.ºs 6.212, de 09 de agosto de 1971 e 7.051, de 04 de dezembro de 1978, o mesmo percentual existente na época da aposentadoria, entre o vencimento base dos proventos e a média das quotas de produtividade, aplicando o referido percentual, para fins de pagamento das respectivas quotas, sobre a soma do vencimento base dos proventos com a gratificação denominada 2/3 (dois terços) prevista no artigo 89, inciso III, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoioamento:

Acir Mezzadri, Nelson Vasconcellos, Roberto Requião, Rubens Bueno, José Antônio Fonseca, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos e Francisco Escorsin.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04
AO PROJETO DE LEI Nº 178/83

O Art. 3.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 3.º — As vagas existentes por ocasião da publicação da presente lei, bem como as originadas pelo disposto aos artigos 1.º e 2.º, serão providas mediante promoção, independentemente de cumprimento aos critérios estabelecidos nos artigos 54 e 60, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Parágrafo, único — A promoção de que trata este artigo processar-se-á considerando-se prioridade e sucessivamente tempo de efetivo exercício de serviço público estadual, a maior prole e a maior idade.

O § 1.º, do Art. 5.º passará a ter a seguinte redação:

§ 3.º — Também poderão concorrer aqueles servidores públicos estaduais e municipais, da administração direta ou indireta, não pertencentes ao Quadro Funcional da Secretaria de Finanças, que tenham, a qualquer título ou regime, prestado serviços por mais de dois anos consecutivos e estejam à disposição daquela Secretaria da data da vigência desta lei.

Sala das Sessões, em

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoioamento:

Trajano Bastos, Caíto Quintana, Tadeu Lúcio Machado, Paulo Furiatti e Márcio Almeida.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05
AO PROJETO DE LEI Nº 178/83.

O Art. 3.º do Projeto de Lei n.º 178/83 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º — As vagas existentes, por ocasião da publicação da presente lei, bem como as originadas pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º precedentes, serão providas mediante promoção a ser efetuada em caráter excepcional,

independente do cumprimento dos critérios

estabelecidos nos artigos 54 e 60 do remanejamento de que trata o artigo 67, todos da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, na forma estabelecida por ato do chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoioamento:

Homero Oguido, Ervin Bonkoski, Anibal Khury e Caíto Quintana.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 06
AO PROJETO DE LEI Nº 178/83

O Art. 4.º, do Projeto de Lei n.º 178/83 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4.º — ...

Art. 7.º — ...

Art. 8.º — ...

Art. 9.º — ...

§ 4.º — ...

Art. 76 — ...

Parágrafo único — ...

Art. 99 — ...

Art. 122 — "Os funcionários da CRE, circunscritos à hipótese do item I do artigo 121, farão jus à percepção das vantagens do exercício, de que trata o § 2.º do artigo 44, calculadas com esse no vencimento do cargo efetivo da estrutura da CRE, a que tiver direito; e aqueles circunscritos à hipótese do item II, calculadas com base no vencimento do cargo em comissão, ressalvada a hipótese da opção pelo cargo efetivo".

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoioamento:

Homero Oguido, Ervin Bonkoski, Anibal Khury e Caíto Quintana.

EMENDA Nº 7 DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 178/83

Acresce um artigo ao Projeto de Lei n.º 178/83.

Art. 8.º — O parágrafo 3.º do artigo 116, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 116 — ...

§ 1.º — ...

§ 2.º — "O ressarcimento do prêmio de produtividade será feito com base na média aritmética dos percentuais de quotas produzidas nos 3 (três) meses anteriores à data do afastamento, a qual não poderá ser inferior a média dos valores percebidos, que serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos do funcionalismo público estadual".

§ 3.º — ...

Art. 9.º — Ressalvado o disposto no parágrafo é do artigo 4.º, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoioamento:

Homero Oguido, Ervin Bonkoski, Anibal Khury e Caíto Quintana.

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação o projeto. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as Emendas de n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07. — **Aprovadas.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/83, (Mensagem n.º 93/83, ex-Proposição n.º 95/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 01/83, celebrado em 05/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Comec, na execução de obras de interesse metropolitano, constante do Plano Metropolitano de Investimentos.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/83, (Mensagem n.º 89/83, ex-Proposição n.º 86/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras", no exercício de 1983.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 96/83, (Mensagem n.º 104/83, ex-Proposição n.º 102/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "Prosafras", no exercício de 1983.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 111/83, (Mensagem n.º 74/83, ex-Proposição n.º 75/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado em 13/05/82, entre o Estado do Paraná e a Cidade Industrial de Curitiba — C.I.C., com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, que objetiva a participação do Estado no "Programa de Industrialização do município de Curitiba.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA — Da Proposição n.º 115/83, Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar n.º 34/83, de autoria do deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que dá nova redação ao Art. n.º 51, da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73. (Institui Verba de Representação para Presidentes de Câmaras Municipais). Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.—

COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI N.º 34/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 51, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 51. O mandato de vereador será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Fica permitida a instituição de verba de representação para a Presidência da Câmara Municipal, até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração do Vereador".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 21/09/1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO — Veto n.º 115/83 - Veto aposto ao Projeto de Lei Complementar n.º 34/83, de autoria do ilustre deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que pretendia modificar o Art. 51, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios)

PARECER

O veto aposto ao projeto de lei complementar n.º 34/83, foi comunicado a esta Casa, pelo senhor governador do Estado, através de Ofício n.º DTL/71/83, datado de 14 de outubro de 1983, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Carta Magna Estadual e, dos termos da justificativa depreende-se que o Veto se embasa em razões de ordem puramente constitucional.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condição de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela manutenção do Veto.

É o Parecer, S.M.L.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
HOMERO OGUIDO — Relator.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa antes de colocar em votação este projeto pretende orientar o Plenário. Como se trata de veto, será colocado em votação o projeto.

Os senhores deputados que votaram a favor do projeto derrubam o veto.

Os que rejeitarem o projeto estarão mantendo o veto.

Está em votação o projeto. Os senhores deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. Está rejeitado o projeto, mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 131/83, Veto Aposto ao Projeto de Lei n.º 33/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.—

Em votação.— **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

PROJETO DE LEI N.º 33/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, com a área de 9.896 m², localizado no perímetro urbano de Jacarezinho, Registro de Imóveis n.º 2.067, fls 01, da Comarca de Jacarezinho, Planta Jorge Melco, situada junto ao acesso rodoviário de Jacarezinho, anexa ao parque residencial dos Operários do D.E.R.

Art. 2.º — A presente doação fica gravada com as cláusulas inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da escritura de doação, e destinada

exclusivamente a sua utilização para fins de assistência social, revertendo ao patrimônio do Estado, se esta finalidade comprovadamente não ocorrer.

Art. 3º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de setembro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - 1º. Secretário

FRANCISCO ESCORSIN - 2º. Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO - VETO 131/83

Veto oposto ao Projeto de Lei nº. 33/83, de autoria do ilustre deputado HERMAS BRANDÃO, que visava autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, imóvel pertencente ao patrimônio do Estado.

O veto apostado ao Projeto de Lei nº. 33/83 foi comunicado a esta Casa pelo senhor governador do Estado, através do Ofício DTL/78/83, datado de 25 de outubro de 1983, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

Foi a negativa governamental proferida dentro do prazo estatuído pela Constituição Estadual, depreendendo-se dos Termos da Mensagem Governamental que o veto se estriba em razões de ordem pública, tendo em vista que o imóvel questionado já tem destinação específica, pré-traçada pelos altos interesses da Administração.

Em tais circunstâncias, satisfeitas as formalidades legais e regimentais, está o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, nos termos da Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº. 204/83, que autoriza o Poder Executivo a isentar a Fundação de Recuperação do Indigente das taxas de energia elétrica, água e saneamento. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do Curso de Segundo Grau na Escola Estadual "Zulmira Marchesi da Silva", do município de Cornélio Procopio. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção da ligação asfáltica na estrada que liga Nova Fátima a Nova América da Colina. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a ligação asfáltica do Distrito de São Judas Tadeu, município de Santo Antonio do Paraíso

à PR.160. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção de um terminal rodoviário no município de São Jerônimo da Serra. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo a permanência do Núcleo de Psicologia Aplicada, responsável pela expedição dos exames psicotécnicos para a confecção de carteira nacional de habilitação, cuja unidade atendia aos municípios jurisdicionados pertencentes a Micro-Região 12 de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, objetivando, a criação e instalação de uma Sub-Unidade Veterinária junto - à ACARPA, para o município de Iretama. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Indústria e Comércio, visando a criação e instalação de uma Unidade do Departamento do Trabalho - DETEPAR, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes visando a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na recuperação e conservação do sistema viário no município de Mamborê. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à senhora superintendente da FUNDEPAR por intermédio da Secretaria de Educação, visando a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na realização de reformas gerais nas instalações do Colégio Inácio de Loyola. Ensino de Primeiro e Segundo Grau, no município de Fênix. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela classificação no quadrangular final do Campeonato Paranaense de Futebol, do União Bandeirantes Futebol Clube, no município de Bandeirantes. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular/Cruzada Nacional de Evangelização, pelo 32º. aniversário do seu estabelecimento na Pátria Brasileira. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 113º. aniversário do município de Rio Negro. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao DNER, no sentido de que seja encetada a recuperação do trecho da estrada que liga Curitiba ao Município de Rio Negro. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção da ligação asfáltica no acesso à COPASA, no município de Assaí. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, subscrito também por demais senhores deputados, constantes do expediente, solicitando seja declarada a suspensão dos trabalhos e da contagem do prazo de 180 dias da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que investiga irregularidades cometidas na administração pública do Paraná, durante o período do recesso parlamentar a iniciar-se a partir do próximo dia 05 de dezembro, tendo para seu reinício a restituição de tal prazo ao término dessa suspensão dos trabalhos legislativos ordinários, em 1º de março de 1984. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

19 senhores deputados responderam a chamada. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Encerrada a discussão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 158/82 e 39, 78, 81, 107, 114, 127, 131, 132, 166/83. e dos projetos de Resolução nºs 41, 42, 43, 54, 84, e 85/83.

3ª DISCUSSÃO— dos Projetos de Resolução nºs 11, 46, 47 e 112/83 e dos Projetos de Lei nºs 69, 111, 120, 122, 129, 133, 136, 137, 146, 148, 151, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 168, 170, 178 e 187/83.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 201/83 e dos Projetos de Resolução nºs 94, 95, 96 e 111/83.

A presidência marca ainda uma sessão extraordinária para amanhã, dia 24, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 130/83.

Levanta-se a sessão.